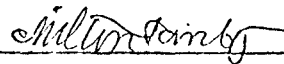


A ESTRUTURA ESPACIAL DA MICRORREGIÃO
COLONIAL DO RIO DO PEIXE

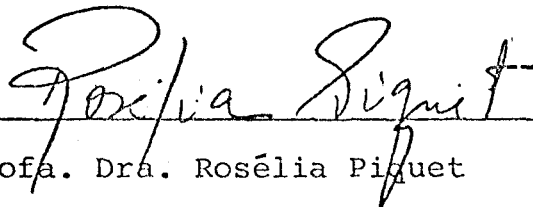
Margareth de Castro Afeche Pimenta

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DA COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS (M.Sc.) EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

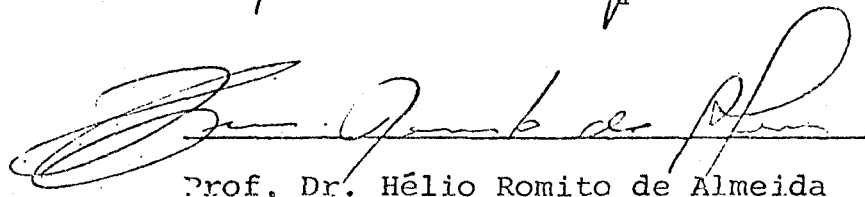
Aprovada por:



Prof. Dr. Milton Santos
(Presidente)



Profa. Dra. Rosélia Piquet



Prof. Dr. Hélio Romito de Almeida

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

MARÇO DE 1984

PIMENTA, MARGARETH DE CASTRO AFECHE

A Estrutura Espacial da Microrregião Colonial do Rio do Peixe (Rio de Janeiro) 1984.

Vii, 143p., 29,7 cm (COPPE-UFRJ, M.Sc., Engenharia de Produção, 1984)

Tese - Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.

1. Planejamento Urbano e Regional.

I. COPPE/UFRJ. II. Título (série).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que colaboraram com este trabalho. Devemos, entretanto, agradecimentos especiais ao Prof. Dr. Milton Santos que, além de ajudar a compor as idéias aqui presentes, nos orienta constantemente na postura que devemos assumir frente à produção do conhecimento, à universidade e à sociedade em geral.

Agradecemos também ao Prof. Dr. Hélio Romito de Almeida e à Prof^a Dra. Rosélia Piquet pelo apoio e atenção particular que nos dispensaram.

Aos nossos amigos José Teixeira Neto e José Benedict Cohen agradecemos a ajuda que nos deram na elaboração e composição finais do trabalho.

Resumo da Tese Apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

A ESTRUTURA ESPACIAL DA MICRORREGIÃO
COLONIAL DO RIO DO PEIXE

Margareth de C. Afeche Pimenta

Março de 1984

Orientador: Prof. Dr. Milton Santos

Programa: Engenharia de Produção

Texto de Resumo

O Vale do Rio do Peixe teve seu processo de ocupação vinculado à construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, com a concessão das terras à companhia colonizadora que realizou a ferrovia. Sua formação resulta da expansão da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul, com o deslocamento de colonos, principalmente, de origem italiana. A indústria frigorífica apropriou-se da herança histórica da pequena propriedade camponesa baseada no trabalho familiar e desenvolve um modelo particular de relação campo-cidade.

O espaço rural possui sua lógica associada à estrutura urbana. A atividade urbano-industrial desenhou o território, atribuindo sua significação, repartindo as áreas rurais entre as 3 grandes empresas monopolistas que atuam na região. A indústria frigorífica detém a possibilidade da comercialização do produto, subordinando o camponês que faz a criação da ave ou suíno, no sistema de exclusividade de trabalho a uma das empresas da região. A necessidade na utilização da moderna tecnologia visando alcançar o mercado mundial obriga o camponês a colocar seu trabalho sob controle do frigorífico.

No encadeamento do circuito produtivo, da captação da matéria-prima à realização da mercadoria plasma a lógica da relação entre os espaços. A integração do espaço rural às empresas frigoríficas deu-se no sentido do rápido processo de acumulação, pela associação da antiga estrutura agrária às mais modernas técnicas produtivas. O Vale do Rio do Peixe mantém o camponês, mas o insere no novo modo de produzir, integrando-o na divisão internacional do trabalho.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UF RJ as partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

SPATIAL STRUCTURE OF COLONIAL MICRO-REGION
OF RIO DO PEIXE

Margareth de C. Afeche Pimenta

March, 1984

Chairman: Prof. Dr. Milton Santos

Department: Production Engineering

Text

Rio do Peixe Valley had its occupation process linked to the construction of São Paulo-Rio Grande Railway, with the concession of the lands to the colonizer Company which built the railroad. Its formation results from the expansion of Rio Grande do Sul agricultural border, with the dislocation of colonists, mainly of Italian origin. The frigorific industry affects the historical inheritance from the rustic small property, based in familiar work, and develops a particular model of field-city relationship.

The rural space has its logic associated to urban structure. Urban-industrial activity drew the territory, attributing its signification, splitting rural areas between the three great companies which monopolize the region. The frigorific industry retains the product commercialization possibilities, subordinating the peasant, swine and chicken breeder, to work with exclusiveness for one of the companies. The necessity of high technology to reach the worldwide market forces the peasant to submit his work under frigorific company's control.

In the productive circuit linking, from the obtaining of primary matter to the final product, shapes the logic of relationship between spaces. The integration of rural space to frigorific companies became through the fast accumulation process, by the association of the old agrarian structure to the highest productive techniques.

Rio do Peixe Valley maintain the peasant, but inserts him in the new way of production, integrating him in the international division of work.

ÍNDICE

I.	Apresentação	1
II.	Introdução	9
III.	A Ocupação do Vale do Rio Peixe	13
	1. O processo de ocupação	13
	2. A Guerra do Contestado	16
	3. A Evolução da Estrutura de Ocupação	17
IV.	Evolução dos Estabelecimentos Rurais	2
	1. Estrutura da Propriedade Fundiária	2
	2. A Situação dos Camponeses	2
	3. Estrutura Fundiária nos Municípios	3
V.	A Produção do Espaço Rural	40
	1. Culturas Temporárias	4
	2. Culturas Permanentes	4
	3. A Atividade Pecuária	5
	4. O Efetivo de Aves	5
VI.	As Cidades na Microrregião Colonial do Rio do Peixe :	
VII.	A Estrutura Industrial	73
	1. A Indústria no Vale do Rio do Peixe	73
	2. A Indústria Mecânica "Caetano Branco"	81
VIII.	A Indústria Frigorífica	85
	1. A Indústria	85
	2. Origem do Capital	87
	3. A Implantação da Indústria Frigorífica	90
	4. O Sistema Produtivo	93
	5. A Produção Industrial	94
	6. A Produtividade Industrial	97
	A) A Pesquisa Genética	98
	B) O Controle de Qualidade	100
	C) O Estabelecimento Rural	100
	D) Fluxos entre Empresa Rural e Frigorífico	103

IX.	O Sistema de Integração	106
	1. Origens	106
	2. O Sistema	107
	3. O Trabalho	108
	4. O Valor do Trabalho	110
	5. As Relações Sociais	111
	6. O Equilíbrio do Sistema	112
	7. ... e o Proprietário Rural	113
X.	Conclusão: A Estratégia do Domínio Regional	118
	1. Oligopólios e Conglomerados	118
	2. A Repartição do Território	122
	3. O Monopólio da Circulação	125
	4. O Meio-Oeste e o Oeste Catarinense	130
XI.	Referências Bibliográficas	136

I. APRESENTAÇÃO

Este trabalho pretende compreender uma certa realidade espacialmente delimitada. O espaço que analisamos incorpora a paisagem, porém deve ser entendido como uma realidade social, transformando-se no movimento geral da sociedade.

A inteligibilidade do espaço compõe-se de determinações estruturais e específicas diferentes a cada momento e, onde ele não aparece como um palco ou um cenário em que atuam os agentes sociais, mas, interrelaciona-se com os mesmos. O movimento espacial conta com a resistência das formas antigas, que condicionam as novas e lhe conferem certo grau de autonomia frente às mudanças sociais. A relação espaço e sociedade é indissolúvel, mas não reflexa. A combinação de variáveis de tempos diferentes atribui característica a determinado lugar e o diferencia de todos os outros. Como assinala SANTOS (1), "a presença simultânea de variáveis com idades tão diversas dá como resultado que a combinação característica de cada lugar é única".

O estudo de um lugar enquanto tal deve partir das categorias mais abstratas, de forma que sua representação aproxime-se, cientificamente, da realidade concreta. Para MARX (2), "O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja ponto de partida também da intuição e da representação".

A especificidade dos lugares contém a totalidade sob pena de não compreendermos a realidade que nos é apresentada, além de sua aparência. A parte contém o todo. As determina-

ções abstratas realizam-se de diferentes formas e desempenham diferentes funções, caracterizando o processo de diversificação dos espaços. Cada lugar é único, enquanto síntese complexa. SANTOS contribui (1) à compreensão deste problema: "De um ponto de terminado no tempo, as variáveis do espaço são assíncronicas de um ponto de vista genético, isto é, levando em conta as diferenças de 'idade' que os caracterizam no pólo do sistema e nos outros pontos periféricos do espaço. No entanto, as variáveis funcionam sincronicamente em cada 'lugar'. Todas trabalham em conjunto, graças às relações de ordem funcional que mantêm. Cada lugar é, a cada momento, um sistema espacial, seja qual for a 'idade' dos seus elementos e a ordem em que se instalaram. Sendo total o espaço é também puntual".

As diferentes formas que o capital assume nos diversos lugares, a partir da herança histórica e dos estágios de desenvolvimento capitalista que se realizam, conferem características particulares às regiões. "Não reconhecer, entretanto, que existem marcadas diferenças entre as várias formas de produção do valor dentro do capitalismo é não reconhecer, em primeiro lugar, e a nível mais abstrato, a lei do desenvolvimento desigual e combinado, e mais concretamente, o processo de constituição do próprio capital enquanto relação social" (3).

A região constitui-se num espaço com traços de homogeneidade, combinando formas antigas e novas de maneira particular. Tal homogeneidade processa-se no reconhecimento das relações sociais que aí se estabelecem.

A região que resolvemos conhecer constitui-se num recorte espacial com características homogêneas, onde um novo sistema produtivo torna-se dominante e subjuga determinadas áreas

rurais e urbanas de acordo com suas necessidades de acumulação e inserção no mercado mundial. "O que preside o processo de constituição das regiões é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as 'regiões' são apenas espaços sócio-econômicos onde uma forma de capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a 'região' exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são 'personas' do capital e de sua contradição básica", como afirma OLIVEIRA (3).

A compreensão deste espaço delimitado que é a Microrregião Colonial do Rio do Peixe, tal como se encontra hoje, passa pela leitura das funções atuais que as formas desempenham no novo modo de produzir, onde estabelecem-se novas relações, incorporando o legado do passado. Na estrutura produtiva, entendida desde a produção propriamente dita até a realização da mercadoria e, nas relações que os agentes estabelecem entre si, encontra-se o significado do movimento espacial.

As formas espaciais estão em conformidade com as relações que a sociedade estabelece na formação da riqueza social, o que coloca no circuito produtivo a base da compreensão sócio-espacial. Encontra-se aqui, na espacialização da produção, consumo, circulação e distribuição, segundo a designação de MARX (2), a conexão campo-cidade e a forma de inserção no cenário nacional e mundial.

"O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço", conforme nos afirma SANTOS (1). O espaço regional é o desenho das relações sociais que ali acontecem, realizando-se em formas.

No Vale do Rio do Peixe a paisagem sofre um processo de transformação, onde as formas parecem resistir ao tempo.

A paisagem rural aparentemente resiste ao novo, mantendo-se as áreas dos estabelecimentos e continuando com a moradia envolta por um território que a visão alcança. Não se percorrem terras sem avistar o homem, como acontece com o restante do país. O elemento novo no campo são os galpões criadores de aves, que aparecem enquanto modernas unidades produtivas, e que apesar de parecerem um elemento a mais na velha estrutura, constituem-se no significado das funções que foram alteradas no espaço rural.

A grande unidade fabril é o ponto de referência e de desenvolvimento das cidades e de sua conexão com o sistema regional. As áreas urbanas constituem-se circundando uma única empresa agro-industrial, atraindo a localização concentrada da força de trabalho e do exército industrial de reserva e, vindo a promover o desenvolvimento de atividades urbanas, como comércio, serviços e administração em escala local, ou mesmo regional.

Em contraste com o restante do país, constitui-se numa peculiaridade que o desenvolvimento do capitalismo na Microrregião Colonial do Rio do Peixe assimila a estrutura fundiária baseada na pequena propriedade agrícola. A homogeneização da produção não contribui à concentração territorial e tem um aumento exponencial como o incremento da produtividade do trabalho nos pequenos estabelecimentos rurais é sua vinculação ao sistema empresarial urbano. A tendência do capitalismo à concentração territorial e conseqüente proletarização do trabalhador rural não se realiza pelo processo particular de penetração na área.

Consolida-se um processo de coexistência entre a pequena produção mercantil e o grande capital de caráter monopolista. A fusão dessas formas contraditórias coincide com a in-

serção da região no cenário nacional, fornecendo bens primários ao eixo de desenvolvimento industrial no país, principalmente São Paulo.

Da mesma forma que na estrutura intrarregional, ha verá a nível nacional a combinação dessas regiões desiguais. A assimilação da desigualdade é constante em qualquer nível da realidade analisada, nos países de capitalismo tardio, "Esta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas", como assinala TROTSKY (4) na análise da sociedade russa.

A consolidação do capitalismo no Vale do Rio do Peixe em vez de transformar os produtores em "homens livres" para vender sua força de trabalho ao capital, sem despojá-los dos seus meios de produção, apropria-se do trabalho familiar e coloca-o como principal fator na ampliação da escala produtiva.

A incorporação da pequena propriedade fundiária, com base na mão-de-obra familiar é o segredo do desenvolvimento da atividade frigorífica.

Num primeiro momento, estabelece-se uma relação desigual entre o produtor rural e o comerciante, futuro empresário, que tem a possibilidade de colocação dos frutos do trabalho agropecuário no mercado. Segundo LIPIETZ, "a articulação externa (pelo intercâmbio de mercadorias) entre pequena produção mercantil e modo de produção capitalista apresenta-se a partir daí como um 'intercâmbio desigual absoluto', no qual todo o excedente da pequena produção mercantil é abandonado na esfera da circulação capitalista das mercadorias" (5).

Ao enriquecimento do intermediário associa-se a usura que se constitui nas pré-condições ao atrelamento do camponês à estrutura de produção capitalista. A capacidade do capitalismo em revolucionar o modo de produção, com o desenvolvimento das forças produtivas, obriga à modernização dos estabelecimentos rurais e sua vinculação "ad eternum" ao sistema creditício.

Assim, constitui-se um duplo atrelamento: ao crédito para investimento no próprio processo de produção, e ao intermediário, pela realização capitalista do produto enquanto mercadoria. Duplo atrelamento que tem sua concreção numa única figura: a empresa frigorífica.

As velhas formas desempenham outras funções no novo modo de produzir: já não se trata do mesmo camponês, proprietário dos meios de produção e inserido no sistema de produção simples de mercadorias. Estamos frente a novas relações, onde, sem haver assalariamento, temos um "proletário" da empresa frigorífica. "Essa passagem não pressupõe a submissão jurídica formal. O camponês não se transforma em assalariado. Não obstante é o 'proletário' da empresa agroalimentícia por um lado e do crédito agrícola por outro (ambos comumente dominados pelas mesmas pessoas" (5).

A pequena propriedade agrícola vincula-se, agora, ao mercado mundial que é o destino de seus produtos e, insere-se na divisão internacional do trabalho, desempenhando papel fundamental no rebaixamento do valor da força de trabalho e no incremento da taxa de lucro das atividades capitalistas.

O Vale do Rio do Peixe, através da combinação das estruturas ligadas historicamente pelo processo colonizador ao novo complexo industrial, encontra-se, assim, inserido no merca

do nacional e mundial.

Paralelamente à ampliação do raio de ação da produção do Vale do Rio do Peixe que se mundializa, estreita-se o espaço de atuação do camponês, que possui uma única vinculação fora da unidade rural: com a empresa frigorífica. Constituindo-se como um elo da cadeia, o colono integra-se totalmente ao esquema produtivo da empresa monopolista.

Reforçando a conexão que se estabelece pelo fator econômico, a submissão ao controle paternalista por parte da figura do empresário urbano consolida o processo de reprodução das relações atuais.

Este trabalhador mundial encontra-se mais puntualizado, pois o fator político "fecha" a região, conforme se refere OLIVEIRA (3), pelo controle exercido pela classe dominante local. A relação de trabalho que se estabelece no Vale pressupõe a dependência pessoal do empregado ao empregador, o que LÊNIN (6) vai denominar "coação extra-econômica".

A vivência inconsciente destas contradições sociais dificulta o movimento no sentido da construção das condições para sua superação.

O espaço para mostrar-se claramente deve relatar o homem; não um homem abstrato, mas pertencente a diferentes classes e relacionando-se. O espaço humano vem-se constituindo historicamente, no caminho da construção da possibilidade concreta de sua socialização.

A postura científica e social que dev mos assumir frente à análise espacial é explicitada por SANTOS: "Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes,

em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza Social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado" (7).

II. INTRODUÇÃO

Consiste em peculiaridade no Vale do Rio do Peixe, a forma como o capital monopolista assimila a pequena propriedade rural baseada no trabalho familiar. Resultado do processo de ocupação da microrregião, a pequena propriedade vincula-se, atualmente, ao circuito produtivo da atividade frigorífica, fazendo-se responsável por uma etapa do processo que consiste na criação de animais para corte.

Este trabalho pretende analisar a resultante da combinação destas formas diferenciadas, oriunda da integração da antiga estrutura agrária herdada historicamente, à moderna unidade industrial, inferindo das relações sociais que aí se estabelecem, a resultante espacial. Discute a referente questão teórica a partir da compreensão de uma situação concreta, visando também contribuir ao processo de conhecimento de nosso território.

Os dados utilizados foram obtidos em pesquisas ao local ou são censitários; as fontes secundárias restringem-se à composição histórica e às discussões teóricas relacionadas ao objeto de análise. A realidade em estudo não dispõe de produção acumulada anterior, fato que impôs o desenvolvimento dos diferentes aspectos abordados.

Assim, procuramos inicialmente reconstruir a história da ocupação do Vale do Rio do Peixe, explicitando como vai-se definindo a estrutura rural baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar. Apresentamos, então, no Capítulo IV, um quadro da estrutura fundiária na microrregião e municípios, demonstrando a persistência desta forma de ocupação e indicando as

áreas onde predomina e aquelas em que está se alterando sua participação.

A pequena propriedade integrada ao frigorífico dedica-se à criação da ave ou suíno e à plantação do milho e da soja que serão utilizados na fabricação da ração. Estabelece-se uma relação entre a estrutura produtiva e a persistência da pequena unidade rural. Algumas áreas escapam a este padrão, com a produção de culturas permanentes, a nordeste da microrregião, ou ainda, com a dedicação à atividade madeireira, no planalto norte do Vale. O capítulo V compõe, então, um panorama da estrutura produtiva regional mapeando as áreas das diferentes culturas.

Complementando a análise regional, o capítulo seguinte dedica-se às cidades, sua inserção na rede urbana, a relação com a área rural circundante e as atividades componentes da configuração do espaço intra-urbano. A indústria frigorífica estabelece uma relação regional, localizando-se nas maiores cidades e estabelecendo uma integração destas com as áreas rurais circundantes. As pequenas cidades não possuem expressão econômica, constituindo-se, apenas, como núcleos comerciais e de prestação de serviços às áreas rurais próximas.

As cidades regionais, além da prestação de serviços mais especializados, exercem forte influência nas áreas próximas, integrando-as à produção urbana, pela captação da matéria prima elaborada nos estabelecimentos rurais. Após o processamento industrial, porém, os produtos são enviados para fora da região, não se estabelecendo qualquer vinculação entre as diferentes cidades (Cap. VI). Poderíamos dizer que as cidades exercem a função de captadoras do produto regional, transformando-o e destinando-o ao mercado nacional e internacional. A atividade

industrial, na sua lógica, impulsiona a relação entre os espaços; assim, sua definição no panorama regional faz-se extremamente necessária, requerendo um item específico (Cap. VII).

Nesses capítulos iniciais procuramos, então, compor um quadro geral da microrregião fazendo uma caracterização do espaço rural através do reconhecimento da estrutura fundiária e do sistema produtivo. A análise urbana encarrega-se de discutir o papel das cidades no contexto regional a partir das funções centrais, mas principalmente, da atividade industrial. Uma vez composto o contexto geral, a análise concentra-se no setor de atividade determinante da conformação espacial e, sem dúvida, a atividade hegemônica encontra-se na indústria frigorífica. Os grupos que se desenvolveram vinculados a esta atividade são inclusive responsáveis pela exploração de outros setores econômicos oferecidos pela região. Tal é o caso da Indústria Frigorífica Perdígão S.A., que atua, também, na produção e comercialização da maçã ou do óleo e farelo de soja.

A análise da indústria frigorífica exige, então, atenção especial com relação às técnicas e relações de produção que desenvolve no sentido de aumentar sua capacidade de acumulação de capitais. A indústria frigorífica instala na fábrica um processo totalmente mecanizado de produção e introduz no campo novas tecnologias na perspectiva de obter um melhor rendimento de carne da ave ou suíno por consumo de ração e uma redução no tempo desta etapa produtiva, encurtando o prazo de criação para abate. A produtividade neste ramo industrial associa-se, assim, à pesquisa genética, ao controle de qualidade e à introdução de novas relações de produção (Cap. VIII).

A indústria frigorífica, com origem em capitais na

cionais, estabelece uma relação de dependência tecnológica no consumo das vitaminas que são adicionadas ao preparo da ração e responsáveis pelo rendimento na engorda. Os países de capitalismo central detêm, também, o segredo da pesquisa genética, indispensável à garantia da qualidade do animal de abate.

O capitalismo obriga à renovação das forças produtivas e aprofunda a contradição entre produtores diretos e capital, onde a necessidade do emprego de novas tecnologias concentra o capital nas empresas frigoríficas e submete o camponês à lógica dessa acumulação.

No sentido de assegurar a eficiência e a racionalidade do processo produtivo, a indústria, além de se encarregar da terminação do produto, coordena o circuito enquanto unidade produtiva, conectando as diferentes etapas. O camponês passa, então, a fazer parte do processo enquanto totalidade, inserindo-se no ritmo da produção estabelecido pela empresa frigorífica, como visa explicitar o Capítulo IX.

A empresa monopolista, incorporando a pequena propriedade ao sistema produtivo destinado ao mercado mundial, integra o espaço rural à sua estratégia particular de acumulação capitalista.

Resultante deste processo, o desenho do território vincula-se às relações produtivas que aí se estabelecem, onde o espaço regional ao mesmo tempo que aprofunda seu processo de inserção na divisão internacional do trabalho, distancia-se, por atender aos interesses monopolistas, do seu significado social.

III. A OCUPAÇÃO DO VALE DO RIO DO PEIXE

III.1 - O processo de ocupação

O povoamento do Meio-Oeste começa a se intensificar em 1908, com a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande em território catarinense, iniciada por uma companhia francesa, que depois cedeu seus direitos à Brazil Railway Company, sob a direção técnica do engenheiro norte-americano Achilles Stenghel e, também, conhecida por "Sindicato Farqhar" por ser dirigida por Percival Farqhar. Como pagamento da empresa construtora, o governo da República cedia 15 km de terras de cada lado do leito da estrada, sem levar em conta qualquer ocupação anterior, legalizada ou não, pelos Decretos nº 10432, de 9 de novembro de 1889, e nº 305, de 7 de abril de 1890, conforme dados fornecidos por SINGER (8).

A Brazil Railway Company, através de sua empresa subsidiária, a Development & Colonization Co., com sede em Portland, EUA, e autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto nº 9442, de 1912, expulsou posseiros e proprietários que ali estavam localizados, tema debatido por PIAZZA (9) quando se refere ao Vale do Rio do Peixe.

Terminado o 1º trecho, de Porto União e União da Vitória - Marcelino Ramos, a Companhia estabeleceu como responsáveis de venda das terras: F.C. Cote, comissário em São Paulo, Frederico Weymann, em Cruz Alta, R.S.B. Mokoszewski, em Rio das Antas, Otto Deiss, em Rio do Peixe e Carlos Müller, em Rio Uruguai. Ao longo do Vale do Rio do Peixe estabeleceram-se os pri-

meiros núcleos. "A colônia 'Bom Retiro' (1916) foi a primeira no gênero, tendo sido estabelecida em torno da estação do mesmo nome, perto da atual cidade de Joaçaba. A este núcleo, formado com descendentes alemães do Rio Grande do Sul, sucederam-se numerosos outros pelo Vale abaixo, espalhando-se pelas bordas do planalto." Ainda, segundo BERNARDES (10): "A mesma situação das colônias velhas do Rio Grande repetiu-se aqui, porém não tão rigorosamente: os alemães preferiram concentrar-se nas encostas, e nos fundos dos vales, cobertos de mata latifoliada, embora mais quente, enquanto que os italianos povoavam a beira do planalto, e a região de vales suspensos. Contudo, formaram-se alguns núcleos de italianos no vale, fazendo exceção à regra 'Barra Fria', 'Capinzal' e 'Videira', por exemplo."

Para a exploração e exportação madeireiras, a Brazil Railway Company criou a Southern Brazil Lumber & Colonization Company, com uma empresa em Três Barras, em 1909, e outra em Calmon, no Vale do Rio do Peixe. Estas serrarias estavam dotadas de moderna tecnologia e produziam em larga escala.

THOMÉ acrescenta (11) que a empresa de Três Barras (próxima de Canoinhas) transformava 300 metros cúbicos diários de madeira, obtendo um rendimento de 19 tábuas de 12 polegadas por 5,60 m de comprimento, totalizando 1000 dúzias de madeiras num período de 10 horas por dia, contando com o trabalho de apenas 800 empregados a Lumber tornou-se a maior madeireira da América do Sul; Construiu uma estrada de ferro entre União da Vitória e São Francisco, escoando o produto para exportação. A Lumber loteou e vendeu terras a colonos ao longo da estrada de ferro, depois que dali tinham sido expulsos posseiros ou proprietários.

Outras empresas colonizadoras atuaram na região,

como a Empresas Luce, Rosa & Cia (responsável por Itá), Colonizadora Capelli, Colonizadora Brun, Sociedade Territorial Mosele e a Sociedade Eberle, Alrons e Cia, todas do Rio Grande do Sul, onde captavam colenos para a região. Atuaram, segundo CABRAL (12), principalmente na área hoje ocupada por Concórdia, Seara, Piratuba, Ipumirim, Peritiba e Ipira. Santa Catarina tinha grande interesse na colonização dessa área, contestada desde antes da criação da Província do Paraná, em 1853, que abrangia todo o planalto meridional entre os Rios do Peixe e Peperi-guaçu, o planalto sedimentar norte e as fazendas de Lages ao Sul, perfazendo 50% do atual território catarinense.

Em 1904, o Supremo Tribunal Federal profere a primeira sentença dando ganho de causa a Santa Catarina, com reafirmação, após recursos do Paraná, em 1909 e, pela última vez, em 1910. O Paraná intensifica, então, uma campanha contra a decisão do Supremo Tribunal Federal, através de jornais e políticos, e, inclusive, indicando até a possibilidade da luta armada na reconquista do território que julgava lhe pertencer.

Em 1912, o jornalista Crispim Maia promove a idéia de um acordo entre as partes em disputa, fato que não foi bem aceito em Santa Catarina, exceto por Lauro Müller. (*) Em seguida, explode a luta dos fanáticos religiosos do Contestado.

(*) Sobre o Contestado, as políticas locais dos Estados de Santa Catarina e Paraná e o acordo final ver CABRAL, Oswaldo R., "História de Santa Catarina", Editora Laudes, SC, 1970.

III.2 - A Guerra do Contestado

Diversos fatores contribuem para a eclosão do conflito, que aparece sob a forma religiosa, encabeçado pelo monge José Maria de Santo Agostinho, ex-soldado desertor da Força Policial do Paraná e que se autodenominava o continuador do venerado monge João Maria, com lendária fama de santidade nos estados sulinos.

Existia ali uma mão-de-obra excedente, que fora desalojada das terras devolutas pela atribuição à Brazil Railway Co., em compensação à construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. As obras da ferrovia incorporavam em suas frentes de trabalho um contingente humano marginal, arregimentado em presídios ou entre diferentes espécies de desempregados (migrantes, trabalhadores temporários ou liberados de outras frentes pioneiras).

A ocupação das frentes pastoris do Planalto de Laços nos moldes latifundiários expulsa os trabalhadores daquela região que vão buscar novas fronteiras agrícolas. Essa população, conforme SANTOS (13), sem terras ou perspectivas constitui a base social do movimento, que assumiu dimensões fantásticas, estendendo-se até 1916, envolvendo 20000 homens em combate e mobilizando tropas federais.

Muitas batalhas sucederam-se (Irani, Taquaruçu, Caraguatã, Santa Maria) dando vantagens aos jagunços que conheciam a região, contavam com técnicas militares, o elemento surpresa e um ideal de luta contra a República, que, para eles, era a responsável pela situação de desespero social a que estavam submetidos.

Os "enviados" religiosos modificam-se, também, o que significa que a força principal consiste na existência de uma figura mística e, não, no reconhecimento de uma liderança específica (*).

Em 1916, cai o último reduto, a cidade santa de São Pedro, com aproximadamente 4000 habitantes, formada por Adeodato que logo após é preso e morto numa tentativa de fuga.

A revolta do Contestado, amplamente analisada por QUEIRÓZ (14), transforma o conflito pela propriedade da terra numa recusa do mundo dos homens, ao conjunto das relações sociais tal como se apresentam, o que caracteriza todo movimento messiânico ou paramessiânico.

III.3 - A Evolução da Estrutura de Ocupação do Vale do Rio do Peixe

A questão dos limites e a pertinência das terras necessitava ver-se encerrada, e o acordo entre os dois Estados era condição ao apaziguamento regional. A 20 de outubro de 1916, no Palácio do Catete, os presidentes de Santa Catarina e do Paraná assinavam, com o presidente da nação, o acordo que pôs fim à questão em litígio.

Com a volta à normalidade, retomou-se o processo - colonizador e foram criados os municípios de Mafra, antes pertencente ao Paraná, Porto União, substituindo o antigo município de União da Vitória, Chapecô e Cruzeiro (Joaçaba).

(*) José Maria de Santo Agostinho, o ressurgente do histórico João Maria é morto no combate de Irani pelas tropas paranaenses, substituído por Teodora, neta de Eusébio Ferreira dos Santos, depois por Maria Rosa, filha de Elias de Souza, e Adeodato Manoel Ramos.

A área ocupada por Caçador, Videira, Tangará, Joaçaba, Capinzal com seus desmembramentos foi loteada pela Brazil Railway Co. e suas subsidiárias, com primazia de colonos gaúchos de origem italiana. Caçador, além de italianos, recebe poloneses de Rebouças no Paraná e alemães do litoral catarinense. Ipira, Itã e Seara recebem migração de origem alemã, sendo Ipira fundada como colônia alemã com 500 lotes agrícolas.

Através das empresas colonizadoras foram feitos materiais propagandísticos atraindo alemães de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Montenegro, Lageado, Santa Cruz e Estrela e os italianos de Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi, Cachoeira do Sul e regiões adjacentes, instalando-se no Alto Uruguai e Vale do Rio do Peixe.

Como as terras, pelo acordo de concessão de 1889, deveriam ser colonizadas até 1940, se não retornariam ao patrimônio da União, acelerou-se o plano de povoamento, facilitando-se a venda nas condições de pagamento e no preço final.

A colonização rapidamente estabeleceu-se devido à fertilidade das terras associada à facilidade de comercialização da produção ocasionada pela estrada de ferro. A abertura da estrada de ferro possibilita a expansão agrícola pela corrente migratória que se desloca do Rio Grande do Sul, composta de descendentes de migrantes, principalmente italianos, contando com alemães e poloneses. Concomitante ao processo colonizador, acentuou-se o processo de devastação dos pinheirais do Alto Vale, exportando-se a madeira via estrada de ferro, por São Francisco ou Paranaguá.

A colonização inicial define a característica da área, dividida em pequenas propriedades agrárias que se estendem por todo o Oeste catarinense. Conforme o desenvolvimento da re-

gião, existe um processo de desmembramento dos municípios. Em 1920, o Vale do Rio do Peixe estava subdividido em 2 municípios; em 1950, tinha 7 e hoje 30 municípios.

No quadro 2 apresentamos a evolução dos municípios catarinenses, com suas respectivas datas de criação. O grande número de desmembramento deu-se nos últimos anos, passando o Vale do Rio do Peixe, de 13 a 30 municípios, todos esses criados entre 1961 e 1963 (*).

O Vale do Rio do Peixe insere-se no mercado nacional, comercializando o excedente agrícola e os suínos das "colônias", destinados ao centro-sul do país que, nessa época, se encontra em processo de industrialização.

Após 1930, desenvolve-se na área a atividade frigorífica, que responde ao processo de unificação do mercado nacional. Afirma SANTOS: "A revolução de 1932 parece corresponder a uma situação nova, de uma indústria em desenvolvimento que precisava ampliar seu mercado. Isto seria conseguido com a extinção de barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados da União. Tais fatos marcam um avanço fundamental no processo de integração econômica do espaço nacional" (43). Datam dessa época os frigoríficos Perdigão (1934), em Videira, Ouro (1938), em Capinzal, Pagnoncelli (1942), em Herval D'Oeste.

Acompanhando ainda os surtos de industrialização no país, a atividade frigorífica ganha novo ímpeto por ocasião do final da Segunda Guerra Mundial, com a criação da SADIA (1944) em Concórdia, do Seara (1949), em Seara, e a expansão desta ati-

(*) Esse Quadro foi montado a partir de Cabral, op.cit. e Piazza, W., "Atlas Histórico de SC" (15), SC, Edição da Secretaria de Educação e Cultura, 1970.

vidade, em direção ao Oeste de Santa Catarina.

Ao processo de intensificação da atividade frigorífica corresponde uma mudança nos padrões tecnológicos dentro da própria fábrica-e nas unidades criadoras rurais. A partir dos anos 70, a avicultura introduz formas mecanizadas no processo de criação e frigorificação associadas à pesquisa genética e, nota-se, no período, apesar da incorporação de novas áreas, um crescimento negativo nas populações rurais. Associa-se a este fato, o declínio da atividade madeireira no planalto norte da microrregião.

Entre 1950 e 1980, o Vale do Rio do Peixe incorporou 30,8% às terras rurais, com um acréscimo de 58% no total dos estabelecimentos. NO mesmo período, a população total cresce 80,34% e, somente entre 1970-1980, houve uma diminuição da população rural de 3,53%.

O Vale do Rio do Peixe obteve um incremento populacional de 42461 habitantes (14,7%), sendo que a área urbana adquiriu 49483 habitantes (54,9%) e a área rural, 7022 (-3,53%) habitantes, entre 1970 e 1980. Houve um deslocamento significativo - 3,7% da população rural e 2,2 da população total da microrregião - no sentido campo-cidade, com redução em termos absolutos dos trabalhadores agrários (17).

As cidades de até 2000 habitantes correspondem os municípios menores de 10000 habitantes, onde 13 dos 19 tiveram perda da população total e apenas 1 (Itá) obteve um incremento de população rural. É considerável a evasão das áreas rurais, onde apenas 6 municípios tiveram crescimento positivo, dos quais Concórdia (14,77%), Capinzal (33,37%), Seara (8,4%) possuem as bases de suas relações empregatícias no sistema de integração aos frigoríficos que atuam na região. Além dessas, são Catanduvas

(0,43%), Ponte Serrada (11,4+) e Itã (3,9%) conseguiram manter a estrutura rural em crescimento populacional (QUADRO 3).

De todas as cidades da região, só 3 perderam população (QUADRO 3), Rio das Antas, Lacerdópolis e Piratuba, todas com menos de 2000 habitantes (QUADRO 3).

As 6 maiores cidades (ver a classificação no QUADRO VI.7 são responsáveis por 76,4% do incremento da população urbana, e junto às cidades acima de 2000 habitantes perfazem 90,5% do aumento das populações que vivem em cidades.

Houve, também, nesses 10 anos um movimento no sentido de abandono dos pequenos municípios, onde a quase totalidade perdeu população rural (exceção feita a Itã) e não houve um incremento urbano que assimilasse a perda na totalidade. Por outro lado, os municípios maiores tiveram um aumento populacional muito superior à perda dos pequenos. As cidades acima de 10000 habitantes incrementaram-se atraindo população de fora da microrregião, considerando-se também que a perda da população rural dos próprios municípios e da população total dos pequenos municípios não satisfazem os dados de crescimento.

A microrregião colonial do Rio do Peixe vem-se urbanizando nos últimos 10 anos e, ao mesmo tempo, acentuando a diferenciação entre suas cidades, com um processo de concentração nas cidades consideradas médias e grandes (QUADRO 3), onde o dinamismo da atividade industrial assimila os movimentos migratórios de dentro e de fora da microrregião.

MUNICÍPIOS E DISTRITOS

	1950	1960	1970	1980
1. ÁGUA DOCE	distrito de Joaçaba	Herciliópolis	Herciliópolis	Herciliópolis
2. ARPOIO TRINIA	distrito de Videira	distrito de Videira	-	-
3. CAÇADOR	Rio das Antas, Taquara Verde	Macieira, Taquara Verde	Macieira, Taquara Verde	Macieira, Taquara Verde
4. CAPINZAL	-	Dois Irmãos, Lacerdópolis	Alto Alegre	Alto Alegre
5. CATANDUVAS	distrito de Joaçaba	distrito de Joaçaba	Vargem Bonita	Vargem Bonita
6. CONCÓRDIA	Arabatã, Ipumirim, Itá, Seara	Arabatã, Lindóia, Ipumirim, Volta Grande	Arabatã, Pres. Kennedy, Volta Grande	Arabatã, Pres. Kennedy, Volta Grande,
7. ERVAL V.	distrito de Campos Novos	distrito de Campos Novos	Engenho Velho, Lindóia	Engenho Velho, Lindóia
8. FRAIBURGO	-	-	Barra Fria	Barra Fria
9. HERVAL D'OESTE	distrito de Joaçaba	-	D. z de Novembro	-
10. IBICARÉ	distrito de Joaçaba	-	-	-
11. IPIRA	-	distrito de Joaçaba	-	-
12. IPUMIRIM	distrito de Concórdia	distrito de Piratuba	-	-
13. IRANI	distrito de Joaçaba	distrito de Concórdia	-	-
14. ITÁ	distrito de Concórdia	distrito de Joaçaba	-	Paial
15. JABORÁ	distrito de Joaçaba	distrito de Joaçaba	-	-
16. JOAÇABA	Catanduvas, Herciliópolis, Ibicaré, Água Doce, Irani, Jaborá, Luzerna, Pte Serrada	Catanduvas, Ibicaré, Irani, Jaborá, Luzerna Nova Petrópolis, 13 Tílias	Luzerna, Nova Petrópolis	Luzerna, Nova Petrópolis
17. LACERDÓPOLIS	-	distrito de Capinzal	-	-
18. OURO	-	distrito de Capinzal	-	-
19. PERITIBA	-	distrito de Piratuba	-	-
20. PIN. PRETO	-	distrito de Videira	-	-
21. PIRATUBA	Esteves Jr., Uruguai	Uruguai, Peritiba, Ipira	Uruguai	Uruguai
22. PTE SERRADA	distrito de Joaçaba	Coronel Passos Maia	Coronel Passos Maia, Dom Carlos	Coronel Passos Maia, Dom Carlos
23. PRES. CASTELOBR.	distrito de Capinzal	-	-	-
24. RIO DAS ANTAS	distrito de Caçador	Iponémia	Iponémia	Iponémia
25. SALTO VELOSO	-	distrito de Videira	-	-

MUNICÍPIOS E DISTRITOS

	1950	1960	1970	1980
26. SEARA				
27. TANGARÁ	distrito de Concórdia Marari	Caraiba, Nova Teutônia, Xavantina, Ibrian, Marari	Arvoredo, Caraiba, Nova Teutônia Ibrian, Irakitan, Marari	Arvoredo, Caraiba, Nova Teutônia Ibrian, Irakitan, Marari
28. 13 TILIAS	-	distrito de Joaçaba	-	-
29. VIDEIRA	Arroio Trinta, Iomerê Ipoméia	Anta Gorda, Arroio Trinta, 10 de Nov., Iomerê, Lourdes, Pin. Preto, Veloso distrito de Seara	Anta Gorda, Lour- des, Bom Sucesso, Iomerê	Anta Gorda, Lour- des, Bom Sucesso, Iomerê
30. XAVANTINA	-		Linha das Palmei- ras	Linha das Palmei- ras

Observação - distrito de - significa que pertence aquele município; quando vem sem discriminação significa que o município citado possui aqueles distritos

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL, RURAL E URBANA

(1970 -1980)

	CRESCIMENTO NUMÉRICO			TAXA DE CRESCIMENTO		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
MICRORREGIÃO	42461	49483	-7022	14,7%	54,9%	-3,53%
MUNICÍPIOS MAIORES						
CAÇADOR	6376	6919	-543	19,46	37,02	-3,82%
CONCÓRDIA	13962	8832	5130	30,70	82,23	14,77%
JOAÇABA	3923	5497	-1574	18,87	40	-22,3%
VIDEIRA	6287	7735	-1348	28,75	70,86	-12,42
MUNICÍPIOS ENTRE 10000 E 16000 HAB.						
HERVAL D'OESTE	2343	3002	-659	17,85	42,58	-10,9
CAPINZAL	2600	1191	1409	33,3	33,43	-33,37
CATANDUVAS	2521	1672	940	31,6	205,4	0,43
FRAIBURGO	4886	5249	-363	48,15	140	-5,7
PTE SERRADA	3056	2159	897	32,9	153,3	11,4
SEARA	2629	1694	935	19,6	76,5	8,4
TANGARÁ	-1691	264	-1955	-12,7	9	-18,8
DE 5000 A 10000 HAB.						
ÁGUA DOCE	-568	936	-1504	-6,6	103,65	-19,63
IPUMIRIM	-295	469	-764	-4	74	-11,3
IRANI	78	307	-229	1,3	110	-3,8
ITÁ	566	311	255	7,8	41	3,9
OURO	-315	416	-731	-5	37,2	-14,6
RIO DAS ANTAS	-794	-116	-678	-12,7	-8,4	-13,9
XAVANTINA	-135	285	-420	-2,4	67	-8,3
ATÉ 5000 HAB.						
ARROIO TRINIA	303	411	-108	11,47	66,6	-5,3
IBICARÉ	-431	111	-542	-9,3	16,8	-13,6
IPIRA	-31	134	-165	-0,6	19,4	-3,9
JABORÁ	-114	347	-461	-2,3	70,2	-10
LACERDÓPOLIS	-1002	-214	-788	-32	-25,8	-34,3
PERITIBA	81	185	-104	3	57,8	-4,5
PINHEIRO PRETO	255	292	-37	13,4	76,8	-2,4
PIRATUBA	-621	-240	-381	-11,5	-16,4	-9,6
PRES. C. BRANCO	-184	42	-226	-9,6	13,9	-14
SALTO VELOSO	360	881	-521	12,17	103,4	-24,7
TREZE TÍLIAS	-46	552	-598	-1,3	71,3	-21,2
ERVAL VELHO	-824	160	-984	-14,3	10,4	-23,2

	1950			1960			1970			1980		
	POP. TOTAL	URBANA	RURAL	POP. TOTAL	URBANA	RURAL	POP. TOTAL	URBANA	RURAL	POP. TOTAL	URBANA	RURAL
TOTAL DO ESTADO	1560502	362717	1197785	2129252	688358	1440894	2901734	1246043	1655691	3627933	2154238	1473695
TOTAL DA MICORREGIÃO	184144	31178	152966	221640	56062	165578	288601	90183	198418	331062	139666	191395
MUNICÍPIOS												
ÁGUA DOCE	-	-	-	7017	714	6293	8563	903	7660	7995	1839	6156
ARROIO TRINTA	-	-	-	-	-	-	2642	617	2025	2945	1028	1917
CAÇADOR	23723	8032	15691	22620	10910	710	32892	18689	14203	39269	25603	13660
CAPINZAL	13935	1868	12067	16645	-	13054	7791	3563	4228	10391	4754	5637
CATANDUVAS	-	-	-	-	-	-	7975	814	7975	10496	2486	8010
CONCÓRDIA	45014	3742	44272	44761	7003	37758	45465	10741	34724	59427	19573	39854
ERVAL VELHO	-	-	-	-	-	-	5774	1543	4231	4950	1703	3247
FRAIBURGO	-	-	-	-	-	-	10148	3748	6400	15034	8997	6031
HERVAL D'OESTE	-	-	-	11458	4119	7339	13125	7050	6075	15468	10052	5444
IBICARÉ	-	-	-	-	-	-	4642	661	3981	4211	772	3734
IPIRA	-	-	-	-	-	-	4923	692	4231	4892	826	4059
IPUMIRIM	-	-	-	-	-	-	7403	634	6769	7108	1103	6005
IRANI	-	-	-	-	-	-	6190	254	5936	6268	561	5707
ITÁ	-	-	-	5992	498	5494	7242	757	6485	7808	1063	6740
JABOÁ	-	-	-	-	-	-	5042	494	4548	4928	841	4087
JOAÇARA	48299	9211	39088	34088	11459	22629	20794	13740	7054	24717	19237	5490
LACERDÓPOLIS	-	-	-	-	-	-	3122	827	2295	2120	613	1507
OURO	-	-	-	-	-	-	6117	1117	5000	5802	1533	4269
PERITIBA	-	-	-	-	-	-	2655	320	2335	2736	505	2221
P. PRETO	-	-	-	-	-	-	1906	380	1526	2161	672	1403
PIRAJUBA	12620	1790	10830	12901	2480	10421	5426	1467	3959	4505	1227	3978
PTE. SERRADA	-	-	-	6563	1083	5480	9285	1408	7877	12341	3567	8774
PPES. C. BRANCO	-	-	-	-	-	-	1910	301	1609	1726	343	1383
RIO DAS MATIAS	-	-	-	5083	1475	3608	6245	1376	4869	5451	1260	4191
SALTO W.	-	-	-	-	-	-	3859	652	3197	3019	1733	1504
SEARA	-	-	-	13821	1168	12653	13974	2213	11161	16003	3907	12001
TANGARÁ	13359	1966	11393	14245	2890	11356	13313	2907	10406	11622	3171	8411
T. TÍLIAS	-	-	-	-	-	-	3591	774	2817	3545	1326	2210
VIDEIRA	23625	4569	19056	26445	8662	17783	21864	10916	10848	28151	18551	9500
XAVANTINA	-	-	-	-	-	-	5509	425	5084	5374	710	4804

IV. EVOLUÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS RURAIS

A ocupação das terras da Microrregião Colonial do Rio do Peixe, datada da primeira metade do século, continua tendo incremento na incorporação de terras destinadas aos estabelecimentos agrícolas (76,44%) e no número destes (63,27%) no período de 1950 (18) a 1980. No mesmo período, a média estadual de crescimento foi de 48,27% no número de estabelecimentos e de 72,16% - nas novas terras ocupadas, que, inferior à do Vale, sofre uma elevação pelas suas porcentagens e pelas do Oeste Catarinense, frentes de expansão da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul. (TABELA 1).

A estrutura rural foi capaz de absorver 58,55% em pessoal ocupado nos estabelecimentos, nos anos de 1950 e 1980, contando no fim do período com 108971 trabalhadores.

Em 83, em 25% dos estabelecimentos, correspondente a 91,67% da área total da microrregião, o produtor é proprietário das terras em que trabalha. No Vale do Rio do Peixe predomina a propriedade individual que, em 96,05% dos estabelecimentos alcança 82,36% das terras produtivas, restando aos condomínios ou sociedade de pessoas, 2,4% dos estabelecimentos e 6,7% em área e às sociedades anônimas, 1,15% dos estabelecimentos e 9,26% em área rural (19) (20).

IV.1 - Estrutura da Propriedade Fundiária

No Vale do Rio do Peixe, predomina a pequena propriedade rural (10 a 100 ha), que ocupa 55,18% da área total, em 74,42% dos estabelecimentos da região.

Um processo de concentração territorial ocorreu nas propriedades de 100 a 1000 ha, com a diminuição percentual do número de estabelecimentos e aumentos da percentagem de área total (QUADRO 2). As porcentagens de área perdidas pelos estabelecimentos de 0 - 10 ha e de 10 a 100 ha, com a redução do número de estabelecimentos, entre 1970 e 1980, foram assimiladas pelas propriedades de 100 a 1000 ha e acima de 1000 ha.

Observa-se que esse processo ocorre principalmente nas áreas em que já predominavam as grandes propriedades, ao norte do Vale do Rio e próximo ao planalto de Lages. Os municípios que apresentaram um movimento no sentido da concentração territorial foram, entre 1970 e 1980, principalmente, Catanduvas, Caçador, Fraiburgo e Capinzal.

Mas, apesar desse incremento nas propriedades maiores, faz-se necessário reconhecer a persistência da estrutura fundiária regional, baseada na pequena propriedade rural. Contrariando o desenvolvimento dos estabelecimentos rurais no resto do país, onde a concentração territorial fez-se norma, a Microrregião Colonial do Rio do Peixe conta, ainda hoje, com a maior parte de seus estabelecimentos variando de 10 a 100 ha, ou seja, com o território repartido em pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar.

Além do processo concentrador, da ordem de 2,26%, houve um incremento em área de 0,12% nas propriedades menores (0 - 10 ha) e em 1,13% no número de estabelecimentos entre 1975 (21) e 1980 (22).

IV.2 - A Situação dos Camponeses

A herança histórica determina a medição das pro-

priedades rurais em "colônias" que variavam de 25 a 35 ha, mas no Vale do Rio do Peixe a grande maioria estabeleceu-se em 25 ha. O processo de colonização do Vale do Rio do Peixe repartiu o território em colônias de 25 ha, ocupadas por migrantes, principalmente de origem italiana. Atualmente, mede-se a prosperidade do produtor pelo número de "colônias" que possui.

O território do Rio do Peixe encontra-se parcelado em propriedades de 20 a 50 ha, que ocupa em 1975, 31,49% da área total em 38,57% dos estabelecimentos. As propriedades de 50 a 100 ha ocupam 15,05% da área total com 8,52% dos estabelecimentos e as de 10 a 20 ha, 11,02% e 28,77%, respectivamente (QUADRO 5).

As propriedades de 10-50 ha sofreram um incremento em área e estabelecimentos até 1970, quando perdem espaço às de 50 a 100 ha, coincidente com a implantação da avicultura pelas indústrias frigoríficas. Tal correlação justifica-se pelo fato da conexão entre empresa-estabelecimento rural processar-se exatamente no circuito da herança colonial com emprego do trabalho familiar.

Houve um processo de empobrecimento na população rural de 1950 até 1970 com o aumento das porcentagens dos estabelecimentos da área totais nas propriedades de 0 - 10 ha. Talvez mediante o impacto da implantação das novas relações produtivas este dado inverte-se até 1975, com a redução em termos absolutos do número e da área dos pequenos estabelecimentos e a incorporação das perdas às propriedades acima de 100 ha (QUADRO 2).

Considerando-se as propriedades situadas entre

0 - 10 ha, de camponeses arruinados^(*), estas terras podem ter sido absorvidas pelas maiores.

Entre 1975 e 1980, um novo ciclo de pobreza promove um aumento das propriedades pequenas, com aumento do número de estabelecimentos (de 5364 a 5726) e da área ocupada (de 30.737 ha a 32497 ha), e de suas porcentagens, 21,95% e 3,32% em relação à área total (QUADRO 2).

Os camponeses situados nessa faixa tiveram suas colônias partilhadas e encontram-se com uma quantidade insuficiente de terras para lavoura. A prosperidade se mantém pelo trabalho dos pais na propriedade, e os outros membros da família ingressam no assalariamento fora da unidade rural. O pequeno excedente comercializável reproduz o estado de miséria desses estabelecimentos.

Embora exista uma correspondência entre tamanho da propriedade fundiária e as condições dos produtores, faz-se necessário colocar as peculiaridades que podem alterar essa situação.

Como a produção fundamental não é propriamente agrícola, é possível ocorrer em pequena quantidade de terra um grande estabelecimento avícola ou suinocultor. Porém, sendo a terra condição para obtenção do crédito bancário, indispensável à implantação das instalações, é usual a vinculação dessas atividades às propriedades entre 20 e 50 ha, prioritariamente, e também entre 50 - 100 ha e, em alguns casos, entre 10 - 20 ha. Essas propriedades obrigam-se ao plantio consorciado milho-soja, o que contribui a um padrão de repartição territorial.

(*) Usamos essa classificação similar à utilizada por Lenin, V.I., "O Programa Agrário" (16).

IV.3 - A Estrutura Fundiária nos Municípios da Região do Rio do Peixe

Os municípios possuem a maior parte de suas terras distribuídas em propriedades de 10-100 ha. 24 municípios dos 30 da Microrregião apresentam essa estrutura fundiária, sendo que em 18, essas propriedades ocupam acima de 73% da área do município.

Esses municípios são: Erval Velho (50,1% das terras está dividida em propriedades de 10 - 100 ha), Irani (52,36%), Rio das Antas (57,70%), Salto Veloso (55,60%), Tangará (69,25%), Joaçaba (83,15%), Jaborá (76,82%), Piratuba (73,95%) e mais aqueles que não apresentam nenhuma propriedade acima de 1000 ha, Arroio Trinta (93,87%), Concórdia (86,83%), Herval D'Oeste (86,23%), Ibicaré (92,92%), Ipira (90,59%), Ipumirim (78,61%), Itá (88,33%), Lacerdópolis (94,93%), Ouro (90,74%), Peritiba (89,70%), Pinheiro Preto (91,05%), Pres. Castelo Branco (95,23%), Seara (82,48%), Treze Tílias (75,40%), Videira (84,07%) e Xavantina (90,08%) (QUADRO 6).

Catorze municípios apresentam propriedades acima de 1000 ha (QUADRO 1), sendo que apenas em Água Doce elas ocupam a maior parte das terras (57,42%). Acima de 10000 ha, existe uma propriedade em Água Doce, com 32,16% das terras municipais e uma, em Ponte Serrada com 16,34% (QUADRO 6).

A concentração territorial na região encontra-se espacialmente localizada. Água Doce, Caçador, Ponte Serrada, constituem o Alto Vale da Microrregião, onde situam-se as terras mais planas, que possibilitam a mecanização e a exploração extensiva. Anteriormente, esses municípios viviam da atividade madeireira;

Ponte Serrada e Catanduvas ainda mantêm o valor de produção municipal baseados nesta atividade, mas Água Doce e Caçador atuam hoje, também, no plantio do milho e da soja. Em Ponte Serrada, a atividade madeireira é responsável por 49,88% do valor de produção do município e em Catanduvas, por 46,55%. Em Água Doce, temos 30,67% correspondentes às lavouras temporárias e 24,77% aos animais de médio porte, assim como em Caçador, onde aparecem 38,55% e 14,70%, respectivamente. A atividade extrativa madeireira consegue em Água Doce 4,34% e, em Caçador 8,1% do valor de produção municipal. Todos os outros municípios que possuem grandes propriedades têm como fonte de rendimentos as lavouras temporárias associadas à criação animal, principalmente de médio e pequeno portes. Assim, temos em lavouras temporárias e animais de médio porte, respectivamente:

Irani 42,48% e 37%;
 Salto Veloso 40,3% e 46,8%;
 Tangará 51,2% e 29,1%;
 Jaborá 47,16% e 36,92%;
 Joaçaba 46,19% e 29,9%;
 Erval Velho 37,13% e 35,93%;
 Capinzal 44,7% e 28,8% (animais de pequeno porte);
 Piratuba 51,98% e 32,37%;
 Rio das Antas 42,76% e 19,13%.

Em Fraiburgo, a maior parte do valor de produção deve-se à maçã, com 47,83% do município, acompanhada pelo milho 16,55%, e animais de pequeno porte 14,37%.

A paisagem rural do Vale difere das demais regiões do país. Já não se percorrem imensas extensões de terra ocupada pela monotonia da mesma cultura ou o pasto, onde o elemento humano é a tônica dissonante. Em qualquer ponto de localização nos caminhos para o interior, avistam-se unidades semelhantes, centralizadas pelas moradias próximas aos galpões de aves ou de suí-

nos nas partes mais planas e ladeadas pelas lavouras do milho e soja que se alongam nas encostas dos pequenos morros circundantes. A repartição da área em pequenas propriedades associadas ao processo produtivo da frigorificação, atribui à paisagem um desenho singular, com a ocupação bastante intensa do território rural.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO VALE DO RIO DO PEIXE

	Estabelecimentos	Área (ha)
1950	16503	747800
1960	21598	834155
1970	27708	939897
1975	25757	961205
1980	26082	978230

EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS EM SANTA CATARINA

	Estabelecimentos	Área (ha)
1950	104429	5318262
1960	158268	5948950
1970	207218	7025326
1975	206505	6877280
1980	216324	7369529

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS NA MICROREGIÃO COLONIAL DO RIO DO PEIXE

	0 - 10 ha			10 - 100 ha			100 - 1000 ha			1000 →		
	E	A	M	E	A	M	E	A	M	E	A	M
1950	1149	11161	6,04	13837	435149	31,45	765	162351	212,2	52	139094	2674,88
1960	4118	23299	5,66	16719	495927	29,66	676	149257	220,8	53	165672	3125,89
1970	6140	34136	5,54	20785	576514	27,73	711	182680	256,93	70	146565	
1975	5364	30737	5,73	19541	553252	28,31	934	188877	202,2	90	188338	2092,6
1980	5726	32497	5,67	19411	539823	27,8	847	214340	253	89	191570	2152,5

E = número de estabelecimentos com declaração

A = área em ha

M = média de ha/estabelecimento

DADOS EM PORCENTAGEM

	0 - 10 ha			10 - 100 ha			100 - 1000 ha			1000 →		
	E	A	M	E	A	M	E	A	M	E	A	M
1950	11,20	1,49	83,84	58,19	4,63	21,70	0,31	18,60				
1960	19,06	2,79	77,40	59,49	3,12	17,89	0,24	19,68				
1970	22,15	3,63	75	52,24	2,56	19,43	0,29	15,61				
1975	20,82	3,20	75,87	57,56	3,62	19,65	0,35	19,59				
1980	21,95	3,32	74,42	55,18	3,24	21,91	0,34	19,58				

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS ATÉ 100 HA NA MICROREGIÃO COLONIAL DO RIO DO PEIXE

	1950		1960		1970		1975	
	E	A	Ê	A	E	A	E	A
menos de 1 ha	43	12	92	41	200	84	122	57
1 ha a menos de 2 ha	68	80	130	182	365	470	242	303
2 ha a menos de 5 ha	541	1984	1611	5869	2202	8009	1770	6404
5 ha a menos de 10 ha	1197	9085	2285	17207	3373	25573	3230	23973
10 ha a menos de 20 ha	4077	58083	5868	83101	8069	115350	7410	105905
20 ha a menos de 50 ha	7686	236721	8717	269305	10633	323612	9935	302675
50 ha a menos de 100 ha	2074	140345	2134	143521	2083	137552	2196	144672

DADOS EM PORCENTAGEM DE ÁREA E ESTABELECIMENTOS TOTAIS

	1950		1960		1970		1975	
	E	A	E	A	E	A	E	A
menos de 1 ha	0,26	0,0016	0,42	0,0049	0,72	0,009	0,47	0,006
1 ha a menos de 2 ha	0,41	0,01	0,6	0,021	1,31	0,05	0,94	0,03
2 ha a menos de 5 ha	3,28	0,26	7,46	0,70	7,95	0,85	6,87	0,67
5 ha a menos de 10 ha	7,25	1,21	10,58	2,06	12,17	2,72	12,54	2,49
10 ha a menos de 20 ha	24,70	7,77	27,16	9,96	29,12	12,27	28,77	11,02
20 ha a menos de 50 ha	46,58	31,65	40,36	32,28	38,37	34,43	38,57	31,49
50 ha a menos de 100 ha	12,57	18,77	9,88	17,20	7,52	14,63	8,52	15,05

E = número de estabelecimentos

A = área em ha

Observação: No Censo Preliminar de 1980 não existe esta classificação; os dados são de 0 - 10 ha e 10 - 100 ha

QUADRO IV.4.

c

QUADRO IV.5.

QUADRO IV.4.
EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DE 100 - 1000 Ha.

	1950		1960		1970		1975	
	E	A	E	A	E	A	E	A
100 ha a menos de 200 ha	523	68808	450	59484	427	57996	461	62054
200 ha a menos de 500 ha	184	55305	175	52749	198	63986	216	67799
500 ha a menos de 1000 ha	58	38283	51	37024	86	60698	84	59024

QUADRO IV.5.
EVOLUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS ACIMA DE 1000 Ha

	1950		1960		1970		1975	
	E	A	E	A	E	A	E	A
1000 ha a menos de 2000 ha	29	43393	32	45332	46	62741	66	88615
2000 ha a menos de 5000 ha	16	45471	12	40897	20	54246	19	54693
5000 ha a menos de 10000 ha	6	35230	6	37541	3	17271	3	21002
10000 ha a menos de 100000 ha	1	15000	3	41902	1	12307	2	23928

PORCENTAGENS DE TERRAS UTILIZADAS PELOS DIFERENTES GRUPOS DE ÁREAS. 1980

	0 - 10 ha		10 - 100		100 - 1000		1000 - 10000		10000 -	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
Água Doce	59	0,24	443	11,68	109	30,64	36	57,42	-	-
* Arroio Trinta	61	4,78	285	93,87	1	1,34	-	-	-	-
Caçador	185	1,29	733	29,98	137	43,52	13	25,20	-	-
Capinzal	176	4	292	41,94	29	30,94	3	23,06	-	-
Catanduvas	37	0,40	219	18,10	63	40,88	3	8,45	1	32,16
* Concórdia	1235	6,59	3994	86,83	43	6,57	-	-	-	-
Erval Velho	111	2,72	386	58,1	28	28,98	2	10,2	-	-
Fraiburgo	152	1,95	279	10,75	58	44,39	7	32,92	-	-
* Herval d'Oeste	177	4,42	551	86,23	13	9,35	-	-	-	-
* Ibicaré	103	4,9	482	92,92	3	2,3	-	-	-	-
* Ipira	219	8,5	622	90,59	1	0,9	-	-	-	-
* Ipumirim	294	8	720	78,61	16	13,36	-	-	-	-
Irani	74	1,67	508	52,36	39	30,8	2	15,16	-	-
* Itá	273	7,36	790	88,33	9	4,3	-	-	-	-
Jaborá	110	3,38	455	76,82	13	13,93	1	5,87	-	-
Joaçaba	83	1,74	720	83,15	19	11,16	1	3,95	-	-
* Lacerdópolis	4	0,53	197	94,93	2	4,54	-	-	-	-
* Ouro	72	2,3	652	90,74	10	6,97	-	-	-	-
* Peritiba	87	6,34	315	89,70	3	3,95	-	-	-	-
* P. Preto	36	4,48	175	91,05	2	4,48	-	-	-	-
Piratuba	195	8,28	477	73,95	8	9,73	1	8	-	-
Pte Serrada	115	1,0	397	20,19	85	38,02	9	24,40	1	16,34
* Pres. Cast. Branco	42	4,77	202	95,23	-	-	-	-	-	-
* Rio das Antas	157	0,24	527	57,70	34	24	3	15,82	-	-
Salto Veloso	38	1,64	218	55,60	7	9,32	2	32,94	-	-
* Seara	705	9,12	1410	82,48	21	8,4	-	-	-	-
Tangará	409	4,7	1160	69,25	35	12,6	4	13,5	-	-
* Treze Tílias	37	1,4	284	75,40	21	23,2	-	-	-	-
* Videira	343	3,63	1252	84,07	30	12,3	-	-	-	-
* Xavantina	137	4,49	636	90,08	8	5,43	-	-	-	-

A = em porcentagem da área total

* = 16 Municípios que não tem nenhum estabelecimento acima de 1000 ha

V. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL

Nas pequenas e médias propriedades do Vale que se espalham em toda sua extensão, a constante é o embasamento econômico na suinocultura e avicultura, consorciadas ao plantio do milho e da soja. Estes estabelecimentos mantêm uma agricultura de subsistência e alguns animais de quintal (aves ou suínos) para o sustento familiar. O colono, para sua reprodução, necessita consumir pouco fora de sua unidade e os ganhos de capital são investidos no processo de produção do estabelecimento rural e na sua modernização.

A estrutura da produção agrária vinculada à produção de aves ou suínos é simples, com as culturas do milho e soja destinados ao mercado, em geral, para a fabricação de rações ou óleos. Outras colheitas restringem-se ao consumo local.

As culturas permanentes ocupam o nordeste da microrregião (0,87% do total de terras utilizadas) e vêm conseguindo êxito nos últimos anos, reforçando a característica econômico-espacial da área.

As terras do Vale do Rio do Peixe são destinadas às lavouras temporárias (24% da área total) e pastagens naturais (25,2%). De 1950 (18) a 1975 (19) (21), houve uma redução significativa às destinadas a matas naturais de 28,27% a 16,3%, localizadas em Caçador, Ponte Serrada, Água Doce, Fraiburgo e Concórdia. Nesse período, houve um incremento no total das terras de 28,54% e nas áreas destinadas às lavouras temporárias (Concórdia, Tangará, Seara, Videira, Caçador), pastagens plantadas (Concórdia, Caçador), e matas reflorestadas (Caçador, Catanduvas e Fraiburgo) (QUADRO 1).

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

(Porcentagem da área total da microrregião)

	1950	1960	1975
LAVOURAS - PERMANENTES	0,62%	1,52%	0,87%
TEMPORÁRIAS	20,75% Concórdia 33,5% Joaçaba 23%	21,34% (Concórdia 23%)	24% Concórdia - 18,34% Tangará - 7,3% Seara - 7,12%
PASTAGENS - NATURAIS	26,45% (Joaçaba 62%)	22,5 %	lavouras em descanso - 7,6% 25,2 % (Água Doce - 34,2%; Pte. Serrada - 13,6%; Caçador - 9,3%)
PLANTADAS	1,74%	4,58%	7,3 % (Caçador - 12,35%; Concórdia - 14,3%)
MATAS - NATURAIS	28,27% Concórdia 32,5% Joaçaba 36,6%	29,53%	16,3 % (Pte. Serrada - 16,79%; Caçador - 14,17%)
REFLORESTADAS	0,32%	1,47%	2,65% (Caçador - 29,34%; Catanduvas - 24,27%)
TERRAS INCULTAS	18,6 %	16,64%	10% (terras produtivas não utilizadas)
	A = 747800 ha	A = 834155 ha	A = 961205 ha

Os municípios citados constituem-se nos mais expressivos nos referentes itens.

VALOR DA PRODUÇÃO RURAL

PORCENTAGENS DA MICROREGIÃO/ESTADO

TOTAL	ANIMAL			VEGETAL		EXTRAÇÃO VEGETAL	SILVICULTURA
	PORTE GR	MÉDIO	PQ	PERM	TEMP		
1970							
211241	24908	51201	16044	9848	87828	11138	10275
17,29%	14,44%	30%	25,14%	22,64%	14,23%	8,56%	41,75%
1975							
1302245	115471	358820	285229	52020	436725	45849	1691
19,9%	13,88%	34,15%	40,19%	25%	13,4%	10%	2,7%

CRESCIMENTO EM 5 ANOS

TOTAL	ANIMAL			VEGETAL		EXTRAÇÃO VEGETAL
	PORTE GR	MÉDIO	PQ	PERM	TEMP	
516,5%	363,6%	600%	1677,8%	438,4%	397,2%	311,6%

PERM - Cultura permanente

TEMP - Cultura temporária

Animal: GR - porte grande

PQ - porte pequeno

As pastagens naturais situam-se ao norte do Vale em Água Doce, Ponte Serrada, Caçador, e, em menor escala em Fraiburgo e Concórdia.

A riqueza produzida no Vale do Rio do Peixe deve-se em primeiro lugar à atividade pecuária e à avicultura que participam com 27,55% e 21,9% do valor de produção da microrregião. Junto à bovinocultura, a atividade animal alcançou 58,32% do valor produzido em 1975. As lavouras temporárias, principalmente o milho e a soja, encarregaram-se de 33,54% do valor produzido naquele ano.

Concórdia poderia ser qualificado como o município mais produtivo da microrregião (30,32% do valor desta), acompanhado por Videira, com 8,5% (QUADRO 2).

A microrregião Colonial do Rio do Peixe vem apresentando um desenvolvimento surpreendente; em 5 anos (de 1970 a 1975) obteve um incremento da ordem de 500% no valor de produção. Na criação animal de médio e pequeno porte e nas lavouras temporárias obteve um incremento superior ao restante do Vale, aumentando as porcentagens de produção que lhe são devidas em relação ao total da região (QUADRO 3).

AS CULTURAS TEMPORÁRIAS

As culturas temporárias ocupam 24% das terras utilizadas na microrregião Colonial do Rio do Peixe, com maior concentração nos municípios de Caçador (1,1%), Concórdia (4,42%), Videira (1,4%), Seara (1,7%) e Tangará (1,75%).

As culturas consorciadas milho-soja estendem-se por todo espaço regional, homogenizando-o a partir dos últimos anos concomitante ao desenvolvimento da atividade frigorífica.

LAVOURAS TEMPORÁRIAS - MILHO

	1950			1970			1975		
	E*	Q (t)	A (ha)	INF.	Q (t)	A (ha)	INF.	Q (t)	A (ha)
ESTADO	79824	355034	245196	175981	1197587	672156	171709	1661604	728929
MICRORREGIÃO	15658	111759	77546	26290	297195	150975	24824	421512	167809
MUNICÍPIOS									
SIGNIFICATIVOS									
CAÇADOR	1091	6457	5518	1199	9363	7443	1105	14343	7042
CONCÓRDIA	5563	36571	29861	5247	58862	29225	5070	80206	32945
HERVAL D'OESTE	-	-	-	757	9634	4700	651	11993	4644
IPIRA	-	-	-	756	7086	4615	922	12611	4773
IPUMIRIM	-	-	-	1124	12717	5647	978	14436	5561
IRANI	-	-	-	752	8124	4375	671	11097	4434
ITÁ	-	-	-	1133	13872	6427	1073	19156	7355
JABORÁ	-	-	-	643	7352	3777	549	10626	3756
JOAÇABA	3706	28565	14487	928	9599	5330	845	13431	5675
OURO	-	-	-	735	12757	6189	674	13259	6563
SEARA	-	-	-	1586	24295	10751	1732	36161	13652
TANGARÁ	1303	8758	5374	1905	16814	8836	1640	34554	11264
VIDEIRA	1848	14798	9481	1396	15650	7667	1342	24302	9084
XAVANTINA	-	-	-	762	12914	5228	798	17478	6556
RIO DAS ANTAS	-	-	-	631	6474	3909	604	10663	4365

1960 - O Censo de 1960 não apresenta este tipo de dado.

* E = Estabelecimentos com declaração

LAVOURAS TEMPORÁRIAS - SOJA

	1970			1975		
	INF.	Q(t)	A (ha)	INF.	Q(t)	A (ha)
ESTADO	70253	58121	90633	56389	270870	263876
MICRORR.	11344	12690	25463	14391	47334	62588
CONCÓRDIA	3145	3686	7461	4165	13940	20546
ITÁ	745	1164	2801	967	3953	5789
OURO	588	834	3023	614	2549	4148
PIRATUBA	458	607	815	714	2204	2698
SEARA	927	931	1434	1217	2781	4730
CAPINZAL	117	105	160	342	4400	3563

Os Censos de 1950 e 1960 não apresentam o dado sobre a cultura da soja.

A produção de milho aumentou 165,92% de 1950 a 1970 e 41,83% daí até 1975, em quantidade produzida, alcançando 277,16% de crescimento no período considerado. Passou a ocupar 94,7% em terras de 1950 a 1970 e 11,15% até 1975, completando 116,4% de incorporação do solo à sua atividade. Concórdia contribui com 19% da colheita de 1975, Seara, com 8,6%, Tangará com 8,2% e Videira com 5,77%, constituindo-se nas áreas de concentração desta atividade que possui a colaboração de todos os municípios na formação do total regional.

A soja é produzida fundamentalmente na Microrregião do Oeste Catarinense, com 67,39% do total do Estado de Santa Catarina. O Vale encarregou-se de 17,5% da safra de 1975. Introduzida recentemente, na propriedade colonial teve um incremento de 273% na quantidade produzida e de 145,8% de área ocupada entre 1970 e 1975. Ainda assim, sua produção atinge 11,2% do milho em 37,3% de sua área ocupada.

AS CULTURAS PERMANENTES

Destacam-se, entre as lavouras permanentes, a maçã e a uva. Santa Catarina apresenta pequena produção frutífera, apesar da área nordeste do Vale do Rio do Peixe vir se especializando em frutos de clima temperado. Exatamente nesta área delimitada encontramos grandes propriedades fundiárias, com empresas baseadas no trabalho assalariado e na produção em larga escala.

Os frutos são comercializados ao natural ou sofrem processo de transformação, para sucos ou geléias e doces nos próprios municípios produtores (*)

(*) A Perdigão atua na fruticultura, na produção de maçã em Fraiburgo.

CULTURAS PERMANENTES

LARANJA

	1950			1970			1975		
	E	Q(t)	A (ha)	Inf.	Q*	A (ha)	Inf.	Q*	A (ha)
ESTADO	24569	1785573	1345	43783	351717	3454	60217	251373	1464
MICRORREGIÃO	5099	245784	171	8357	60376	498	7219	34087	202
CONCÓRDIA	-	-	-	2166	27123	226	2176	12774	66
SEARA	-	-	-	704	2830	28	698	4326	17
IPIRA	-	-	-	639	1948	29	696	3641	24
IPUMIRIM	-	-	-	161	1270	2	307	2159	19

PESSEGO

	1950			1970			1975		
	Inf.	Q*	A (ha)	Inf.	Q*	A (ha)	Inf.	Q*	A (ha)
ESTADO	-	432059	-	3077	12132	-	7702	65806	1096
MICRORREGIÃO	-	223748	-	663	2690	-	1132	48679	789
FRAIBURGO	-	-	-	6	21	-	30	11558	122
VIDEIRA	-	42957	-	93	438	-	128	11839	254
RIO DAS ANTAS	-	-	-	6	37	-	65	6993	111
CAÇADOR	-	9575	-	257	1166	-	-	-	-
TANGARÁ	-	3053	-	-	-	-	-	48	-
P. PRETO	-	-	-	4	17	-	-	-	-

* mil frutos

CULTURAS PERMANENTES

MAÇA

	1950		1970		1975		
	Q (cento)	Inform.	Q*	A (ha)	Inform.	Q*	A (ha)
ESTADO	29812	2018	7893		4873	37110	1245
MICRORREGIÃO	6012	373	1706	o da o	480	26577	789
CAÇADOR	1451	149	272	o	117	1014	48
CATANDUVAS	-	28	112	o	-	-	-
FRAIBURGO	-	6	935	o	26	23166	648
VIDEIRA	1504	81	117	o	-	-	-
RIO DAS ANTIAS	-	6	12	o	33	1078	33

UVA

	1950			1970			1975		
	E	Q (t)	A (ha)	Inform.	Q (t)	A (ha)	Inform.	Q (t)	A (ha)
ESTADO	12298	18432	2759	14805	38128	5028	19635	39871	3901
MICRORREGIÃO	5385	14370	1887	5104	31971	3538	3804	31546	2787
CAÇADOR	284	578	169	340	4637	572	282	5363	441
P. FREIO	-	-	-	125	3571	277	105	4177	315
RIO DAS ANTIAS	-	-	-	192	2193	213	-	-	-
TANGARÁ	221	1924	199	277	3750	397	-	-	-
VIDEIRA	950	5795	771	771	12591	1049	672	12541	1114
CONCÓRDIA	2281	2028	257	860	979	235	-	-	-

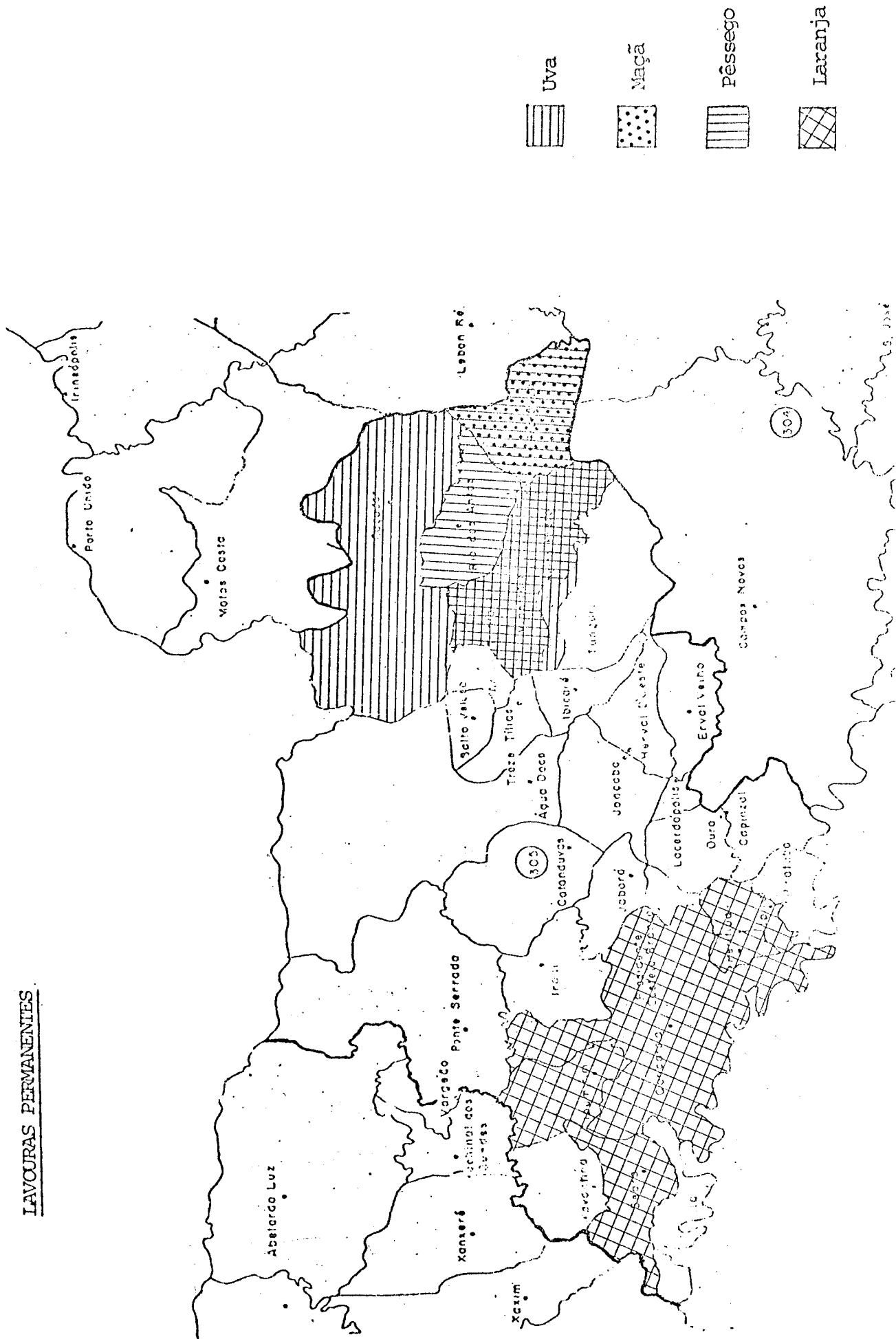
E = Estabelecimentos com declaração

Q = Quantidade produzida (*em mil frutos)

A = Área em ha

1. O Censo de 1960 não apresenta esses dados
2. Os municípios citados são os que apresentam produção significativa

LAVOURAS PERMANENTES



A maçã e a uva aparecem somente nessa área para a comercialização, e o restante produzido no estado são para uso local, fato observável pela pouca quantidade de frutos em grande número de estabelecimentos (QUADRO 6).

A maçã é, praticamente, produto de Fraiburgo, com 87,16% do total regional e a uva, de Videira, com 39,75%, acompanhada por Caçador (17%) e Pinheiro Preto (13,24%).

Em conformidade com os critérios citados, podemos qualificar o pêssego como produto regional, com 73,97% da produção estadual. Produto recente, possui, junto à maçã, e a uva grande potencialidade na substituição de importação, devido às condições naturais e à pesquisa agrícola. Aproveita a estrutura anterior formada historicamente e vai implantar-se, fundamentalmente, em Fraiburgo (23,74%), Videira (24,32%) e Rio das Antas (14,36%).

A laranja apresentando uma colheita significativa é produzida para o consumo regional. A laranja é o produto subsequente de maior produção, mas restringe-se ao consumo regional, acompanhada pela tangerina.

A ATIVIDADE PECUÁRIA

O Vale do Rio do Peixe é o segundo criador de suínos de Santa Catarina, com 26,74% do total do estado em 1980, perdendo para o Oeste, com 46,6%, e 1813665 cabeças.

Apesar da crise da suinocultura, mantém taxas positivas de crescimento de 37,89% entre 1970 (20) (21) e 1980 (22), que acompanha o desenvolvimento frigorífico para o mercado exclusivamente nacional (QUADRO 7). Os obstáculos colocados pela peste suína ainda impedem a colocação no mercado mundial,

EFETIVO DE SUINOS

	1950			1970			1975			1980		
	ESTABELE- CI/OS COM DECLARAÇÃO	Nº DE CABEÇAS	INF.	Nº DE CABEÇAS	INF.	Nº DE CABEÇAS	INF.	Nº DE CABEÇAS	INF.	Nº DE CABEÇAS	INF.	%
TOTAL DO ESTADO	93257	1639037	164033	3145337	319149	5888873	283927	5643540	283927	5643540	283927	18,41%
MICRORREGIÃO	15710	434579	23807	753606	23195	869652	22496	1039110	22496	1039110	22496	
1. ÁGUA DOCE	-	-	555	17924	483	17580	490	17926	490	17926	490	1,72%
2. APROIO TRINTA	-	-	300	10497	262	14826	303	8270	303	8270	303	0,79%
3. CAÇADOR	1029	18161	1050	17198	926	22863	805	12341	805	12341	805	1,19%
4. CAPIZAL	1008	33706	421	7749	479	12784	390	12304	390	12304	390	1,18%
5. CATANDUVAS	-	-	241	6798	256	7574	216	7095	216	7095	216	0,68%
6. CONCÓRDIA	5581	153456	4814	162214	4909	174969	4926	278268	4926	278268	4926	26,78%
7. ERVAL VELHO	-	-	484	12286	556	19259	462	20458	462	20458	462	1,97%
8. FRAIBURGO	-	-	395	6948	361	11140	320	10315	320	10315	320	0,99%
9. HERVAL D'OESTE	-	-	736	22890	628	25094	667	30373	667	30373	667	2,93%
10. IBICARÉ	-	-	594	27211	496	18771	530	21555	530	21555	530	2,07%
11. IPIRA	-	-	708	20111	808	19196	760	18414	760	18414	760	1,77%
12. IPUMIRIM	-	-	1030	29952	937	37191	914	55036	914	55036	914	5,3%
13. IRANI	-	-	727	22745	645	20007	562	25483	562	25483	562	2,45%
14. ITÁ	-	-	978	36409	1012	34413	980	44303	980	44303	980	4,26%
15. JABORÁ	-	-	597	12768	510	19387	506	27318	506	27318	506	2,63%
16. JOAÇABA	3756	119009	829	27269	771	25788	722	27657	722	27657	722	2,66%
17. LACERDÓPOLIS	-	-	285	16227	281	17922	200	11794	200	11794	200	1,13%
18. OURO	-	-	717	31292	659	39616	640	35526	640	35526	640	3,42%
19. PERITIBA	-	-	385	11137	370	10013	378	13495	378	13495	378	1,30%
20. P. PRETO	-	-	206	5273	165	7769	181	10821	181	10821	181	1,04%
21. PIRAIÚPA	1212	38422	642	13683	752	19023	640	15439	640	15439	640	1,48%
22. PTE SERRADA	-	-	541	14758	496	16290	463	16448	463	16448	463	1,58%
23. PRES. C. BRANCO	-	-	254	8790	225	8926	234	14491	234	14491	234	1,39%
24. RIO DAS ANIAS	-	-	548	15327	523	16978	496	12330	496	12330	496	1,19%
25. SALTO VELOSO	-	-	282	8902	227	18454	236	9892	236	9892	236	0,95%
26. SEARA	-	-	1493	51608	1633	63539	1800	98364	1800	98364	1800	9,5%
27. TANGARÁ	1223	25729	1530	40185	1497	50628	1373	52967	1373	52967	1373	5,1%
28. 13 TÍLIAS	-	-	436	15641	317	12312	224	8151	224	8151	224	0,78%
29. VIDEIRA	1901	46296	1274	50573	1281	71017	1367	71901	1367	71901	1367	6,91%
30. XAVANTINA	-	-	754	29241	730	36323	711	59375	711	59375	711	4,55%

Em 1980, a porcentagem do número de cabeças refere-se à Microrregião e a da Microrregião é obtida em relação ao Estado.

devido à falta de confiabilidade no padrão do produto.

Os suínos localizam-se em todos os municípios da microrregião, mas concentram-se onde estão as sedes das principais empresas frigoríficas, em Concórdia (26,78% da produção da microrregião), Seara (9,5%) e Videira (6,91%). Considerando-se Joaçaba (2,66%) e Herval D'Oeste (2,93%) como uma unidade passam a oferecer 5,59% da produção regional. Ouro produz 3,42% da microrregião.

Outros municípios que conseguem grande número de cabeças encontram-se vizinhos aos citados. Tal é o caso de Itá (4,26%), Ipumirim (5,3%), Xavantina (4,85%) e Tangará (05,1%).

A bovinocultura alcança 14,2% do total do estado, e analisando-se a produção nos diferentes municípios, esta pode ser considerada normal nos estabelecimentos. Destina-se ao autoconsumo, pelas suas propriedades naturais no barateamento da força de trabalho, substituindo um ganho que se faria necessário na venda da produção destinada às empresas frigoríficas.

O EFETIVO DE AVES

A produção fundamental do Vale do Rio do Peixe é, sem dúvida, a avicultura. Embora a mais recente atividade aí instalada, subordina a estrutura anterior do espaço agrário e, vai se constituir no setor de ponta na produção da riqueza regional. O frango ou similar associado ao modo de produção promovido pelos frigoríficos, conquistou o mercado nacional pelos baixos custos, qualidade e facilidade de distribuição. Hoje, o frango deixou de ser refeição especial, de domingo ou doente, popularizando-se por ser a carne animal de menor preço no mercado.

A conquista de mercado nacional e internacional

pode ser observada no incremento produtivo dessas aves que, de 1950 a 1970, foi de 343,34%; até 1975, de 344,64% e de 1975 a 1980, de 201,54%, com um crescimento nos 30 anos de 2384,84%. A esse incremento corresponde um processo de concentração com uma diminuição, em termos absolutos, no número de informantes.

O Meio-Oeste é o maior produtor de Santa Catarina, ficando com 39,61% do total do estado, em 1980, seguido pelo Oeste, com 30,14%. As duas microrregiões são hegemônicas na produção de animais de médio e pequeno porte, para o mercado nacional e mundial.

As aves são produzidas nas colônias, concentradas em galpões de larga escala, prescindindo de grande quantidade de terras. A produção recebe um processo de concentração espacial ao mesmo tempo em que potencializa sua capacidade produtiva. São as fábricas de criação, que requerem pouca mão-de-obra para sua operacionalização. Acompanha as características comuns ao processo de industrialização em geral: concentração econômica, espacial, incremento tecnológico e redução da força de trabalho.

A densidade de produção dos diferentes municípios é o sombreamento da empresa de frigorificação. Os municípios, sede ou vizinhos das indústrias do gelo, contribuem com maior parcela da produção animal. A proximidade de localização aparece como fator propulsor da acumulação capitalista, reduzindo os tempos concomitante aos espaços, e valorizando o capital investido.

Evolução AVESMicrorregião Colonial do Rio do Peixe

	1950	1970	1975	1980
Inform.	16025	24224	24051	23413
TOTAL de cabeças	720305	2473121	8523310	17178094
Incremento				
Inform.	-	51,16%	-0,7 %	-2,65%
TOTAL de cabeças	-	343,34%	344,64%	201,54%

Crescimento no total de cabeças de 1950 a 1980 = 2.384,84%

ESTABELECI- MENOS COM DECLARAÇÃO	1950 ¹			1970			1975*2			1980*2		
	GALINHAS	TOTAL DE AVES	INFORM.	TOTAL DE CABEÇAS	INFORM.	GALINHAS, GA- LHAS, FRAN- GOS (AS), PINTOS	INFORM.	TOTAL DE CABEÇAS	INFORM.	TOTAL DE CABEÇAS	INFORM.	TOTAL DE CABEÇAS
TOTAL DO ESTADO	4160884	4659073	241477	13760397	180748	12699471	186671	25631599	185710	433622914	185710	433622914
MICROREGIÃO	720305	751937	30455	2761131	24224	2473121	24051	8523310	23413	17178094	23413	17178094
ÁGUA DOCE	-	-	670	31852	534	30321	510	35621	526	73718	526	73718
ARROIO TRINTA	-	-	408	26165	304	24650	279	29613	313	24355	313	24355
CAÇADOR	1131	41531	1521	72165	1138	68476	1031	86191	856	115065	856	115065
CAPINZAL	999	46831	524	102083	432	101432	517	265387	416	366650	416	366650
CATANDUVAS	-	-	321	16489	248	15485	264	15121	230	68396	230	68396
CONCÓRDIA	5635	277496	6409	1296125	4823	1057269	5032	4450303	5013	7263842	5013	7263842
ERVAL VELHO	-	-	578	33201	495	32341	576	149774	486	335878	486	335878
FRAIBURGO	-	-	503	24244	435	23317	398	200336	379	686888	379	686888
HERVAL D'OESTE	-	-	943	54495	734	52522	627	129443	695	464219	695	464219
IBIÇARÉ	-	-	707	61635	596	60316	516	43415	564	71047	564	71047
IPIRA	-	-	920	46220	698	44344	821	60117	764	69194	764	69194
IPUMIRIM	-	-	1158	60074	1037	58888	968	304413	956	475762	956	475762
IRANI	-	-	863	42264	721	40721	654	40194	547	86082	547	86082
ITÁ	-	-	1201	95474	995	93132	1054	113688	1032	312914	1032	312914
JABORÁ	-	-	746	29846	615	28844	527	90712	527	355511	527	355511
JOAÇARA	3826	166967	1061	72179	870	69928	796	73365	767	348582	767	348582
LACERDOPOLIS	-	-	289	28683	278	28522	270	25204	201	21988	201	21988
OURO	-	-	956	56604	717	54685	663	319536	659	129374	659	129374
PERITIBA	-	-	504	27092	393	26241	383	30562	380	105002	380	105002
P. PRETO	-	-	277	13524	211	12831	168	56113	180	245434	180	245434
PIRAJUBA	1193	61222	767	39050	646	37908	742	61527	657	133869	657	133869
PTE. SERRADA	-	-	696	23955	571	22946	529	38341	493	73669	493	73669
PRES. C. BRANCO	-	-	540	16366	254	15531	226	90901	238	221980	238	221980
RIO DAS ANIAS	-	-	743	45655	571	42696	550	148386	580	942604	580	942604
SALTO VELHO	-	-	392	17716	284	16341	234	26623	238	17355	238	17355
SEARA	-	-	1914	104217	1516	100486	1685	199940	1933	665860	1933	665860
TANGARÁ	1298	58041	1976	81790	1633	78476	1603	315747	1393	635811	1393	635811
T. TÍLIAS	-	-	499	21470	421	20173	332	24152	283	224429	283	224429
VIDEIRA	1943	92510	1667	169278	1296	164238	1348	1021135	1419	2515017	1419	2515017
XAVANTINA	-	-	902	51229	758	49873	748	69417	687	126876	687	126876

1. Em 1950, total de aves corresponde a galinhas, patos, marrecos, perus e gansos.

Em 1970, corresponde a gansos, marrecos, perus, codornis, galos, galinhas, frangos (ao) e pintos.

2. Em 1975 e 1980, total de aves corresponde a galinhas, galos, frangos, frangos e pintos.

PORCENTAGEM DE AVES PRODUZIDA NOS MUNICÍPIOS DO VALE (em 1980)

Água Doce	0,42
Arroio Trinta	0,14
Caçador	0,66
Capinzal	2,13
Catanduvas	0,39
Concórdia	42,28
Erval Velho	1,95
Fraiburgo	4
Herval D'Oeste	2,7
Ibicarê	0,41
Ipira	0,40
Ipumirim	2,77
Irani	0,50
Itá	1,82
Jaborã	2,1
Joaçaba	2,02
Lacerdópolis	0,13
Ouro	0,75
Peritiba	0,61
P. Preto	1,43
Piratuba	0,78
Pte. Serrada	0,43
Pres. Castelo Br.	1,3
Rio das Antas	5,5
Salto Veloso	0,10
Seara	3,88
Tangará	3,7
Treze Tílias	1,3
Videira	14,64
Xavantina	0,74

Joaçaba +
+ Herval = 3,72%
d'Oeste

VI. AS CIDADES NA MICRORREGIÃO COLONIAL DO RIO DO PEIXE

A rede urbana encontra-se constituída por uma pulverização de pequenas cidades, com um pequeno número de cidades de importância regional. Poderíamos qualificá-las, segundo SANTOS (23), de cidades locais e regionais, sem o aparecimento de metrópoles completas ou incompletas.

As pequenas cidades, com uma população de até 2000 habitantes, em 1980, são, para PELUZZO (24), residências de agricultores e centros comerciais e de prestação de serviços à população rural próxima. São elas: Água Doce, Arroio Trinta, Erval Velho, Ibicaré, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lacerdópolis, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, Treze Tílias, Xavantina, Rio das Antas, Lacerdópolis e Piratuba perdem população entre 1970 e 1980 e as cidades restantes têm pequeno incremento no número de seus habitantes, marcando a característica de um lento processo de desenvolvimento ou mesmo de estagnação desses núcleos urbanos.

Exceção feita a Água Doce, que ocupa mais de mil trabalhadores em atividades urbanas, as outras cidades de 1000 a 2000 habitantes não serão analisadas nesse aspecto que estamos abordando.

As cidades significativas do Vale do Rio do Peixe têm na indústria da transformação sua atividade dominante, empregando a maior parte da força de trabalho e responsabilizando-se pela produção da riqueza local. A esta função urbana segue-se a prestação de serviços em todas as cidades maiores, excetuando-se Tangará e Catanduvas, que têm no comércio de mercadorias sua pri

meira atividade expressiva (QUADRO 2).

Em acordo à classificação funcional das cidades, elaborada por PELLUZO (24), teremos enquanto centros industriais, Caçador, Concórdia, Videira, Fraiburgo, Ponte Serrada, Capinzal e Catanduvas (QUADRO 3). Os centros de serviços são aqueles que possuem a mão-de-obra concentrada nas funções centrais: serviços, comércio de mercadorias, atividades sociais, profissionais liberais e mais 37,68% da administração pública relativa ao ensino público (24). Os centros de serviços na região, de acordo com a classificação exposta, são: Joaçaba, Herval D'Oeste, Seará e Tangará.

Entretanto, as cidades aqui envolvidas apresentam as duas características e uma função está relacionada ao desenvolvimento da outra. Não se trata de mera coincidência que os núcleos industriais constituem-se em centros regionais, polarizando as áreas circundantes na prestação de serviços em geral.

Também parece estranho que Concórdia mude de centro de serviços a industrial entre 1970 e 1980, ou que Herval D'Oeste fosse industrial em 1970, e de serviços em 1960 e 1980. Os casos como estes são a regra e ajudam a compreender a imprecisão da análise baseada na classificação funcional das cidades.

As maiores cidades regionais são industriais e de serviços e relacionam-se com o espaço circundante, cumprindo uma diversidade de funções. As inversões de capital fixo em um ponto do espaço atuam no sentido da atração de novos investimentos, assim como o desenvolvimento de uma atividade produtiva gera a concentração de outras funções urbanas.

O Vale do Rio do Peixe não apresenta uma rede hierarquizada de cidades com uma metrópole polarizadora. Joaçaba - Herval D'Oeste que são uma única realidade urbana, separadas por

fatores político-administrativos, representam a maior concentração demográfica, com 29289 habitantes. Este aglomerado urbano forma-se, historicamente como ponto central de todo o Vale, onde vão-se implantando as atividades industriais e de serviços que se deslocam para a região. Possui um parque industrial diversificado, com desenvolvimento da indústria mecânica, além da atividade frigorífica que se localiza em Herval D'Oeste.

Joaçaba e Herval D'Oeste exercem o papel de centralização regional, apresentando, em 1975, respectivamente, 54,78% e 49,2% da mão-de-obra da cidade empregada nas funções centrais; apresentam-se como centro de um espaço pouco polarizado, de prestação de serviços e de comércio em geral. Tanto o comércio varejista, atacadista ou os serviços principais, estão associados à indústria mecânica. No comércio varejista, a atividade principal fica sob responsabilidade do setor de veículos, peças e acessórios e, no atacadista, de produtos metalúrgicos, ferragens e similares (QUADRO 5). Destacam-se os serviços de separação, manutenção e confecção de alojamento e alimentação, já que Joaçaba além do atendimento regional, é ponto de passagem e de negociações, o que fez desenvolver seu potencial de hotelaria e de serviços alimentares (QUADRO 4).

Caçador é a 2a. cidade da Microrregião, com 25608 habitantes e apresenta posição centralizadora, com sua área de influência restrita ao planalto norte, onde predominam as grandes propriedades fundiárias rurais, vinculadas à exploração madeireira. O crescimento de Caçador decorre da indústria da transformação, que ocupava, em 1975, 46,38% da mão-de-obra da cidade (QUADRO 1), principalmente nas indústrias mecânica e madeireira. Possui somente comércio varejista de veículos, peças e acessórios e tem, nos serviços de reparação, manutenção e confecção, sua

única atividade expressiva.

O Vale do Rio do Peixe encontra-se vinculado, fundamentalmente, à produção frigorífica de aves ou suínos. Na área nordeste da microrregião, esta estrutura produtiva combina-se às culturas permanentes da uva e da maçã, centralizadas pelas cidades de Videira e Fraiburgo.

Fraiburgo dedica-se à atividade madeireira e vinícola, constituindo-se como cidade local, seguida de Tangará, com 3171 habitantes, e que vive também da transformação do produto agrícola, com a fabricação de bebidas e alimentos conservados.

As cidades onde estão implantados os frigoríficos são: Videira, Herval D'Oeste, Capinzal, Concórdia e Seara. É notória a correlação entre tamanho das cidades e porte das empresas aí instaladas. Os frigoríficos Ouro e Seara situam-se em Capinzal e Seara, que são cidades com menos de 5000 habitantes. O fato de esses frigoríficos terem sido absorvidos pelos grandes grupos econômicos, Perdigão e CEVAL, respectivamente, pode alterar o desenvolvimento desses núcleos, requisitando uma maior concentração de força de trabalho e capital, necessários ao atendimento do processo de crescimento industrial, o que impulsionaria outras funções urbanas.

Os maiores frigoríficos localizam-se em Videira (a Perdigão S.A.) e em Concórdia (a Sadia Concórdia S.A.), que contam com 18.651 e 19.573 habitantes, respectivamente. As cidades onde situam-se os frigoríficos, com exceção de Herval D'Oeste, têm o seu desenvolvimento urbano resultante desta atividade empresarial. Em Concórdia a relação entre espaço urbano e empresa frigorífica é bastante clara. A Sadia-Concórdia S.A. possui além da fábrica, um supermercado para atender seus empregados e um hotel de alto luxo, que recebe os agentes das empresas compradoras dos produtos frigorificados. Ao mesmo tempo,

destacam-se, no valor da receita municipal, os serviços de alojamento e alimentação e, no comércio atacadista, os produtos alimentícios, que são correspondentes às atividades paralelas desenvolvidas pela empresa frigorífica (QUADRO 4).

Exceção feita a Caçador e Joaçaba, o restante das cidades corresponde ao desenvolvimento de uma única atividade, resultando numa associação direta entre estrutura empresarial e aglomeração urbana.

As cidades possuem forte relação com a área rural circundante, porque possuem sua estrutura industrial baseada na transformação dos produtos agropecuários, seja pelas indústrias frigoríficas ou pela comercialização e transformação das frutas, como ocorre no nordeste da microrregião. A estrutura urbana vincula-se à produção do espaço rural, estabelecendo na captação da matéria-prima uma intensa relação entre as duas unidades ecológicas. Convém observar que essa relação estende-se até ramos industriais caracteristicamente independentes da relação regional, como é o caso da indústria mecânica, que, no Vale do Rio do Peixe, volta-se às peculiaridades do processo produtivo da microrregião. Na indústria mecânica, a relação cidade-campo estabelece-se no consumo do produto industrializado, com o emprego das máquinas agrícolas adaptadas à produção regional.

O Vale do Rio do Peixe constitui-se então de grande número de pequenos núcleos urbanos, que correspondem a 60% do número total de cidades e que atuam como entrepostos comerciais e de serviços. As maiores cidades possuem uma estrutura produtiva homogênea com a predominância de uma única atividade: frigorífica, fruticultura ou madeireira. Joaçaba - Herval D'Oeste e Caçador associam atividades produtivas diferentes, com a inserção da mecânica, associada à frigorífica ou à madeireira.

As outras cidades desenvolvem apenas uma atividade industrial.

No sistema comercial (26) tem a predominância absoluta do varejo, sendo a atividade atacadista expressiva apenas em Concórdia e Joaçaba. O comércio varejista predominante é o de veículos, peças e acessórios (VPA) em Caçador, Concórdia, Videira e Joaçaba, que são as cidades de importância regional neste setor, e de produtos alimentares (PA), em Herval D'Oeste, Fraiburgo, Seara, Tangará, Ponte Serrada, Catanduvas e Água Doce.

Os serviços (25) oferecidos pelas cidades citadas são de alojamento e alimentação (SAA) e de reparação, manutenção e confecção (SRMC), que disputam entre si a liderança no valor da receita municipal. Excetua-se Fraiburgo e Ponte Serrada, com a predominância de serviços diversos (QUADRO 4).

O Vale do Rio do Peixe apresenta agências bancárias em todas as cidades, exceção feita a Ibicaré e a Presidente Castelo Branco. Os bancos são os financiadores da produção rural, principalmente o Banco do Brasil que fornece crédito aos pequenos produtores rurais integrados, mediante o aval das empresas frigoríficas. Com o objetivo de facilitar o crédito rural aos camponeses, encontram-se agências do Banco do Brasil em quase todas as cidades do Vale, constituindo-se no Banco que possui o maior número delas na região (QUADRO 6). O BESC complementa essa função, vindo logo a seguir no número de agências que oferece.

As cidades que concentram o maior número de agências são Joaçaba, Caçador, Videira e Concórdia, em ordem de importância, coincidente com a influência regional que possuem. A cronologia na criação dos bancos nessas cidades obedece a mesma seqüência, porque os vínculos regionais dessas áreas urbanas, construíram-se historicamente, incorporando novas atividades atraídas pelas formações iniciais.

Apesar do estreitamento rural-urbano devido ao processo produtivo regional, as cidades dirigem-se, na comercialização do produto fabril, para fora do estado, sem estabelecerem relações intermediárias entre si. Uma vez processado o produto industrial, seu destino são as estradas de rodagem via centro-sul do país ou sua rede de distribuição, ou os portos exportadores para o mercado mundial.

QUADRO VI.1 - Mão-de-obra por atividade nas cidades médias e grandes, em 1980 (*)

CIDADES	Popul. Urbana	Popul. Ocupada	Ind. de Transf.	Ind. de Constr.	Ind. de Outras At. Ind.	Total na Ind.	Com. de Mercad.	Transp. e Comun.	Prest. de Serv.	Ativid. Sociais	Admin. Pública
Caçador	25.608	12.032	46,38%	6,4%	1,54	54,32%	11,25%	5,43%	16,14%	8,78%	4,0%
Concórdia	19.573	11.035	37,67	11,0	1,7	50,37	11,6	4,66	19,80	8,66	4,9
Videira	18.651	8.276	38,38	11,9	2,6	52,88	11,4	4,8	21,57	6,7	2,73
Joaçaba	19.237	7.326	27,19	6,2	2,25	35,64	17,96	5,27	23,12	11,1	6,93
H. D'Oeste	10.052	4.278	25,74	10,7	2,3	38,74	16,2	7,86	21,74	8,74	6,7
Fraiburgo	8.997	3.379	42,35	14,5	0,71	57,56	8,64	6,0	18,11	5,8	3,87
<u>Até 5.000 hab</u>											
Seara	3.907	1.639	35,57	5,55	0,73	41,85	12,0	7,5	19,16	12,14	7,32
Tangará	3.171	1.095	30,87	6,3	1,55	38,72	18,8	7,3	14,88	14,34	5,94
Ponte Serrada	3.567	2.630	54,3	4,25	0,5	59,05	8,6	7,8	13,76	5,97	4,83
Capinzal	4.754	2.987	55,2	3,95	1,8	60,95	8,17	3,85	14,43	8,84	3,75
Catanduvas	2.486	2.760	67,4	2,46	0,65	70,51	9,67	3,51	6,52	6,45	3,3
Água Doce	1.839	1.144	52,09	7,87	0,7	60,66	7,8	0,44	14,16	8,13	8,83

População Ocupada = População Urbana - (Ativid. Agropec. + Procurando trabalho + Outras Atividades)

(*) Esses dados foram obtidos computando-se mão-de-obra empregada nas atividades caracteristicamente urbanas.

QUADRO VI.2 - Mão-de-obra (1980).

CIDADES	Atividade Dominante	Atividades Expressivas		Mão-de-obra		
		1ª	2ª	Atividade Dominante	Ativ. Expressiva 1ª	Ativ. Expressiva 2ª
Caçador	IT	PS	CM	46,38%	16,14	11,25
Concórdia	IT	PS	CM	37,67	19,80	11,6
Videira	IT	PS	CM	38,38	21,57	11,4
Joaçaba	IT	PS	CM	27,19	23,12	17,96
Herval D'Oeste	IT	PS	CM	25,74	21,74	16,2
Fraiburgo	IT	PS	CM	42,35	18,11	8,64
Seara	IT	PS	AS/CM	35,57	19,16	12,14/12,0
Tangará	IT	CM	PS/AS	30,87	18,8	14,88/14,3
Ponte Serrada	IT	PS	CM	54,3	13,76	8,6
Capinzal	IT	PS	AS/CM	55,2	14,43	8,84/18,17
Catanduvás	IT	CM	PS/AS	67,4	9,67	6,52/6,45
Água Doce	IT	PS	AP/AS	60,66	14,16	8,83/8,13

IT = Indústria de transformação

PS = Prestação de serviços

CM = Comércio de mercadorias

TC = Transporte e comunicação

AS = Atividades sociais

AP = Administração pública

IC = Indústria da construção

OI = Outras atividades industriais

QUADRO VI.3 - Mão-de-obra nas funções centrais

CIDADES	ENSINO	Comércio, Serviços e Ativ. Soc.	TOTAL	MÃO-DE-OBRA NA INDÚSTRIA
Caçador	1,5	36,17	<u>37,67</u>	54,32
Concórdia	1,85	40,06	<u>41,91</u>	50,37
Videira	1,0	39,67	<u>40,67</u>	52,88
Joaçaba	2,6	52,18	<u>54,78</u>	35,64
Herval D'Oeste	2,52	46,68	<u>49,20</u>	38,74
Fraiburgo	1,46	32,55	<u>34,01</u>	57,56
Seara	2,76	43,3	<u>46,06</u>	41,85
Tangará	2,24	48,02	<u>50,26</u>	38,72
Ponte Serrada	1,82	28,33	<u>30,15</u>	59,05
Capinzal	1,41	31,44	<u>32,85</u>	60,95
Catanduvas	1,24	22,64	<u>23,88</u>	70,51

Centros industriais _____

Centros de serviços =

QUADRO VI.4 - Serviços (1975).

Dados em porcentagem

CIDADES	ATIVIDADE FUNDAMENTAL		ATIVIDADE EXPRESSIVA		VR (mil. cru zeiros)	ATIVIDADE FUNDAMENTAL		ATIVIDADE EXPRESSIVA	
	1ª	2ª	1ª	2ª		1ª	2ª		
Caçador	SAA	SRMC	SD	SD	20.901	42,52	41,88	8,92	
Concórdia	SAA	SRMC	SD	SD	31.105	40,3	30,24	19,67	
Videira	SRMC	SAA	SD	SD	23.432	48,98	35,3	12,0	
Joaçaba	SRMC	SAA	SD	SD	32.830	35,3	33,98	22,52	
Herval D'Oeste	SAA	SD	SRMC	SRMC	3.493	38,16	29,86	27,8	
Fraiburgo	SD	SAA	SRMC	SRMC	6.325	42,2	33,49	22,73	
Seara	SAA	SRMC	SD	SD	3.519	68,2	19,86	11,93	
Tangará	SRMC	SAA	-	-	3.122	49,13	45,55	-	
Ponte Serrada	SD	SAA	SRMC	SRMC	3.768	44,45	36,92	16,75	
Capinzal	SRMC	SAA	SD	SD	4.456	42,72	42,48	9,94	
Catanduvas	SAA	-	-	-	2.783	67,48	-	-	
Água Doce	SAA	SRMC	-	-	1.925	62,44	31,9	-	

SAA = Serviços de Alojamento e Alimentação

SRMC = Serviços de Reparação, Manutenção e Confecção

SD = Serviços Diversos

Resultou de Serviços Pessoais e de Serviços Comerciais, excetuando-se os escritórios de Promoção de Vendas ou de Compras, de Organizações Empresariais sem Faturamento ou Receita, que passaram para Atividades Administrativas.

QUADRO VI.5 - Comércio (1975)

CIDADES	V A R E J I S T A			A T A C A D I S T A			
	VR TOTAL	VR	ATIVIDADE PRINCIPAL	VRA	VR	ATIVIDADE PRINCIPAL	VRA
Caçador	182.919	169.798	VPA	54.728	13.121	-	-
Concórdia	304.523	192.553	VPA	51.568	111.970	PA	31.243
Videira	212.645	201.486	VPA	63.042	11.159	-	-
Joaçaba	410.916	309.869	VPA	112.267	101.047	PMC	26.572
Herval D'Oeste	32.891	20.446	PA	7.289	12.445	BT	3.221
Fraiburgo	32.475	32.475	PA	11.121	-	-	-
Seara	39.999	-	PA	17.217	-	-	-
Tangará	27.528	-	PA	6.226	-	-	-
Ponte Serrada	19.732	-	PA	7.753	-	-	-
Capinzal	88.124	-	PQF	44.023	-	BT	16.043
Catanduvas	16.043	13.027	PA	8.993	3.016	-	-
Água Doce	12.271	-	PA	3.952	-	BT	3.728

VPA = Veículos, peças e acessórios

PA = Produtos alimentícios

PQF = Produtos químicos e farmacêuticos

BT = Bebidas e tabacaria

PMC = Produtos metalúrgicos, material de construção, ferragens, cerâmica e vidros

VR = Valor da receita em mil cruzeiros

VRA = Valor da receita da atividade principal

CLASSIFICAÇÃO DAS CIDADES, SEGUNDO O Nº DE HABITANTES *

GRANDES CIDADES DA MICRORREGIÃO	
CAÇADOR - 25608 Hab.	
CONCÓRDIA - 19573 Hab.	
HERVAL D'OESTE - 10052	29289
JOAÇABA - 19237	
VIDEIRA - 18651	
FRAIBURGO - 8997	
DE 4000 a 5000 HABITANTES	
CAPINZAL - 4.754	
DE 3000 A 4000	
	80
PONTE SERRADA	3567
SEARA	3907
TANGARÁ	3171
DE 2000 A 3000	
CATANDUVAS (-) 2.486	
DE 1000 A 2000 9	
ÁGUA DOCE (-) 1839	(10)
ARROIO TRINIA (-) 1028	
ERVAL VELHO 1703	
IPUMIRIM (-) 1103	
ITÁ (-) 1068	
** PIRATUBA 1227	
** RIO DAS ANTAS 1260	
SALTO VELOSO (-) 1733	
TREZE TÍLIAS (-) 1326	
OURO 1533	
MENOS DE 1000 HABITANTES	
IBICARÉ 772	(9)
IPIRA 826	
IRANI 561	
JABORÁ 841	
** LACERDÓPOLIS 613	
PERITIBA 505	
PINHEIRO PRETO 672	
PRES. CASTELO BRANCO 343	
XAVANTINA 710	

* - Dados de 1980

** - Municípios que perderam população entre 1970-1980

(-) - Municípios que em 1970 tinham menos de 1.000 hab.

VII. A ESTRURA INDUSTRIAL

VII.1 - A indústria no Vale do Rio do Peixe

A maior parte das cidades da região ocupa-se da atividade madeireira, bastante enfraquecida pela exploração que assume características predatórias. Os pequenos municípios vivem ainda hoje desta atividade, que é responsável pela quase totalidade dos seus valores de produção (ver QUADRO 2). Exceção feita a Água Doce, Salto Veloso, Fraiburgo, Ponte Serrada, Catanduvas e Caçador, a madeira produzida nos outros municípios contribui com um percentual muito pequeno em relação à microrregião e ao Estado.

A riqueza microrregional associa-se, além da madeira, à indústria de produtos alimentares e à mecânica implantadas nas maiores cidades e nas cidades médias do Vale do Rio do Peixe.

Assim temos que Caçador, Concórdia, Joaçaba, Herval D'Oeste e Videira são responsáveis por 7,14% do valor de produção do Estado, sendo que toda a microrregião alcança 10,5%. Fraiburgo apresenta uma população urbana considerável, distanciando-se porém, das grandes cidades em termos de produção industrial, já que o valor de sua produção atinge apenas 0,37% do Estado. Acrescentando-se às cidades acima de 2000 habitantes, a porcentagem eleva-se para 9,66% do total do Estado^(*).

(*) Desconsideramos nesta parte da análise a cidade de Tangará que, apesar de apresentar uma população urbana de 3171 habitantes e municipal de 11622 habitantes, tem uma produção industrial que atinge valor inferior a 50000 mil cruzeiros (em 1975).

Entre as cidades de 1000 a 2000 habitantes, Água Doce e Salto Veloso possuem um valor de produção acima de 50000 mil cruzeiros, alcançando-se 10% do Estado. Todos os outros municípios são irrelevantes produtivamente, pois juntos não possuem expressão no panorama econômico estadual.

A maior parte dos pequenos municípios compõem-se de empresas de pequeno porte, de âmbito local. São capitais sem estabilidade econômica, de pequena acumulação, que exploram, ou exploravam, a oferta antes abundantes de material natural prescindindo de grandes inversões iniciais de capital fixo.

Os expressivos grupos econômicos situam-se nas maiores cidades (Sadia Joaçaba S.A.), desenvolvidas historicamente, ou mesmo contribuem para formá-las enquanto tal (Sadia Concórdia S.A.).

A estrutura industrial extremamente simples do Vale do Rio do Peixe apresenta uma associação direta entre município e ramo de atividade. O ramo de atividade dominante ou é exclusivo, variando entre 70 a 90%, ou divide com mais uma ou duas empresas a composição fabril da cidade em que se insere. No primeiro caso, temos Água Doce, Ponte Serrada, Seara, Capinzal, Concórdia, Herval D'Oeste e Videira, a maior parte com a predominância da atividade frigorífica, ou com atividades associadas como Catanduvas, que possui madeira e o papel e celulose (com 53,15% e 35,24% do valor de produção do município). As cidades onde estão situados os frigoríficos devem a eles a quase totalidade do valor da produção industrial. Assim temos Seara, com 97% do valor de produção atribuída à atividade frigorífica; Concórdia, com 92,98%; Herval D'Oeste, com 73,13%; Videira, com 80% e Capinzal, com 68,65%. A indústria frigorífica constitui-se como a atividade mais dinâmica da estrutura regional, inserida que está na

divisão internacional do trabalho. Tal fato exige o uso de moderna tecnologia que, apesar de tender à diminuição relativa no emprego da força de trabalho, tem atraído população às áreas urbanas devido ao processo de concentração econômica e ampliação das unidades fabris.

Os grupos monopolistas que atuam no setor frigorífico formam conglomerados implantando atividades associadas ao processo de industrialização das aves ou suínos, como é o caso do óleo e farelo de soja produzidos, atualmente, por uma empresa da Sadia em Joaçaba e uma da Perdigão em Videira. Ambas foram abertas nos últimos anos, aproveitando a estrutura urbana anterior, localizando-se nas maiores cidades do Vale, cidades que possuem influência regional constituída a partir da própria atividade frigorífica, como é o caso de Videira, ou que se constituíram como lugar centralizador historicamente, como aconteceu com Joaçaba.

As empresas frigoríficas têm a hegemonia absoluta na produção industrial do Vale do Rio do Peixe, pois são os únicos capitais monopolistas que atuam na região.

Concomitante ao desenvolvimento da atividade frigorífica no Vale do Rio do Peixe, estabelece-se a indústria mecânica associada à estrutura produtiva regional com a fabricação de máquinas e implementos agrícolas. O próprio desenvolvimento capitalista, com a inserção do Vale do Rio do Peixe no mercado nacional, impulsiona a implantação da atividade mecânica e, ao mesmo tempo, retira as condições de seu crescimento, pela concentração espacial deste ramo produtivo no centro-sul do país. Ao contrário disso, com o aprofundamento da divisão social do trabalho, a indústria frigorífica encontra espaço no processo de acumulação de capitais, pois corresponde à especialização que a região assume

frente ao mercado nacional.

A indústria mecânica constitui-se na tentativa de implantação de um parque industrial moderno, baseado em capitais nacionais. A história da indústria mecânica Caetano Branco, que vem a seguir, é elucidativa desse processo. A indústria mecânica desenvolve-se vinculada ao mercado regional que a impulsiona, proporcionando uma acumulação inicial que possibilita a ampliação da escala produtiva e a renovação tecnológica para a conquista do mercado nacional e mundial. A indústria mecânica localiza-se em Caçador e Joaçaba que são as únicas cidades que possuem uma diversificação relativa na estrutura industrial.

A distribuição espacial dos grupos significativos que atuam na região aparece no quadro que se segue, com a discriminação de seus ramos, que coincidem com os ramos fundamentais das cidades citadas (QUADRO 3).

Desviando-se da tendência hegemônica, alguns casos de capitais locais conseguem extrapolar sua atuação, alcançando principalmente o mercado estadual, com penetração nos Estados vizinhos. Os laticínios Tirol S.A., de Treze Tílias, vêm conseguindo grande êxito, nos últimos anos, disputando o mercado com os produtos do Vale do Itajaí, especializado no ramo. Em Tangará, as atividades relevantes da cidade, de produção alimentar e bebidas, pertencem ao grupo Fuganti, que divide com a madeira (onde atua a Perdigão e Sopasta S.A.) o valor da produção industrial do município.

QUADRO VII.2 - Estrutura Industrial - Dados Urbanos (Dados de 1975)

Municípios	Atividade Dominante	% do VP do Mun.	2a. Atividade	% do VP do Mun.	VP do Município	% do Estado
<u>Menos de 1000 hab.</u>						
Ibicaré	Madeira	82,75	-	-	5.541	0,02
Ipira	Madeira	Não especificada	-	-	2.390	0,009
Irani	Madeira	79,36	-	-	9.806	0,04
Jaborá	Madeira	48,85	Prod. aliment.	32,00	7.119	0,03
Lacerdópolis*	Prod. Alimentares	88,60	-	-	4.120	0,018
Peritiba	Não especificada	-	-	-	302	Desprezível
Pinheiro Preto	Bebidas	39,35	Madeira	44,85	9.220	0,04
Pres. C. Branco	Madeira	64,00	-	-	236	Desprezível
Xavantina	Madeira	100,00	-	-	1.024	0,004
<u>1000 a 2000 hab.</u>						
Água Doce	Madeira	96,11	Prod. Aliment.	0,32	52.210	0,2
Arroio Trinta	Madeira	86,83	-	-	3.872	0,016
Erval Velho	Madeira	56,15	-	-	4.897	0,02
Ipumirim	Madeira	93,25	-	-	9.324	0,04
Itá	Madeira	28,90	-	-	1.035	0,004
Piratuba	Madeira	28,70	Min. ñ Metal.	15,50	600	Desprezível
Rio das Antas	Madeira	57,60	-	-	4.376	0,018
Salto Veloso	Madeira	14,60	-	-	55.441	0,3
Treze Tílias	Prod. Alimentares	90,00	-	-	25.868	0,098
Ouro	Madeira	89,70	-	-	2.242	0,009

(continua)

(Continuação do QUADRO VII.2)

Municípios	Atividade Dominante:	% do VP do Mun.	2a. Atividade	% do VP do Mun.	VP do Município	% do Estado
<u>2000 a 3000 hab.</u>						
Catanduvas	Madeira	53,15	Papel/Papelão	35,24	122.874	0,5
<u>3000 a 4000 hab.</u>						
Ponte Serrada	Madeira	93,0	-	-	125.905	0,5
Seara	Prod. Alimentares	97,0	Madeira	1,5	163.234	0,67
Tangará	Prod. Alimentares	28,3	Madeira	23,0	29.278	0,12
<u>4000 a 5000 hab.</u>						
Capinzal	Prod. Alimentares	68,65	Madeira	23,37	78.724	0,33
<u>Grandes Cidades</u>						
Caçador	Madeira	43,60	Mecânica	17,43	339.664	1,4
Concórdia	Prod. Alimentares	92,98	Madeira	2,35	649.636	2,7
Herval D'Oeste	Prod. Alimentares	73,13	Madeira	16,83	100.952	0,4
Joaçaba	Mecânica	38,9	Prod. Aliment.	23,34	275.966	1,15
Videira	Prod. Alimentares	80,0	Madeira	6,0	359.086	1,64
Fraiburgo	Madeira	26,33	-	-	88.761	0,37

VP = Valor de Produção, em Cr\$ 1.000,00

* = Municípios que perderam população urbana

QUADRO VII.1 - A atividade industrial na Microrregião e em relação ao Estado.

Zona de Joaçaba	1 9 5 0 (1)			1 9 6 0 (2)			1 9 7 0 (28)			1 9 7 5 (29)		
	Estado	%	Colonial Rio do Peixe	Estado	%	Colonial Rio do Peixe	Estado	%	Colonial Rio do Peixe	Estado	%	Colonial Rio do Peixe
Estabelecidos	552	5080	10,8	690	5906	10,3	875	8895	9,8	891	9758	9,15
Pessoal ocupado	4.376	53414	8,2	6.254	69646	8,9	9.775	120045	8,2	16.141	189426	8,52
Salários (Cr\$ 1.000)	32.625	446263	7,3	337.638	4096860	8,3	26.886	374044	7,2	157.090	-	7,75
Valor da Produção (em Cr\$ 1.000,00)	334.781	2255324	14,9	3.390.337	26311834	12,9	375.419	2947305	12,8	2.531.703	24163147	10,5
Valor da Transforma- ção (Cr\$ 1.000,00)	-	-	-	1.275.637	13114545	9,7	144.572	1456690	9,9	945.887	10398038	9,1

(1) Em 1950, não existe o dado do Valor da Transformação Industrial (18).

(2) Os dados de 1960 foram obtidos pelos resultados dos municípios, já que não consta do Censo a classificação de zona fisiográfica ou microrregião (27).

QUADRO VII.3 - Algumas empresas a serem destacadas (30).

CIDADES	PRODUTOS ALIMENTARES	MADEIRA	OUTROS
<u>Grandes cidades</u>			
Caçador		-Adami S.A. -Ind. Tupy	-Sulca S.A.-Ind. Sulbras. Calç. -Cia. Olsen Tra- tores Agro-Ind.
Concórdia	-Sadia S.A.		
Herval D'Oeste	-Com. e Ind. Saulle Pagnoncelli(Perdigão)	-Com. e Ind. S.Pagnoncelii	
Joaçaba	-Sadia Joaçaba S.A. -Bonato S.A.		-Fco. Lindner S/A -Caetano Branco -Empório de Couros S.A. (Perdigão)
Videira	-Perdigão S.A.	-Perdigão S.A.	
<u>4000 a 5000 hab.</u>			
Capinzal	-Ind. Reunidas Ouro (Perdigão)	-Madereira Pag noncelli	
<u>3000 a 4000 hab.</u>			
Seara	-Seara Avícola S.A.		
Tangará	-Fuganti S.A Ind. e Com.	-Perdigão S.A. -Sopasta S.A.	-Fuganti (Bebidas)
<u>2000 a 3000 hab.</u>			
Catanduvas		-Celulose Ira- ni S.A.	Rações Pagnoncelli
<u>1000 a 2000 hab.</u>			
Salto Veloso	-Perdigão Veloso S/A		

VII.2 - A Indústria Mecânica "Caetano Branco"

Nos anos 30, Caetano Branco, então agricultor em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, desloca-se para a localidade de Joaçaba. Em 1936, desvia parte do Rio do Peixe, construindo uma turbina elétrica, condição para implantar sua fábrica de trilhadeiras. Em 1944, cria a Fundação Caetano Branco & Filhos. Em 1965, expande-se a empresa, já nas mãos dos herdeiros, fabricando motores. Hoje a Caetano Branco, a VINCEMAG (Distribuidora e Comercializadora), a MAGNETO VIBEMA, a TURBINAS HIDRÁULICAS S.A. (em Laguna), pertencem a Zelindro Branco.

A Caetano Branco é uma empresa de implementos agrícolas implantada a partir dos anos 30 e de uma engenhosidade peculiar. Aproveitando-se da colonização do Vale do Rio do Peixe, baseada no pequeno proprietário rural, procurou fornecer equipamentos condizentes com tal realidade. As máquinas fabricadas são pequenas, de fácil manuseio e baixo custo. O entrosamento com a produção rural leva ao requinte de fabricar de madeira as engrenagens intermediárias, a partir da constatação de que o colono não lubrificava as peças de metal, o que reduzia o tempo de duração da máquina.

A produção é sazonal, onde a carreta é produto da entressafra agrícola, ou da "entressafra" da trilhadeira.

A Caetano Branco possui sua produção vinculada ao sucesso da pequena propriedade rural. Apenas o motor tem menor viariação porque pode ser usado fora da área agrícola (no Quadro 4, temos os produtos fabricados).

Sua produção destina-se, hoje, ao Meio-Oeste e Oeste Catarinense (30%), ao Rio Grande do Sul (30%), ao Paraná (20%),

QUADRO VII.4 - Produtos da "Caetano Branco"

P R O D U Ç Ã O	A N O S		
	1978	1979	1980
Carreta	200	373	910
Carroçeria (sô chassis)	-	307	286
Motor	1.675	1.073	1.840
Trilhadeira	1.601	1.855	1.728
Colhedeira	6	7	17
Forageira	654	689	747
Moto-bomba	-	-	243
Moedor de cana	20	18	62

* Dados fornecidos na Empresa pelo próprio Zelindro Branco.

e a São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo (10%). Exporta para Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e África.

Teve seu pico de produção em 1974 e hoje encontra-se mergulhada na crise econômica. A estratégia de sobrevivência vincula-se à substituição tecnológica, com a volta a técnicas artesanais: os moldes dos motores são de areia socada, com apenas um uso por peça, os fornos antigos são reativados, a geração de energia é própria.

Em 1974 a empresa possuía 495 empregados; em 1981, 170 empregados, sendo 130 na produção, 30 na administração e 10 em vendas.

A Caetano Branco é a tentativa de implantação de uma empresa de capital nacional, apoiando-se inicialmente no consumo local, para posterior consolidação no mercado nacional e internacional. Sobrevive devido ao grande potencial criativo do empresário italiano que critica duramente a política federal, atribuindo o agravamento da situação econômica à retirada dos subsídios à exportação. A reivindicação que permeia seu discurso é a da proteção estatal, seguindo a lei do similar nacional, que pode garantir o desenvolvimento da industrialização endógena.

A conquista do mercado nacional pelo novo lançamento da empresa, os pequenos motores, obstaculiza-se pela entrada simultânea da Yanmar americana, que compete desigualmente, inviabilizando o surgimento de alternativas internas.

A Caetano Branco, como outras indústrias mecânicas da Microrregião, localizadas principalmente em Joaçaba, possui forte relação local, com o desenvolvimento de maquinaria adaptada ao sistema de produção rural. Essa peculiaridade deve-se associar à possibilidade teórica do surgimento da indústria nacional,

onde não são as condições tecnológicas em si que promovem o distanciamento em relação ao grande capital internacional, mas fatores políticos determinados pelo caráter do Estado, vinculado, ou não, ao sentido de independência nacional (*).

(*) Dados fornecidos em entrevista na fábrica pelo próprio Zelindro Branco.

VIII. A INDÚSTRIA FRIGORÍFICA

VIII.1 - A Indústria

A indústria frigorífica é responsável pelo aumento do tempo de conservação dos alimentos perecíveis, o que torna possível aumentar o raio de circulação deste tipo específico de mercadoria, penetrando o mercado mundial.

A redução dos custos do produto final, devido ao desenvolvimento tecnológico, a alta produtividade do trabalho e ampliação da escala de produção, possibilita o enorme crescimento das empresas no ramo.

No setor nacional de alimentos, entre as 10 maiores empresas, temos a Sadia ¹⁹⁷³ Concórdia S.A., que ocupa as seguintes posições: 1º lugar em capitalização, 4º em liquidez, 6º em produtividade, 7º em desempenho global e 10º em rentabilidade. A Ceval, que ingressa no ramo com a aquisição dos frigoríficos Seara e Safrita, ocupa o 1º lugar em crescimento, 8º em desempenho global e 3º em produtividade, indicando a vitalidade que significa esse investimento, ainda que esses frigoríficos não figurem nessa relação (31).

Em Santa Catarina, aparecem entre as 10 maiores, por aspectos:

	<u>Sadia Concórdia</u>	<u>Perdigão</u>	<u>Ceval</u>	<u>Hering</u>
Crescimento	10%	8%	1%	2%
Produtividade	2%	4%	1%	5%
Rentabilidade	2%	5%	10%	8%
Capitalização	2%	6%	9%	7%
Liquidez	5%	7%	8%	6%
Vendas	5%	8%	1%	4%

A Sadia Concórdia mantém os melhores índices no setor, apesar de a Perdigão apresentar um bom crescimento nos últimos anos. A Ceval e a Hering estão assinaladas por pertencerem ao mesmo grupo, que ingressa no ramo a partir de 1980, fato de grande importância, por se constituir num dos principais capitais no Estado.

Ainda em Santa Catarina, temos entre as 100 maiores (32):

	<u>POR PATRIMÔNIO</u>	<u>POR LUCRO</u>
Sadia Concórdia	5%	5%
Cia. Hering	7%	-
Perdigão S.A.	12%	38%
Ceval Agro Indl. S.A.	15%	-
Perdigão Alim.	19%	37%
Sadia Avícola S.A.	24%	14%
Perdigão Agro Indl.	41%	74%
Seara Brascarne	54%	28%
Ceval Export S.A.	58%	-
Sadia Joaçaba S.A.	62%	-
Perdigão Coml. e Exp.	86%	-
Ceval Arm. Gerais	92%	-
Seara Industrial	-	81%

Esses índices correspondem às empresas do mesmo grupo consideradas em separado; se fossem computadas por grupo teriam, ainda, melhores classificações.

Resta-nos observar que as empresas do grupo frigorífico apresentam alta lucratividade, destacando-se frente a outros ramos competitivos em relação ao patrimônio.

VIII.2 - Origem do Capital nas Empresas Frigoríficas

A acumulação inicial que será revertida na atividade frigorífica é originária da atividade comercial. Attilio Francisco Xavier Fontana, nascido em agosto de 1900, de ascendência italiana, compõe seu patrimônio vinculado à comercialização da produção agrária. Seus pais eram agricultores na terra de origem.

"Assim, pois, meus pais fizeram parte - e digo-o com orgulho! - do grupo de pioneiros italianos que no último quartel do século passado vieram desbravar e povoar a minha terra natal, o chão gaúcho", segundo depoimento de FONTANA (33).

"Aqui chegado, meu pai trabalhou nos três primeiros anos como operário na construção de estradas de rodagem e ferrovias, e também na conservação da estrada de ferro Porto Alegre - Santa Maria, próximo do local onde havia desembarcado, a Estação Colônia, hoje Camobi. Ganhava 400 réis por dia. De economia em economia, juntou uma certa importância (o que era possível, naquele tempo, para quem tivesse espírito de poupança, pois o custo de vida se mantinha estável) e comprou à vista, em 1890, por um conto de réis, uma faixa de terra de 25 hectares num vale que tinha o nome de linha Weimann, na região onde se ergue a Serra Geral, a dezoito quilômetros de Santa Maria. Terra nova, virgem, inóspita, a ser desbravada e conquistada com muito sacrifício" (33).

Com este emprego, juntou algum dinheiro e comprou

terras em Santa Maria, dedicando-se à lavoura do milho, feijão e trigo. Em 1913, já era um próspero produtor e insere seu filho nessa atividade, em particular, no cultivo da alfafa.

Em 1921, Attilio desloca-se para Bom Retiro, em Campos Novos, Santa Catarina, como enfardador de alfafa, mas logo acrescenta às suas atividades o comércio de suínos (a partir de 1923) e de secos e molhados.

"Meus negócios corriam muito bem, eu comprava tudo o que os agricultores produzissem e vendia às suas famílias, e às do povoadinho também, as mercadorias de que minha loja tinha um sortimento apreciável: toda uma variedade de secos e molhados, além de tecidos e armarinhos, e até mesmo material escolar destinado ao curso primário, como livros, cadernos, lápis, lousa, borracha. Eu tinha as melhores relações de amizade - sempre tive - e por isso contava com uma freguesia muito boa, não só pelos preços que eu oferecia nas mercadorias, como pela confiança que eu tinha nos meus clientes. Em grande parte as vendas eram feitas à vista, ou a troco, e ainda pelo sistema de um débito a ser coberto quando os lavradores me vendiam os suínos, a alfafa e os cereais" (33).

A venda de suínos aparece como empreendimento compensador e, apesar das dificuldades de transporte, penetra o mercado nacional e internacional.

"Naquele tempo não podia ser feito embarque direto de Santa Catarina para Osasco; os suínos tinham que ir para Itararé, ser descarregados e ficar descansando durante algumas semanas, até que surgisse oportunidade de reembarque, pois lá também havia falta de transporte ferroviário. Quando havia, eram embarcados para Osasco, onde o irmão Antonio os recebia e recolhia nos mangueiros, para depois vendê-los às companhias ameri-

canas, a Alexandre Eder, dos Produtos Santo Amaro, e muitos outros. Vendia-os até mesmo no Rio de Janeiro e em Petrópolis" (33).

Ingressa no setor frigorífico convidado pelo então prefeito de Concórdia, dr. Dogelo Goss, a colocar em funcionamento o Frigorífico Concórdia Ltda., que se encontrava desativado. No sistema cotista, colocou em funcionamento, em primeiro lugar, o moinho e, mais tarde, o frigorífico.

"E assim foi que assumi o compromisso de encampar o ativo e o passivo da organização e de compor uma sociedade anônima a que logo depois dei o nome de S.A. Indústria e Comércio Concórdia. No ano seguinte (1944), eu tiraria dessa razão social as duas primeiras letras - SA - e lhes juntaria a última sílaba de Concórdia, para formar o nome SADIA, que se tornaria a marca nacional e até internacionalmente conhecida dos nossos produtos" (33).

A trajetória de vida de Attilio Fontana caracteriza o processo de implantação do setor, que se repete para as outras empresas da área. São migrantes italianos gaúchos que se deslocam para Santa Catarina, inserindo-se na comercialização do produto rural.

A Perdigão S.A. - Comércio e Indústria, fundada em 1934, pertence à família Brandalise, inicialmente comerciantes de secos e molhados e suínos (*).

A Seara S.A. - Comércio e Indústria, fundada em 1949, foi criada pela associação das famílias Paludo, Garguetti, Nardi e Benetti (**).

(*) Dados obtidos na própria empresa.

(**) A designação "famílias" foi-nos dada pelos entrevistados e é o usual na microrregião para tratamento dos proprietários das empresas em questão.

Os Paludo, que permaneceram à frente da empresa como majoritários até a compra pela CEVAL, eram comerciantes de cereais, construindo, posteriormente, silos para armazenagens e moinho de trigo. Instala, em 1945, um abatedouro e, pouco depois, a empresa frigorífica (*).

A monotonia na repetição dos históricos de vida revela a dependência do colono com relação ao comerciante na colocação dos produtos nos centros consumidores. Esse processo destinou ao colono sua simples reprodução, mantendo sua posição social e concentrou a riqueza do setor nas mãos dos mercadores, os atuais empresários da frigorificação.

Já assinalava KAUTSKY (34): "Mas quanto mais se desenvolve o comércio, tanto mais ele subordina o pequeno campo nês. Este não tem elementos para abarcar num lance de olhos o mercado e se enreda mais facilmente em dificuldades. O comércio se transforma numa fonte abundante de opressões para o lavrador. Na medida em que se desenvolve a circulação em geral e o comércio, na medida em que a acumulação do capital revoluciona as vias de comunicações, aumenta também a dependência da agricultura".

VIII.3 - Implantação da Indústria Frigorífica

A partir da Segunda Guerra Mundial, o transporte do porco vivo será substituído pelo processamento industrial local e a circulação do produto conservado.

A indústria frigorífica estabelece-se longe dos mercados consumidores, na região onde a oferta de porco enquanto

(*) Dados conseguidos em entrevista na referida empresa.

matéria-prima se elevava devido à estrutura rural e à consolidação do processo de comercialização.

Voltava-se, inicialmente, ao desenvolvimento da conservação do suíno, o que é explicitado por FONTANA (33):

"Mas, como dizia, em 1944 entraram em funcionamento o moinho de trigo de 24 toneladas e a fábrica de produtos suínos, qualificada como de banha pelo Ministério da Agricultura. Naquele tempo o que se aproveitava, realmente, era a gordura de porco; no começo de nossas operações havia ainda a carne salgada, lingüiça, fresca (lingüiça fresca), salaminho, que era a mesma lingüiça curada, e apenas um pouco de salame, pois ainda não dispúnhamos de condições para produzi-lo em quantidade. Faltavam-nos câmaras adequadas para tratá-lo, não havendo, assim, segurança, na sua cura e conservação. Enfim, trabalhávamos no início com essa parte". "Não havia um aproveitamento completo de tudo, dadas as deficiências das nossas instalações, mas a banha cobria o valor do suíno e ainda deixava algum resultado; a carne, pois, por menos aproveitada que fosse, era sempre lucro."

Apesar das dificuldades de transporte por estradas de rodagem, a atividade progredia rapidamente devido às condições conjunturais favoráveis à implantação industrial no país.

"As estradas eram ruins, mas para os produtos derivados de suínos - a banha, especialmente, que representava o maior volume - a estrada de ferro fornecia os vagões e os transportava com certa regularidade. Era, entretanto, um serviço extremamente moroso, pois os vagões eram rebocados quase sempre com muita demora. Haja visto que de Volta Grande, a estação onde embarcávamos a banha, dentro do município de Concórdia, até São Paulo, em geral o transporte levava mais de quinze dias. E assim, os produtos perecíveis não podiam ir nos vagões. Por

outro lado, os caminhões trafegavam com enorme dificuldade porque as estradas eram de terra e muito precárias, levando também vários dias para chegar a São Paulo. Mas, não obstante todos esses entraves, as coisas marchavam bem. As fábricas trabalhavam cada vez mais - o moinho, vinte e quatro horas por dia durante trinta dias por mês, e a indústria de produtos suínos, nove, dez horas, ou mais, por dia. E o meu plano inicial de industrializar cem suínos por dia, que me parecera muito bom, em pouco mais de seis meses foi sendo ampliado a tal ponto que no fim do primeiro semestre já estávamos abatendo duzentos" (33).

Quando existe alta lucratividade, todos os demais obstáculos são menores, tanto que a Sadia S.A. incrementa o transporte aéreo de seus produtos com a criação da Sadia S.A. Transportes Aéreos, hoje Transbrasil, com função diferente da originária.

O desenvolvimento da atividade frigorífica no Vale do Rio do Peixe coincide com o processo de industrialização nacional. A reorganização da divisão social do trabalho, deslocando trabalhadores para as cidades, vai constituir um mercado regular de gêneros alimentícios, impulsionando uma especialização espacial de atividades e um incremento na escala produtiva e na produtividade do trabalho. O Vale do Rio do Peixe vai-se inserir no novo arranjo territorial como produtor de gêneros alimentícios, ligado à comercialização do suíno e, posteriormente, à avicultura.

A indústria de conservação desenvolve-se abastecendo os mercados do Sudeste, de alta receptividade aos gêneros alimentícios, devido à necessidade de reprodução da força de trabalho na região concentrada.

Dispondo das condições propícias como um mercado

consumidor em grande desenvolvimento, de uma estrutura rural favorável, do suprimento de rações e transportes, a indústria consolidou-se local e nacionalmente (*).

VIII.4 - O Sistema Produtivo

A unidade fabril é responsável pelo abate e frigorificação, o que representa apenas uma etapa do processo. A ave ou o suíno congelado que se constituem no produto final supõem o processo de criação a partir do nascituro e a ração alimentar considerando-se a reprodução simples do capital. O avanço tecnológico vinculado à pesquisa genética constituem-se em condição essencial, tornando os produtos finais competitivos na conquista do mercado mundial.

A manutenção do ritmo da produção industrial depende, no caso, de assegurar a eficiência nas outras etapas que se realizam fora da unidade fabril.

Uma empresa de abate de aves ou suínos tem a sua tabela de programação diária de abate de acordo com as solicitações de mercado. Prevendo esses abates, a empresa já fez a distribuição para criação das aves e suínos com data marcada para recolhimento.

A precisão necessária reforça a vinculação do sistema de criação ao ritmo da unidade fabril, o espaço rural subjugando-se ao tempo do processo industrial de produção.

A estratégia da indústria frigorífica consiste no

(*) Sobre a implantação da SADIA S.A. ver LAGO, Paulo - "Análise da Extensão da Influência de uma Empresa Industrial no Ramo Tradicional: A Sadia-Concórdia S.A." (35).

domínio de todas as etapas do processo produtivo, o que a leva a implantar:

- a) moinho e fábrica de rações balanceadas;
- b) frigorífico para abate de aves e suínos;
- c) estabelecimentos de criação de matrizes, para distribuir os produtos;
- d) estabelecimentos de terminação, para engorda e apuração do animal para abate;
- e) unidade de pesquisa genética, visando melhorar a qualidade e o rendimento do produto;
- f) unidade de fomento e assistência social, responsável pelo controle técnico na unidade de criação;
- g) o crédito orientado, que torna acessível ao colono o crédito bancário para instalações e equipamentos.

Esta descrição não supõe que cada função seja desempenhada em local distinto, mas coloca as condições necessárias ao funcionamento do processo produtivo.

VIII.5 - A Produção Industrial

A indústria frigorífica implanta-se a partir da transformação da suinocultura e seu fornecimento ao mercado nacional e, posteriormente, pela necessidade de ampliação do capital, ao mercado mundial. A atividade suinocultura tornou-se, porém, nos últimos anos, secundária na programação de abate dos frigoríficos.

O agrônomo da ACARESC responsável pela área de Joaçaba debita o declínio dessa atividade à qualidade do suíno da região que não corresponde aos padrões estipulados internacionalmente. O porco do Vale do Rio do Peixe apresenta pouca digestibilidade, devido à sua carne muito gorda, com 5% de teor

de gordura contra 3% do padrão aceito como norma.

O suíno mais comum é o Duroc americano, que apresenta um bom comprimento de carcaça e, cruzado com a raça comum, como faz o colono, tem diminuída sua resistência a doenças. Tais fatos viram-se agravados pela peste suína de 1978/79, que reduziu substancialmente a produção estadual.

O proprietário da Indústria de Trilhadeira Caetano Branco, de Joaçaba, tem opinião divergente atribuindo a crise de 1978/79 a uma campanha internacional no sentido de manter o Brasil fora do mercado mundial. Assim, para ele, a peste suína dever-se-ia chamar "Peste Rockefeller".

Um fato é seguro, devido à crise do fim dos anos 70, a criação suína foi dizimada e perdeu posição em relação à avicultura. Hoje a produção suinocultora destina-se estritamente ao mercado interno e não é mais comercializada com o Mercado Comum Europeu.

Existem diferenças quanto às qualidades dos suínos. Em julho de 1981, os preços do suíno tinham a seguinte variação:

LANDRACE	- tipo carne	- 55,00 o quilo
DUROC	- mais gordura	- 51,00 o quilo
COMUM	- tipo banha	- 41,00 o quilo
(Dados: Sadia-Concórdia S.A.)		

A pesquisa tecnológica vem no sentido do aumento da qualidade da carne por peso, apurando a qualidade do animal.

O processo de industrialização do suíno ainda é bastante manual, não se comparando à mecanização de aves. A retirada dos pêlos e a fabricação dos enlatados processam-se mecanicamente. O abatedouro, o corte, a separação das partes são manuais. O corte em duas carcaças é feito com auxílio da serra elétrica.

O sangue é canalizado, acrescentado ao torresmo

feito a partir da gordura do suíno, e constitui junto com o milho, a ração para a criação. "O porco come o porco", como sôe dizer o catarinense.

Todās as partes são aproveitadas. O pêlo é matéria-prima aos pincéis e as vísceras e tripas invólucro de salames e lingüiças.

A Sadia-Concórdia S.A. vende banha refinada, parte vai para a fábrica de sabão e parte para fábrica de concentrados da própria Sadia.

A criação do suíno para abate é feita nos estabelecimentos rurais do próprio município ou de municípios vizinhos, de propriedade do camponês com o emprego do trabalho familiar. O produtor recebe do frigorífico o concentrado, que entra na base de 25% para 75% de milho, no preparo da ração. A porca dá cria duas vezes ao ano, com a média de 8 a 10 leitões.

O porco leva seis meses para o abate e as matrizes são do próprio granjeiro. No sentido de melhorar a qualidade animal, os frigoríficos vêm implantando unidades de experiência de desenvolvimento genético, nos últimos anos.

A avicultura implementa-se nos anos 70, baseada num processo de produção de alto nível tecnológico associado à racionalização do trabalho nas diferentes etapas da produção.

O processamento da avicultura é totalmente mecanizado e existe variação apenas no tamanho das aves para abate, conforme especificações de mercado. O frigorífico coordena as etapas produtivas, da produção do pinto ao abate. A criação é executada, da mesma forma que o suíno, nos estabelecimentos rurais.

O frigorífico estabelece sua programação de abate e sincroniza as etapas intermediárias na perspectiva de obter uma continuidade no circuito para atender às solicitações do mercado

nacional e internacional. Constitui-se na produção fundamental dos frigoríficos atualmente, acompanhada pela suinocultura como atividade complementar.

VIII.6 - A Produtividade Industrial

Visando tornar seus produtos competitivos no mercado mundial, a indústria frigorífica instrumentaliza as diferentes etapas do circuito produtivo, com modernos equipamentos e instalações, aumentando a composição orgânica do capital e o conseqüente rendimento do trabalho.

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho pressupõe a cooperação entre as diferentes etapas do processo, mediante a organização e a racionalização de cada etapa do processo produtivo e sua articulação sincrônica.

A ampliação da escala do mercado corresponde uma reorganização do processo técnico, com o emprego de novos equipamentos e de novos padrões tecnológicos desenvolvidos pela pesquisa científica.

Assim, na indústria frigorífica, pelas particularidades próprias do ramo, a produtividade do trabalho, vincula-se:

- a) ao desenvolvimento da pesquisa genética;
- b) ao controle de qualidade, pois os produtos frigorificados devem seguir os padrões internacionais;
- c) à produtividade no estabelecimento rural; e
- d) sua sincronia ao processo total de produção.

Esses fatores acompanham o desenvolvimento tecnológico na própria unidade fabril, com a modernização das máquinas e diminuição do tempo de produção e, conseqüentemente, da

circulação.

A. A Pesquisa Genética

A produção tecnológica da ave ou suíno supõe um alto grau de controle do processo biológico.

Na suíno cultura, o fator genético atua no sentido da purificação racial e conseqüente transformação do porco-banha em porco-carne, na melhoria da tipificação da carcaça para atingir padrões e conquistar mercados internacionais.

Na avicultura a pesquisa visa um maior rendimento na transformação de cereais em carne e a redução do tempo de criação da matriz para o abate, com a conseqüente redução do tempo global de produção.

Um exemplo da rapidez no processo de criação encontra-se no frango, sendo que o de quintal demora seis meses para o abate e o moderno, de 53 a 48 dias, dependendo do tamanho que interessa obter. Para a venda ao Oriente Médio, os frangos não devem ter os miúdos, devem ser degolados e pequenos de mais ou menos 2 a 2,5 quilos cada um, conforme as especificações do adquirente. No mercado interno o consumo volta-se aos frangos mais pesados (informações obtidas na Sadia-Chapecô).

A redução e definição do prazo de engorda conseguida pelas qualidades da ração possibilitam a programação diária de abates no frigorífico. Para tal, a pesquisa volta-se à elaboração dos alimentos ingeridos; na suinocultura, com o cuidado no concentrado que é adicionado à ração, e na avicultura, à própria ração. Nesta, a dependência tecnológica é dada pelas vitaminas que são importadas dos Estados Unidos.

A dependência tecnológica processa-se, também, no

fator genético que determina a qualidade da linhagem, sendo as avós, no caso do frango, importadas. As avós são geradoras das matrizes, cujos ovos dão origem aos frangos para abate no frigorífico. A pesquisa genética utilizada na purificação racial e no rendimento carne-ração é feita fora do país, o que coloca toda a linha de produção, para ser competitiva, dependente de tecnologia estrangeira.

No Brasil, os frigoríficos detêm o controle de uso desta tecnologia moderna, devido aos custos e às possibilidades de aquisição e, por isso, colocam-se em posição privilegiada frente aos produtores.

A inflexibilidade do tempo de trabalho socialmente necessário na produção de determinada mercadoria, segundo MARX (36), a torna, ou não, realizável, e, conseqüentemente, contribui à monopolização do processo de aquisição de novas tecnologias e à dependência do novo modo de produzir.

Essa correlação atua no sentido da maior diferenciação entre os agentes no processo produtivo, como um elemento de concentração econômica, colocando nas mãos do detentor do segredo tecnológico, grande potencial de acumulação.

"Agora que 'a ciência tornou-se uma força produtiva direta' (J. Thibault, dez./1967), a pesquisa constitui um dos pilares das grandes firmas industriais internacionais". E acrescenta SANTOS (37): "Pode-se, portanto, falar de um duplo monopólio da pesquisa, esse 'colonialismo tecnológico' (Urquidi, 1962, p.108) ou 'monopólio intelectual' como o chama BOGNAR (1966, p. 47), o dos países desenvolvidos frente aos países subdesenvolvidos e o dos monopólios e das empresas multinacionais frente às outras firmas e às nações pobres, qualquer que seja seu grau de industrialização: segundo os dados da UNESCO, os países desen-

volvidos detêm sozinhos 95% da capacidade científica necessária à expansão da atividade econômica, o que é tanto mais grave se se considerar como são difíceis as transferências tecnológicas".

B. O Controle de Qualidade

Acompanhando o investimento em tecnologia genética instaurado pelos departamentos de fomento dos frigoríficos, temos a assistência técnica regular para controle da engorda e sanitário, diminuindo-se as doenças e a mortalidade.

Periodicamente, a unidade rural recebe a visita de um técnico do frigorífico que controla as condições em que é feita a criação da ave ou suíno, desde instalações, acompanhamento do processo de engorda ou a localização dos aviários na propriedade.

A assistência técnica é feita também pelo governo estadual, onde a ACARES atua, segundo sua própria definição, em auxílio do pequeno produtor. Como o sistema baseado na pequena propriedade rural que acontece no Vale do Rio do Peixe não possui autonomia, mas vincula-se totalmente às empresas que atuam na região, conclui-se que o Estado intervém no sentido da acumulação destes capitais privados.

No caso, o Estado contribui para reforçar o sistema de acumulação das empresas frigoríficas, agindo no sentido da manutenção das relações sociais que aí se estabelecem, com a submissão do camponês ao capital monopolista.

C. O Estabelecimento Rural

A produtividade industrial, além do processo de mo-

dernização do capital fixo na unidade fabril, do investimento em pesquisa e controle genético, está relacionado ao funcionamento sincronizado do território circundante. O domínio das unidades produtivas rurais, com a submissão do trabalho manufatureiro familiar de alta qualidade, estabelecido através da tradição italiana, é o elo que possibilita a ampliação da escala de produção.

No caso do frango são construídos galpões de 14 X 100m com capacidade de 14000 cabeças cada, onde as aves dispõem-se em fileiras sendo abastecidas por esteiras rolantes que distribuem a ração. A concentração de aves por metro quadrado vem no sentido de promover a engorda, ajudada pela imobilidade.

As instalações são padronizadas, devem ser construídas segundo as exigências dos técnicos orientadores que as fiscalizam quanto às qualidades ambientais, funcionamento dos equipamentos e higiene. O frigorífico orienta tecnicamente o ambiente da ave, controlando ventos, luz, a cama do galinheiro e o calor.

A criação do frango requer cuidados especiais, pois pela concentração do número de aves no espaço, a disseminação de doenças pode acarretar grandes prejuízos.

O cuidado do aviário consiste, após terem sido feitas as instalações, no controle de doenças e no abastecimento alimentar, o que requer pouca quantidade de trabalho na criação propriamente dita. Este trabalho é executado principalmente pelas mulheres, ajudadas pelas crianças, que o coordenam com uma série de atividades de manutenção da unidade rural: Desde o amanhecer, elas realizam um trabalho seqüencial que vai desde a retirada do leite das vacas, a fabricação do queijo e dos outros produtos que vão ser utilizados na alimentação e no vestuário

até a limpeza e conservação da propriedade rural. O processo de reprodução do estabelecimento rural intercala-se à avicultura e à suinocultura. O trabalho familiar responsabiliza-se, ao mesmo tempo, por uma etapa do circuito produtivo e, pela reprodução da força de trabalho, assegurando a auto-suficiência relativa no estabelecimento rural.

Os homens encarregam-se dos contatos externos, com o frigorífico, os bancos ou qualquer outra atividade que se deva realizar fora da unidade rural, o que os libera, em grande parte, do trabalho rural.

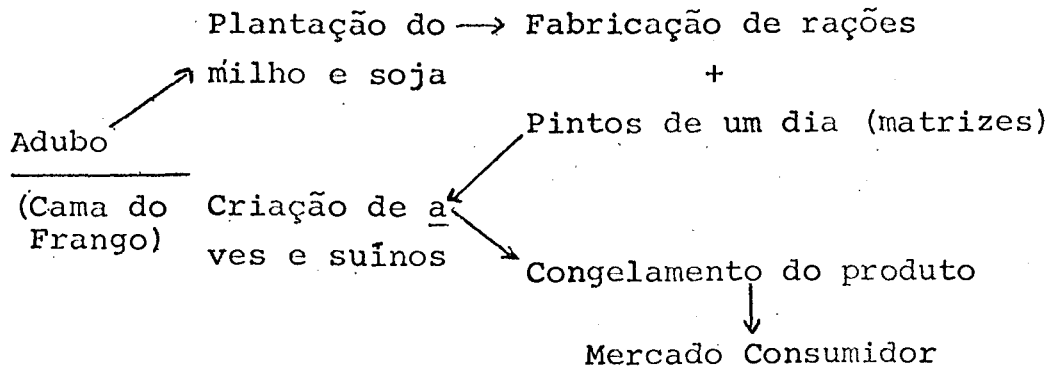
A inserção do trabalho assalariado nesta etapa produtiva acabaria por romper com a auto-suficiência relativa da reprodução da força de trabalho, resultando no aumento do preço do trabalho e na diminuição da capacidade de acumulação da empresa frigorífica.

A assimilação do trabalho familiar do moderno esquema produtivo do frigorífico possibilita a inserção do espaço regional à produção mundial, pelo barateamento do produto e ampliação da escala produtiva, resultante da concentração de capitais pelas empresas monopolistas. Ao mesmo tempo, o aumento da produtividade rural é função direta da conquista de mercados para os alimentos frigoríficos.

As inovações tecnológicas dos estabelecimentos fabril e rural unem-se ao sistema produtivo tradicional baseado na pequena propriedade familiar agrária para fechar o circuito de criação e abate animal.

D. Fluxos entre Empresa Rural e o Frigorífico

Estabelecimento Rural Empresas do complexo frigorífico



Estabelecem-se dois movimentos dominantes: Um fluxo no sentido de levar rações e matrizes ao estabelecimento rural e outro que recolhe para abate os animais criados, que serão dirigidos aos mercados nacional e internacional.

O milho é parte consumido na propriedade, na alimentação do colono ou adicionado ao concentrado do suíno e parte é levado junto com a soja, para a fabricação industrial de rações. A cama do frango é utilizada como fertilizante ao solo onde se produz o milho.

A acumulação de capitais na empresa frigorífica depende da lucratividade de cada etapa produtiva e da velocidade de transformação do produto em capital.

A redução no tempo dos fluxos significa uma maior velocidade na rotação do capital, possibilitando um incremento na acumulação das empresas frigoríficas. Para MARX (36): "Quanto mais breve é o tempo de rotação, menor é a fração improduti-va do capital, em comparação ao conjunto deste; e, portanto, maior é, se os demais elementos não variam, a mais-valia que se obtêm". E acrescenta: "Mas como a taxa de lucro não expressa ou

tra coisa que a relação da massa de mais-valia produzida com o conjunto do capital invertido na produção, resulta evidente que toda redução desse tipo aumentará a taxa de lucro".

O tempo de rotação é resultado da diminuição do tempo de suas 2 fases: tempo de produção e tempo de circulação. A diminuição do tempo de produção ocorre devido ao incremento da produtividade do trabalho em cada etapa do processo de produção. A redução do tempo da circulação depende da sincronia dos fluxos e do sistema de transporte.

A indústria frigorífica coordena as diferentes etapas do processo produtivo que se localizam em lugares diferentes, estabelecendo uma solução de continuidade neste processo descontínuo.

A unidade do processo produtivo é constituída pela coordenação sincrônica entre as diferentes etapas. Os fluxos estabelecidos entre as diferentes unidades produtivas obedecem à racionalização do processo produtivo enquanto totalidade.

O transporte é componente fundamental na execução da sincronia dos fluxos. O frigorífico não se faz proprietário dos caminhões que estabelecem as conexões entre as etapas do circuito, desde a captação da matéria-prima até a comercialização do produto.

O transporte de todas as etapas é feito por caminhões particulares. O frigorífico fornece a tinta e eles são pintados com a marca da empresa. Os caminhões onde vemos escritos os diferentes logotipos, na realidade, não pertencem à firma que lhes deu o nome. Poucos são os da própria empresa (um ou dois da Seara Avícola S.A. transportam ração e leitão).

Segundo dados da Seara Avícola, os caminhões utilizados pela empresas estão assim distribuídos:

- 50% câmaras frigoríficas para comercialização do produto de terceiros ou representantes da empresa
- 30% "puxam" porcos para abate
- 15% "puxam" frangos para abate
- 5% diversos - transportam lenha, materiais, ...

Todos são de particulares, alguns do próprio proprietário rural.

O aprimoramento no sistema de transporte além de diminuir o tempo da circulação do produto, amplia seu raio de ação, aproximando o mercado consumidor pela maior durabilidade do produto. O transporte frigorificado possibilita a inserção dessa região produtora de mercadorias perecíveis, inserindo-a na divisão internacional do trabalho. A superação da distância pelo transporte frigorificado amplia o mercado para a suinocultura e a avicultura e contribui à transformação do próprio processo produtivo. A conquista do mercado mundial exige a assimilação de novas técnicas, nova organização do trabalho e novas relações sociais de produção.

IX. O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO

IX.1 - Origens

O sistema de integração aparece na década de 1960, im-
plantado pela Sadia-Concórdia na produção de suínos. Segundo
SORJ et alli (38), "em 1964, a Sadia elaborou um plano com a As-
sociação Rural de Concórdia e a prefeitura local (seu município
de origem), segundo o qual o frigorífico entrava com cerca de
16 milhões de cruzeiros, sua organização e pessoal técnico, a
prefeitura com 4 milhões de cruzeiros, maquinaria e áreas para
experimentos, e a Associação Rural com pessoal técnico e forne-
cimento de medicamentos e outros produtos para o início de um
programa de fomento à suinocultura, e, num segundo grau, outros
produtos agropecuários, como a avicultura. A estratégia desse
projeto era selecionar algumas propriedades rurais que servis-
sem de modelo de modernização para a atração dos demais proprie-
tários, numa metodologia semelhante à posta em prática pelos ór-
gãos oficiais como a Acaresc. Conjuntamente, a Sadia desenvol-
veu uma intensa e permanente campanha publicitária, cujo princi-
pal veículo era a Rádio Rural de Concórdia, da própria Sadia.
Ao lado disso, a empresa intensificou sua atuação no desenvol-
vimento genético e técnico, em geral, do rebanho suíno, e pas-
sou a aumentar suas exigências de padronização qualitativa, es-
tabelecendo inclusive competições com prêmios para os produto-
res (Dirigente Rural, outubro de 1965, pp. 51-55)".

Alguns anos mais tarde, a mesma Sadia, complementando
o programa, define as relações contratuais entre produtores rurais

e empresa, no sistema de integração. A produção de aves, que data dos anos 70, já nasce totalmente integrada. Hoje, a estrutura das empresas no ramo é baseada neste tipo de relação de trabalho.

IX.2 - O Sistema

Constitui-se num modelo de exclusividade de trabalho do produtor rural a determinada cooperativa ou empresa frigorífica.

As empresas fornecem rações, matrizes (no caso do porco, as matrizes são do proprietário rural), assistência técnica e avalizam o crédito bancário para compra de equipamentos e instalações.

Ao produtor fica a responsabilidade da construção e manutenção das instalações e a criação das aves (ou suínos) para abate dentro dos prazos estipulados. Construídas as instalações, segundo as normas técnicas designadas, o criador recebe o pinto de um dia (no caso do frango) e a ração, e deve entregar o lote segundo o cronograma da empresa. Periodicamente, é assistido pelo técnico da empresa ou da ACARESC. (*)

Estipula-se um contrato, na maior parte das vezes apenas um compromisso verbal entre produtor e frigorífico. Outras vezes, o cadastro substitui a relação jurídica. Qualquer uma

(*) É interessante observar que a assistência rural do Estado encontra-se totalmente vinculada aos interesses do pequeno proprietário, o que no caso significa das empresas frigoríficas.

das formas, o contrato, o compromisso ou o cadastro, possui a mesma eficiência (Anexo IX.1, um modelo de contrato) (38).

O sistema de integração elimina a oferta insuficiente e irregular de matéria-prima e, ao mesmo tempo, a concorrência entre as empresas para a sua aquisição. Surge, também, pelo aumento do volume de abate que exige um incremento na produção da ave ou suíno, um aumento de instalações, mão-de-obra e de terras necessárias à nova escala produtiva.

IX.3 - O Trabalho

No sistema de integração, o produtor estabelece uma relação unívoca, só se relacionando com a empresa-patrão, fornecendo toda sua produção (milho para ração e aves ou suínos para abate) e só ela, ou através dela, reunindo os elementos necessários ao processo produtivo - insumos, apoio técnico, crédito - e sua comercialização.

O trabalho contratado é o do chefe do estabelecimento rural, e o trabalho real é o de toda a família incluindo os menores, no padrão tradicional da pequena propriedade privada. A mão-de-obra familiar é exigência contratual, pois segundo os frigoríficos, é a única que assegura a qualidade da produção, já que o estatuto de proprietários do empreendimento, garante o empenho no melhor rendimento possível. Por outro lado, fica comprovada a necessidade real da soma dos trabalhos individuais, pois só a remuneração do patriarca não assegura a reprodução simples da força de trabalho e da unidade produtiva. Observa KAUTSKY : "Mas o camponês não se condena individualmente apenas

a este trabalho forçado. Condena também a sua família. Na agricultura, lar e lavoura estão intimamente fundidos" (34).

A relação empregatícia de vinculação com uma única empresa caracteriza, historicamente, o trabalho assalariado e não o pequeno produtor, que tem por objetivo o mercado consumidor assumindo os riscos de sua produção.

No assalariamento, o trabalhador, alienado dos meios de produção, necessita vender a força de trabalho, para sua reprodução; aqui, o produtor não tem outra alternativa, senão, para continuar na qualidade de proprietário rural, vincular seu trabalho e entregar seu produto ao moderno sistema empresarial.

"Assim, tratando de reproduzir seu modo de produção, os pequenos agricultores chegam a colocar-se cada vez mais completamente numa situação oposta à que teriam intenção de perpetuar e em contradição com os pressupostos mínimos da pequena produção mercantil", como afirma LIPIETZ (5).

No estabelecimento colonial, os trabalhadores detêm os meios de produção, mas ao mesmo tempo, um contrato que rege sua unidade produtiva, seus procedimentos no trabalho e, o próprio destino de seu produto.

Os componentes do estabelecimento rural, representados na figura do chefe familiar, aproximam-se da qualidade de funcionários do frigorífico com o qual estabelecem um compromisso de trabalho, assumindo, porém, os riscos próprios do processo rural de produção. Se houver contratação no mercado consumidor, o frigorífico simplesmente diminui, ou deixa de distribuir as matrizes para criação. Procedimento hipotético até o momento, já que, por enquanto, pelas restrições do consumo houve somente atraso no recolhimento da

criação.

Essa pequena empresa rural constituída unicamente pela mão-de-obra familiar estabelece uma relação de fidelidade à empresa a que está vinculada. São trabalhadores cativos, repletos de compromissos e sem possibilidade de contestação no estabelecimento da remuneração do trabalho versus lucro da empresa.

IX.4 - O Valor do Trabalho

No ato da remessa da ave ou suíno criados são acertadas as contas onde é pago o plantel, descontados os gastos com ração, as matrizes, vitaminas ou qualquer outro atendimento do frigorífico. Ao produtor interessa o maior rendimento relativo ao consumo de ração, já que quem estabelece os preços de todos os bens intermediários e final, deste ciclo produtivo, é a empresa contratante.

No sistema de integração, "cerca de 90% do valor da produção dessa atividade vão para o frigorífico na forma de diversos pagamentos. Somando as despesas financeiras decorrentes de empréstimos nos bancos, energia elétrica e gás, verifica-se que somente 5,5% dos custos têm origem na propriedade do agricultor, ou seja; mão-de-obra e depreciação" (39). Com exceção do item vacinas e medicamentos, a força de trabalho ocupa o menor percentual na produção avícola, variando em torno de 2%.

Constatou-se que a atividade avícola não é lucrativa para o proprietário rural, mesmo não incluindo custos de mão-de-obra e depreciação. Os produtores rurais não computam os custos de energia elétrica, gás e despesas financeiras, o que os faz supor um lucro ao receberem do frigorífico uma diferen-

ça entre as vendas dos lotes dos frangos, descontadas as matrizes, rações e medicamentos ou quaisquer outras despesas feitas junto ao frigorífico (39).

IX.5 - As Relações Sociais

Não podemos deixar de considerar, também, a vinculação de tipo paternalista que se estabelece entre empresa e integrado. O produtor sente-se "sob proteção", por pertencer ao sistema proporcionado pelo grande capital local, como se a sua falência estivesse vinculada à da grande empresa.

Outro fator que reforça tal sentimento deve-se à assistência técnica, que aparece como um auxílio pessoal, acostumados que estamos a ver em caráter particular, e não social, o problema da sobrevivência do trabalhador rural ou urbano. O apoio à obtenção creditícia vem reforçar o esquema de dependência que é real, possui seu fundamento econômico mas envolto com uma aura de favores dos poderosos.

De qualquer forma, pelos padrões atuais de abandono total do trabalhador brasileiro à própria sorte, não deixa de haver alguma base de realidade nesse sentimento, pois pela forte vinculação no sistema empresa-integrado, a estabilidade do conjunto se alteraria com a transformação da estrutura do trabalho no meio rural (estrutura global e, não, pelos acidentes individuais, como aparece ao produtor).

A relação com a empresa frigorífica extrapola o sistema produtivo, atingindo a própria reprodução da força de trabalho. As indústrias intermediam, de alguma forma, o serviço mé-

dico e dentário, além de possuírem supermercados com descontos aos seus vinculados.

O caráter paternalista e assistencial tem sua intencionalidade declarada por FONTANA (33): "A esta altura do relato de minha vida de trabalho, quero fazer menção especial à iniciativa mais particularmente grata ao meu espírito comunitário: a Fundação Attilio Francisco Xavier Fontana. Durante pelo menos vinte anos, a SADIA vinha mantendo em Concórdia um serviço assistencial aos nossos funcionários através de convênios com o INPS e outras entidades estatais, o qual era exercido por médicos, farmacêuticos e dentistas por nós contratados. Temos lá um prédio onde funcionam dois ou três consultórios médicos, gabinetes dentários, ambulatórios, drogarias. Depois fomos criando também o serviço de assistência aos funcionários nas outras empresas subsidiárias da SADIA".

IX.6 - O Equilíbrio do Sistema

Nas entrevistas realizadas, notamos uma satisfação de ambas as partes em relação ao funcionamento do sistema. O diretor da Sadia-Chapecô discorre sobre a oportunidade da integração dada a qualidade da mão-de-obra familiar.

A exigência da força de trabalho sem qualquer tipo de assalariamento foi constatada em todas as empresas, como uma necessidade da manutenção da qualidade do produto.

A segurança do processo de criação de aves exigiria da empresa a aquisição de quantidade monumental de terras, tendo em vista a necessidade de relativo isolamento dos lotes de

aves, evitando-se que a rapidez da propagação de doenças torne os prejuízos, irrecuperáveis. Assim, contando com uma estrutura fundiária já existente que garante a qualidade exemplar da força de trabalho, a empresa estabelece a relação que lhe garante a eficiência do processo produtivo.

O proprietário rural entrevistado, migrante italiano, indicado pela empresa como um bom integrado, porque próspero, considera vantajosa essa relação, já que realiza a comercialização do produto, ponto fundamental da insegurança do trabalhador do campo. Visando a reprodução da sua condição de pequeno proprietário rural, o camponês associa-se à empresa frigorífica, colocando-se em posição oposta à que queria perpetuar.

O desenvolvimento das relações capitalistas associa-se à arcaica estrutura patriarcal conseguindo, através da eficiência produtiva, baixar rapidamente o valor do produto avícola, tornando-o solvável no mercado nacional e mundial.

O coronelismo da modernização obteve resultados satisfatórios nos últimos anos, e coloca o território do meio-oeste catarinense integrado e repartido entre os grandes grupos industriais que ali atuam.

IX. 7 - E o Pequeno Proprietário Rural ..

Identifica-se no Vale do Rio do Peixe um trabalhador de novo tipo, sem vínculos empregatícios, com sua propriedade equipada das mais modernas instalações, com alta produtividade

do trabalho, porém penhorada à empresa frigorífica (*).

Para KAUTSKY (34), "a hipoteca é o meio principal que ocorre ao agricultor à procura de dinheiro. Ele ainda pode fazer uso de seu crédito pessoal ou vender uma parte de sua propriedade, a fim de reservar o dinheiro necessário à exploração do resto. Mas este último recurso nem sempre é possível, e muitas vezes não é aconselhável. Porque, pela diminuição da propriedade o seu dono perde as vantagens de uma empresa maior. Além disso, renuncia às oportunidades de valorização da parte sacrificada, valorização que pode resultar tanto da alta da renda territorial quanto da baixa da taxa de juro. O crédito pessoal e a hipoteca são, por conseguinte, para ele, os meios principais de conseguir capital. O crédito hipotecário é empregado principalmente quando se trata de obter um capital fixo (melhoramentos, construções; fazemos abstração aqui das mudanças de donos como causa de endividamento hipotecário). O crédito pessoal é empregado quando se trata de obter capital móvel - adubos, sementes, salários, etc. Outrora o endividamento do proprietário territorial decorria de um estado de crise. Era um estado anormal. No sistema capitalista, sempre que o proprietário territorial e o agricultor juridicamente se confundem numa única pessoa, ele resulta do processo mesmo da produção. O endividamento da propriedade fundiária é aqui um fenômeno inevitável. Mas ao mesmo tempo, a espécie que concretize se torna um fator essencial da produção agrícola".

(*) No capitalismo monopolista de Estado, a necessidade do crédito bancário instabiliza a relação de propriedade para o produtor rural.

Na obtenção do crédito bancário - em geral feita pelo Banco do Brasil - para a montagem das instalações que convêm ao moderno sistema produtivo, o colono oferece como garantia, o pedaço de terra que lhe pertence.

O produtor tem agora, sua propriedade em risco, o que lhe confere um caráter diferente do tradicional pequeno proprietário rural. Instala as condições de produção versus a garantia da terra, o que lhe deixa de mãos vazias, no caso de insucesso da empreitada. Continua KAUTSKY: "Ao negociante de grãos e de gado se associa logo o usurário, quando não se confunde com ele. Nos anos infelizes, as receitas do camponês não lhe bastam cobrir as necessidades de dinheiro. Não lhe resta outro recurso senão fazer uso do seu crédito, de dar a sua terra em hipoteca, Uma nova dependência, uma nova exploração, a pior de todas, começa para ele, a do capital usurário, do qual se desembaraça com muito custo. E nem sempre o consegue. Às vezes a nova carga resulta muito pesada para ele, e o fim do negócio vem a ser a venda em leilão do bem hereditário, para contentar, com o produto da hasta pública, o usurário e também o agente do fisco. O que antes não podiam as más colheitas, o fogo e a espada, realizam-no as crises do mercado de cereais e de gado. Elas não acarretam para o camponês apenas um mal passageiro. Podem arrancar-lhe o ganha-pão - a sua terra - e finalmente separá-lo inteiramente dela, para transformá-lo num proletário. Eis o que resulta do bem-estar, da independência, da segurança do camponês livre, lá onde a sua indústria doméstica, destinada às suas próprias necessidades, se desagrega e onde as prestações em espécie pesam sobre ele. O desenvolvimento da indústria urbana lança também o germe de dissolução da família rural primitiva.

Inicialmente a propriedade do camponês continha a terra necessária à alimentação da sua família e às vezes mesmo para o pagamento do foro aos senhores" (34).

O trabalhador detém os meios de produção alienados que seriam seus, findo o prazo de financiamento, se este não for menor do que o desgaste físico ou do que a obsolescência precoce das instalações e equipamentos, o que o manteria num moto perpétuo. Não pudemos determinar o desgaste das máquinas e equipamentos para estabelecermos tal relação. A reprodução da dependência pelo crédito vincula-se à necessidade da empresa frigorífica de constante modernização tecnológica.

Diferente do pequeno proprietário agrícola que às custas de uma vida de privações conseguia uma acumulação que lhe possibilitava a reinversão na unidade produtiva e onde os frutos do trabalho lhe pertenciam, as condições de vida pouco se alteraram, mas está totalmente submetido aos planos de desenvolvimento da atividade fabril.

O tempo de trabalho na propriedade rural, numa pesquisa com 185 entrevistados contratualmente e 12 sem contrato, demonstrou que 12,2% trabalhavam de 1 a 8 horas por dia; 33% de 9 a 12 horas e 54,8% de 13 a 16 horas diárias, em 1978 (39).

Um colono entrevistado, por ter um bom rendimento nos plantéis, resolveu melhorar seu padrão de vida, afastando-se do plantio do milho, que lhe exige condições de trabalho mais árduas. Seu intento viu-se malogrado, já que a empresa frigorífica exigiu que fosse mantida a cultura, tendo em vista a produção de rações, pois importar o milho de locais mais distantes encareceria o insumo necessário à criação avícola (a entrevista realizada na Sadia, em Chapecó, confirma essa afirmativa).

A exigência contratual do plantio do milho vem no sentido da formação do excedente rural, já que a maior parte do milho utilizado em rações é adquirido pelos frigoríficos fora dos estabelecimentos integrados. Como na integração o proprietário rural não consegue resultados positivos, haveria transferência do excedente do milho para aquela atividade (39).

O proprietário rural, alienado das condições de produção, a terra e os meios de produção, pelo sistema creditício e vinculado à empresa frigorífica, coloca-se frente à seguinte alternativa: ou se mantém no meio rural segundo o esquema traçado pelo grande capital nacional ou será o futuro subempregado ou desempregado da cidade. A migração no sentido da ocupação de novas fronteiras agrárias restringe-se, pois, agora, na ruptura dos elos da cadeia, perde-se a terra, sem a remuneração que lhe possibilitaria começar de novo.

X. CONCLUSÃO: A ESTRATÉGIA DO DOMÍNIO REGIONAL

X.1 - Oligopólios e Conglomerados

A indústria frigorífica apresenta uma tendência à concentração e centralização econômicas que se realizam, principalmente nos últimos anos, no Vale do Rio do Peixe. Houve um incremento acentuado na escala da produção, e conseqüentemente da acumulação, com destino ao mercado nacional e mundial. Juntamente com a concentração de capital ocorre a centralização pela reunião de empresas existentes. A Perdigão S.A. incorpora a Comércio e Indústria Saule Pagnoncelli em Herval D'Oeste e o frigorífico Outro, de Capinzal. Em 1981, o Grupo Hering, através de uma de suas empresas, a CEVAL, ingressa no ramo, adquirindo os frigoríficos Seara, em Seara, e Safrita, de Itapiranga. Esses capitais locais desaparecem ou tendem a desaparecer, com a passagem destas empresas aos setores mais poderosos economicamente. Como afirma SWEEZY: "O principal fator subjacente na centralização da concorrência é travada no barateamento das mercadorias. Esse barateamento depende, 'ceteris paribus', da produtividade do trabalho, e esta novamente da escala de produção. Portanto, os capitalistas maiores derrotam os menores. Parte dos capitais menores desaparece, outra parte passa às mãos das empresas mais eficientes, que dessa forma aumentam de volume. A luta da concorrência é, assim, um agente da centralização" (40).

A centralização leva a uma racionalização da produção, socializando o processo anterior, da produção isolada, com a "transformação progressiva do processo de produção isolado, realizada pelos métodos habituais, num processo de produção social-

mente combinado e cientificamente administrado" (36).

A centralização, que é resultante do desenvolvimento tecnológico, age para apressar ainda mais as inovações técnicas. A necessidade da aquisição de moderna tecnologia supõe um volume de capitais possível na grande empresa, conforme refere-se LABINI: "Observa-se, por outro lado, que a técnica moderna, em muitos setores industriais, fez com que aumentasse, progressivamente, em termos absolutos e relativos, o volume de capital mínimo necessário para viabilizar a produção a custos suficientemente baixos, constituindo-se em obstáculo 'natural' à concorrência" (41).

O processo de concentração e centralização ocorridos na região do Vale do Rio do Peixe definiu a sua característica oligopolística, com a repartição territorial entre os grupos Sadia, Perdigão e, mais recentemente, o das empresas Ceval-Hering. O nível tecnológico atingido por essas empresas, requerendo grande volume de capitais, obriga à inserção de uma outra empresa, se houver, do mesmo porte. Por outro lado, a forte relação com o espaço agrário, que circunscreve as áreas de influência das diferentes empresas reforça a atuação de pequeno número de grandes empresas.

A oligopolização regional reforça a acumulação das empresas frigoríficas pelo controle da força de trabalho e dos preços. A concorrência entre as empresas do ramo aparece de menor importância frente aos interesses de classe. Existe um acordo não formalizado, mas explícito, que determina que o integrado que se desligue de um contrato de exclusividade com determinado frigorífico, não seja aceito por nenhum outro. Tal fato coloca a opção de integração com determinada empresa como a única

possibilidade para o camponês ou sua total desvinculação da produção regional.

O domínio sobre o espaço regional coloca o controle econômico e político do camponês ou do trabalhador industrial, nas mãos das grandes empresas, que têm a soberania na indicação do preço da força de trabalho, ou da massa de capital variável que pretende despendar.

A delimitação política das áreas de influência a- parece como um coronelismo de novo tipo, como já nos referimos anteriormente.

Em relação aos preços dos produtos no mercado é claro que, segundo afirma LABINI, "quando o número de empresários é, ou tornou-se, reduzido, fica fácil, para eles, estabelecerem um acordo de controle de preços" (41).

Em entrevista na Perdigoão, em Videira, a respeito da entrada do Grupo Hering-Ceval no ramo da frigorificação, considera-se esse processo compensador do ponto de vista da retenção do produto estocado para a barganha dos preços, visto que, isto só pode ser conseguido sem o pequeno, que não a suporta por muito tempo, devido à escassez de capital de giro ou poupança acumulada.

O controle da produção por pequeno número de grandes empresas é considerado por LABINI (41), "oligopólio concentrado", referindo-se ao domínio do mercado. Aqui, as três empresas do ramo não possuem essa característica em relação ao mercado nacional ou mundial, mas, sim, em relação ao circuito produtivo que se estabelece no Vale do Rio do Peixe.

A definição de LABINI (41) corresponde, do ponto de vista da produção, enquanto processo global, ao que ocorre na

região: "Existe, além disso^(*), a situação de indústrias que produzem bens suficientemente homogêneos (ou pouco diferenciados) e que são caracterizadas por uma elevada concentração: um número restrito, variável no tempo, mas sempre muito reduzido de em presas que controla toda a produção ou controla a maior parte".

A interpenetração com o entorno regional, complementa-se na formação de conglomerados, com o aproveitamento de todos os potenciais comercializáveis locais, dominando as diferentes etapas do processo da produção para frigorificação e as estruturas paralelas.

BRAVERMAN (42) destaca que o processo de concentração econômica realiza-se vertical e horizontalmente. "Este quadro fica ainda mais complexo ante a tendência da empresa moderna a integrar-se tanto vertical quanto horizontalmente. Assim é que, pelo crescimento e pela combinação, a empresa fabril adquire instalações para a produção de matérias-primas, transporte, instituições semibancárias para aumento do capital ou ampliação do crédito, etc."

Aproveitando-se dos elementos que fazem parte pe- rifericamente da indústria de frigorificação animal, temos a transformação do couro e da soja, para óleo e farelo, no caso da Perdigão. A soja é plantada consorciada ao milho, introduzida inicialmente na colônia, somente como componente da ração. A Perdigão encarrega-se, também, da produção e comercialização da maçã, anexando as áreas de cultivo do produto, à sua estratégia em presarial.

(*) Refere-se, LABINI, à situação do oligopólio diferenciado, onde "muitas pequenas empresas, aparentemente em concorrência entre si, estão dotadas de poderes de mercado bem definidos".

Além do controle de todo o processo frigorífico, fazem parte da SADIA desde moinhos, fábrica de farelo e óleo de soja até empresa de transporte aéreo, comerciais, seguradoras, etc. (ver relação das empresas pertencentes aos diferentes grupos - Anexos II e III).

Conforme conclui BRAVERMAN: "Ao mesmo tempo, a integração horizontal reúne uma variedade de produtos sobre a égide de um único agregado de capital, às vezes reunindo sob um controle financeiro geral produtos e serviços que não exibem relação visível uns com os outros, exceto em sua função como fontes de lucro" (42).

X.2 - A Repartição do Território

A característica oligopolística do Vale do Rio do Peixe reparte a região entre as empresas do ramo frigorífico. Cada empresa tem, no sistema de integração, seu raio de ação, ou o seu campo. O desenho das áreas de influência é tangencial e praticamente não existe superposição ou conflito aparente no domínio do território. Em geral, no entorno imediato caracteriza-se a área de concentração da relação da empresa urbana com as unidades produtivas rurais. Denominou-se área de concentração, aquela onde se processa o fluxo mais intenso rural-urbano ou urbano-rural (QUADRO 1).

A relação cidade-campo é intensa, pelo entrelaçamento das etapas produtivas nas duas unidades ecológicas. As rações e os pintos, a unidade rural, os técnicos que a visitam constantemente, a entrega do produto, o crédito, constituem um constante ir e vir que rompe qualquer possibilidade de uma simples troca entre produtos específicos, pois constituem um único

processo, cujas etapas espacializam-se de forma diferente. A estratégia particular da acumulação frigorífica reforça a assimilação do campo à estrutura urbana. Conforme SANTOS (43), "cada firma tem uma lógica própria no uso do espaço" e, no Vale do Rio do Peixe, esta consiste na imbricação da empresa urbana com o território circundante.

No mapeamento feito pode-se observar que não existem áreas livres, ou seja, todo o território tem sua definição em relação à estrutura produtiva analisada.

Existe uma estreita relação entre empresa e área rural, no caso da avicultura, pois dela depende a eficiência do processo produtivo. A produção avícola nasce inserida na divisão internacional do trabalho e, ao mesmo tempo, apoiada na estrutura de integração do camponês à empresa frigorífica. No caso da avicultura 90 a 100% dos animais abatidos na empresa vêm de proprietários com vínculo de exclusividade de trabalho ao frigorífico. Na suinocultura, provem do sistema de integração 40% do total abatido pela Perdigão em Videira, 50% da Sadia-Concórdia e 90% do frigorífico Seara. A captação da matéria-prima na suinocultura é mais fluida, abrangendo um território maior, já que se constitui numa atividade secundária no abate frigorífico. A pesquisa genética vem-se desenvolvendo nos últimos anos, no sentido de inserir o suíno nos padrões internacionais, visando à ampliação do mercado. Com a introdução do suíno no mercado mundial, a relação de integração do proprietário rural seria pressuposto da produção, pela exigência dos padrões de qualidade, reforçando as relações entre campo e cidade que já se estabelecem. Na medida em que aumenta a inserção no mercado mundial, consolida-se o vínculo entre produtor rural e empresa urban, integrando o território circundante à empresa frigorífica.

A homogeneidade da estrutura produtiva corresponde a monotonia do desenho, constituindo-se cones de influências que partem da grande empresa urbana. Obstáculo à rígida regularidade formal é dado quando é atingido o limite da área de atuação dos diferentes grupos.

O desenvolvimento capitalista contribuiu à especialização espacial, resultante da divisão social do trabalho a nível nacional, reforçando a característica de homogeneização regional.

Analisado pela estrutura fundiária e atividade produtiva, o espaço rural é um só, porém repartido segundo o interesse de acumulação dos grupos frigoríficos, constituindo a apropriação privada do espaço social. A socialização da região pela sua inserção na divisão mundial do trabalho corresponde à sua redução pela apropriação das empresas oligopolísticas, subjugando o território ao seu domínio.

As empresas frigoríficas encontram-se relativamente dispersas na região e possuem grande influência na área circundante, tendo a relação intensificada na razão direta da proximidade. Grande parte dos produtos para frigorificação são obtidos no próprio município ou municípios vizinhos. A eficiência do circuito depende do aumento da extensão espacial da empresa, com a incorporação das áreas mais próximas pela facilidade do controle do processo enquanto um todo.

No caso da soja, estabelece-se uma relação de compra e venda, sendo, por isso, a captação da matéria mais extensiva. Não importa de onde vem o produto, desde que ingresse na empresa urbana a baixos custos. A Sadia-Joaçaba recolhe o produto de São Miguel D'Oeste a Mafra, em Santa Catarina, além do Paraná e Rio Grande do Sul. A Perdigão Industrial atua, também,

principalmente sobre o Paraná e o Rio Grande do Sul (QUADRO 2).

Após recolhido, o produto é enviado à empresa urbana que o processa e envia ao mercado consumidor via estrada de rodagem, e, no caso da exportação, por via marítima. Os animais frigorificados fazem sua rota pelo Porto de Paranaguá, Itajaí, Santos e Rio Grande, e os derivados da soja por São Francisco, Paranaguá ou pelo Porto de Rio Grande. Nesse caso, a distância ao porto é de menor importância frente a disponibilidade no envio mais rápido ao seu destino.

O Vale do Rio do Peixe apresenta como processo singular o fato de a homogeneização da região significar ao mesmo tempo a assimilação da estrutura da propriedade fundiária e das relações de trabalho, baseadas na mão-de-obra familiar sob o domínio das grandes empresas. A inserção no mercado mundial acarreta unicidade da região pela especialização e homogeneização da estrutura produtiva e, ao mesmo tempo, a reparte em função de aumentar o potencial de acumulação dos grandes grupos envolvidos.

X.3 - O Monopólio da Circulação

A origem da dependência do camponês estabelece-se em relação à colocação de seus produtos no mercado. O comerciante representa o nexó entre produção e realização, e neste encontra-se a condição de subordinação do pequeno proprietário rural. A acumulação originária e a usura concentram capital nas mãos do intermediário, que se encarregará de investi-lo nos setores mais rentáveis do circuito produtivo.

Essa relação desigual tende à reprodução, ampliando a dicotomia entre trabalho e acumulação. Para MARX (2), "a

tendência a criar o mercado mundial está dada diretamente na idéia mesma do capital. Todo limite se apresenta como uma barreira a saltar. Por isso submeterá todo momento da produção mesma ao intercâmbio; quer dizer, porá a produção baseada sobre o capital em lugar dos modos de produção anteriores, mais primitivos desde o ponto de vista do capital. O comércio já não aparece aqui como função que possibilita as produções autônomas ao intercâmbio de seu excedente, mas como pressuposto e momento essencialmente universais da produção mesma".

A necessidade de ampliação na extensão do mercado para os produtos agropecuários corresponde à modernização do processo produtivo com o incremento da racionalização e da produtividade do trabalho. O capitalismo revoluciona constantemente as forças produtivas e obriga o camponês a equipar sua propriedade das mais modernas instalações requistando uma inversão de capital constante que só se torna solvável pelo crédito. Continua MARX (2): "Temos aqui que o crédito, em qualquer de suas formas desenvolvidas, não se apresenta em nenhum dos modos de produção anteriores, e a usura é inclusive a mais antiga das formas antediluvianas do capital. Mas dar e tomar empréstimos de modo algum são sinônimos de crédito, do mesmo modo que trabalhar não é de trabalho industrial ou de trabalho assalariado livre. Como relação de produção desenvolvida, essencial, o crédito se apresenta historicamente só na circulação baseada sobre o capital ou o trabalho assalariado".

O crédito será obtido de acordo com as condições de segurança e estabilidade que são avalizadas pela empresa frigorífica; condições essas atingidas pela possibilidade na realização do produto. O controle do mercado, garantindo a realização da mercadoria enquanto tal e avalizando o crédito, vai sig-

nificar o domínio de todo o circuito produtivo.

HARVEY (44) entende o movimento do capital como um processo, da produção à realização, que, conforme as mudanças na dimensão da circulação, atua no sentido das transformações do processo de trabalho: "Marx não se cansa nunca de repetir que o capital não é uma coisa ou um conjunto de instituições; é um processo de circulação entre a produção e realização. Este processo, que tem que se estender, deve acumular e remodelar constantemente o processo de trabalho e as relações sociais dentro da produção à medida em que mudam constantemente as dimensões e formas de circulação".

No sentido de consolidar sua posição em relação ao mercado nacional e mundial, o intermediário instala a empresa frigorífica, que, enquanto etapa produtiva, prolonga o tempo de vida dos produtos perecíveis e, por esse mesmo atributo, a localiza próximo aos estabelecimentos rurais.

"Por conseguinte, uma condição da produção fundada no capital é a produção de uma esfera da circulação constantemente ampliada, seja porque esta esfera se amplie diretamente, seja porque em seu interior se criem mais pontos como pontos de produção" (2). Visando a extensão de sua área de atuação, faz-se necessária a inserção desta etapa no processamento do produto, possibilitando conquistar lugares mais longínquos. A empresa frigorífica consolida-se como ponto de terminação do processo produtivo em conexão com a comercialização.

Essa posição de monopólio na realização do produto subjugava o proprietário rural às condições impostas pelo frigorífico, reforçando essa relação desigual.

A criação da ave ou suíno constitui-se como etapa produtiva sem lucratividade em si, simplesmente transferindo

mais-valia às empresas urbanas. A operacionalização a custo reduzido, contando com a autonomia de vida dos camponeses, que produzem o que consomem, constitui-se em condição para auferir lucros superiores aos que estabeleceriam com o controle direto desta etapa do processo produtivo. A mais-valia absoluta, conseguida pela ampliação do período de trabalho e baixa remuneração deste, associa-se a mais-valia relativa, pela exigência modernizadora do capital, elevando-se o quantum transferido aos frigoríficos. Mesmo se houver uma melhora relativa nas condições de vida dos camponeses, esta não acompanha o valor produzido, mas incrementa o potencial de acumulação das empresas urbanas, na medida mesma em que mantém os padrões de vida nos estabelecimentos rurais.

A valorização do trabalho efetuado nesta etapa intermediária realiza-se no mercado, pela empresa frigorífica; "o camponês integrado é efetivamente explorado de maneira capitalista pela empresa. Esta compra seu produto por meio de uma soma que contém capital variável: este dinheiro é posto na empresa que se encarrega de realizar no mercado a valorização social do trabalho realizado". Ainda para LIPIETZ (5), esse processo exclui ao pequeno produtor a possibilidade de fazer valer diretamente sua participação no trabalho social.

A integração da pequena propriedade mercantil ao sistema capitalista consiste em engenhosa forma de exploração do trabalho que se concretiza no monopólio da circulação do produto. A grande empresa estabelece uma apropriação seletiva das etapas intermediárias com diferentes vínculos de trabalho, detém o crédito e a pesquisa tecnológica, cumprindo as exigências que o controle do processo lhe impõe.

O processo de reprodução do capital inclui produção e circulação, onde o movimento se constitui como totalidade desses dois processos. "O processo total de reprodução do capital inclui, tanto o processo da circulação propriamente dito como o processo de produção propriamente dito. Constituem os dois grandes capítulos de seu movimento, que se apresenta como totalidade desses dois processos" (2). A empresa frigorífica atua no domínio desses dois processos, reduzindo o tempo de cada etapa em que se compõe o processo e reduzindo o tempo entre as etapas, através do sincronismo entre elas. É o que SERVOLIN denomina "cooperação complexa", ou seja, a articulação sob o domínio da agroindústria do trabalho dos granjeiros, caminhoneiros, operários da própria fábrica, etc." (5).

A redução do tempo total aparece como redução dos tempos de produção e de circulação. Segundo MARX (2), "por um lado está o tempo de trabalho, por outro o tempo de circulação. E o conjunto do movimento aparece como unidade do tempo de trabalho e do tempo de circulação, como unidade de produção e circulação. Esta unidade mesma é movimento, processo".

A articulação das etapas produtivas ao mercado promove a "continuidade ininterrupta" do processo, agindo no sentido de sua realização enquanto totalidade, com a redução da passagem entre diferentes fases, na busca da diminuição do tempo global.

A grande empresa urbana controla cada etapa do processo produtivo, mesmo sem a apropriação direta, pelo domínio e sincronia dos fluxos. A possibilidade concreta da realização do produto, ou seja, o monopólio da circulação, significa o controle de todo o circuito produtivo e a superação da descontinuidade espacial das diferentes fases. O sincronismo das etapas produti-

vas anula a contingência na continuidade dos diversos processos constitutivos de seu processo total.

"De tudo o que foi dito se depreende que a circulação se apresenta como processo essencial do capital. Não é possível recomeçar o processo de produção antes da transformação da mercadoria em dinheiro. A ininterrupta continuidade do processo, a transição livre e fluida em que o valor passa de uma forma a outra, ou de uma fase do processo a outra, aparece como condição fundamental da produção baseada no capital, e isso em um grau inteiramente diferente de todas as formas anteriores de produção". (2).

X.4 - O Meio-Oeste e o Oeste Catarinense

Podemos caracterizar, hoje, o Vale do Rio do Peixe como o espaço de transição à região homogênea do Oeste Catarinense. Nesse sentido "ganha" a denominação de Meio-Oeste, já que a nova área incorporada, pelo seu maior dinamismo, passa a subordinar a região que deu origem ao desenvolvimento da indústria frigorífica. Mas, por outro lado, faz-se preciso afirmar que o sucesso da atividade frigorífica implantada, na sua relação nacional e regional promoveu, historicamente, a inserção do novo território em bases definidas. A expansão do setor frigorífico no sentido do Oeste espacializa-se, e a nova fronteira agrícola rompe com seu conceito tradicional e surge vinculada à estrutura produtiva urbana. As fronteiras entre as duas unidades ecológicas, campo e cidade, são tênues, quer do ponto de vista do sistema produtivo ou das relações sociais de produção.

EMPRESA	RAIO DE AÇÃO			CIRCULAÇÃO DO PRODUTO		OBSERVAÇÕES
	Área de Integração	Área de Concentração	Destino	VIA		
SADIA (Concórdia)	Concórdia, Itá, Seara, Ipu- mirim, Xavantina, Vargeão, Ponte Serrada, Irani, Prês. Castelo Branco, Ipira, Pe- ritiba, Lacerdópolis, Cha- pecó (6%)	Na própria microrre- gião de Joaçaba	MI = 40% (SP e o resto do país) E = 60% (maior parte para o O- riente Médio)	ER - CF Porto Itajaí Porto de Pa- ranaguá	MI = Mercado Interno E = Exportação ER = Estrada de Roda gem CF = Câmaras Frigorí- ficas	
PERDIGÃO (Videira)	AVES- Videira, P.Preto, Ar- roio Trinta, Rio das Antas, Ibicaré, Ouro e Taió(RS) SUÍNOS- Videira, Fraiburgo, S.Veloso, Rio das Antas, Treze Tílias, Campos Novos (poucos), Arroio Trinta, I- bicaré, Joaçaba e Alto Uru- guais (RS) BOVINOS- Planalto de Lages e Norte do Paraná	80% Videira ou muni- cípios vizinhos Microrregião de Vi- deira	MI = todas as capitais do país E = Países ára bes: Kwait, I- raque, Irã	ER - CF Porto de Ita- jaí(princi- pal), Santos e Rio Grande, em ordem de importância	Distribuidoras em São Paulo, Belo Hori- zonte, Rio de Janei- ro, Brasília, Curiti- ba, Porto Alegre e Manaus.	
SEARA (Seara)	Seara, Concórdia (Arabutã), Itá, Ipumirim, Chapecó, Xa- xim, Cel.Freitas, Xavanti- na, Xanxerê, Abelardo Luz, Fachinal dos Guedes, Var- geão	Seara (1º) e Xanxerê (pouco)	MI = Aves- SP,RJ e Brasília Suínos- SP,RJ e Brasília. Pouco p/PR,RS,GO,ES e MG E = Rússia(maior parte),O.Médio- Irã,Iraque, Ará- bia Saudita - principal	ER - CF Porto de Ita- jaí (70%) e Porto de Pa- ranaguá	Em Blumenau - Escri- tório Geral de Admi- nistração	

Dados obtidos no local; as expressões utilizadas são dos entrevistados.

EMPRESA	MATÉRIA-PRIMA	VENDAS	VIA	OBSERVAÇÕES
SADIA-JOACABA	45% em SC, de São Miguel D'Oeste a Mafra 31% do Norte do Paraná (Palotí) e resto do Rio Grande do Sul	Farelo: MI - 35% - todo o país E - 65% - EUA, França e Alemanha Óleo - MI - todo o país E - 35% - EUA, França e Alemanha	ER Porto S.Fran- cisco e Para- naguá (melhor calado) Idem	Adquire a matéria-prima diretamente do produtor que se localiza próximo a fábrica ou de coopera- tiva ou intermediário (maior parte)
PERDIGÃO ALIMEN- TOS (Distrito Industrial de Videira)	Paraná Rio Grande do Sul	Óleo de Soja - Eixo Rio -São Paulo Farelo - Exportado para o Leste Europeu	ER Porto de Rio Grande e Pa- ranaguá	A soja do Rio Grande do Sul é transportada por via férrea, em estado bastante precário.

ER = Estrada de Rodagem

E = Exportação

MI = Mercado Interno

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) SANTOS, Milton - Por uma Geografia Nova, São Paulo, Editora Hucitec - EDUSP, 1978.
- (2) MARX, K. - Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador 1857-1958). México. Siglo XXI Editores. 1978.
- (3) OLIVEIRA, Francisco de - Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.
- (4) TROTSKY, Leon - A História da Revolução Russa. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1967.
- (5) LIPIETZ, Alain - El Capital y su Espacio. España. Siglo XXI Editores, 1979.
- (6) LÊNIN, V.I. - O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1982.
- (7) SANTOS, Milton - "O Presente como Espaço", In: Pensando o Espaço do Homem, São Paulo, Editora Hucitec, 1982.
- (8) SINGER, Paul - "O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930)", in O Brasil Republicano, 1º volume, Tomo III, São Paulo, Editora Difel, 1977.
- (9) PIAZZA, Walter F. - Santa Catarina: Sua História, Santa Catarina, Editora da UFSC em co-edição com Editora Luardelli, 1983.
- (10) BERNARDES, Nilo - A Colonização Européia no Sul do Brasil, in: PIAZZA, W.F., "A Colonização de Santa Catarina". Santa Catarina. BRDE, 1982.
- (11) THOMÉ, Nilson - Trem de Ferro. História da Ferrovia do Contestado, Caçador, Santa Catarina. Edição própria, 1980.

- (12) CABRAL, Oswaldo R. - História de Santa Catarina. Santa Catarina, Editora Laudes, 1970.
- (13) SANTOS, Silvio C. dos - Nova História de Santa Catarina. Santa Catarina, edição do Autor, 1977.
- (14) QUEIROZ, Maurício Vinhas de - Messianismo e Conflito Social, São Paulo, Editora Ática, 1977.
- (15) PIAZZA, Walter F. - Atlas Histórico de Santa Catarina. Santa Catarina, Edição da Secretaria de Educação e Cultura, 1970.
- (16) LÊNIN, V.I. - O Programa Agrário, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- (17) IBGE - Censo Demográfico. Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1950, 1960, 1970 e 1980.
- (18) IBGE - Censos Econômicos. Estado de Santa Catarina. VI Recenseamento Geral do Brasil. 1950, Rio de Janeiro, IBGE, 1956.
- (19) IBGE - Censo Agrícola de 1960. Paraná-Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1967.
- (20) IBGE - Censo Agropecuário. Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral do Brasil, 1970, Rio de Janeiro, IBGE, 1975.
- (21) IBGE - Censo Agropecuário. Santa Catarina. Censos Econômicos de 1975. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- (22) IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário. Paraná-Santa Catarina. IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980, Rio de Janeiro, IBGE, 1982.
- (23) SANTOS, Milton - Les Villes de Thiers Monde. In: PELUZZO, Victor - "A Classificação Funcional das Cidades e sua Evolução". UFSC, 1974.

- (24) PELUZZO, Victor - A Classificação Funcional das Cidades e sua Evolução. Tese submetida à UFSC para obtenção do grau de Livre Docente. UFSC, 1974.
- (25) IBGE - Censo dos Serviços. Santa Catarina. Censos Econômicos de 1975. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.
- (26) IBGE - Censo Comercial. Santa Catarina. Censos Econômicos de 1975. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.
- (27) IBGE - Censo Industrial, Estado de Santa Catarina. VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960, Rio de Janeiro, IBGE, 1963.
- (28) IBGE - Censo Industrial. Santa Catarina. VIII Recenseamento Geral. 1970, Rio de Janeiro, IBGE, 1974.
- (29) IBGE - Censo Industrial. Santa Catarina. Censos Econômicos de 1975. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- (30) FIESC - Cadastro Industrial 78/79. Santa Catarina.
- (31) REVISTA EXAME, São Paulo, Editora Abril, Setembro/83.
- (32) ANO ECONÔMICO, Zero Hora. Rio Grande do Sul, Editora Jornalística. Ano V, Outubro/83.
- (33) FONTANA, Attilio - História da Minha Vida. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1980.
- (34) KAUTSKY, Karl - A Questão Agrária. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Laemmert S.A., 1968.
- (35) LAGO, Paulo - Análise da Extensão da Influência de uma Empresa Industrial do Ramo Tradicional: A Sadia-Concórdia S.A. Tese submetida à UFSC para obtenção do grau de Livre-Docente. UFSC, 1974.
- (36) MARX, Karl - El Capital, México, Fondo de Cultura Económica, 1974.

- (37) SANTOS, Milton - O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1979.
- (38) SORJ, B.; PÖMPERMAYER, M.J. & CORADINI, O.L. - Camponeses e Agro-Indústria. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- (39) CEBRAE-CEAG, Santa Catarina, 1978, in: SORJ et alia, op. cit.
- (40) SWEEZY, Paul M. - Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- (41) LABINI, P. Sylos - Oligopólio e Progresso Técnico. Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- (42) BRAVERMANN, H. - Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- (43) SANTOS, Milton - Do Espaço sem Nação ao Espaço Transnacionalizado, in: RATTNER, Henrique (org.), "Brasil 1990", São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- (44) HARVEY, David - La Geografía de la Acumulación Capitalista: Una Reconstrucción de la Teoría Marxista, in: GARCIA, María - La Geografía Radical Anglosajona. España, Bellaterra, Universidad Autónoma de Barcelona, 1978.

COMPLEMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

- AMIN, S. & VERGOPOULOS, K. - A Questão Camponesa e o Capitalismo, Portugal, A Regra do Jogo Edições, 1978.
- BERNARDET, J.C. - Guerra Camponesa no Contestado, São Paulo, Global Editora, 1979.
- CEAG-SC - Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: Estudo das Alterações Estruturais (Séc. XVII - 1960), Florianópolis, CEAG-SC, 1980.
- CUNHA, I.J. - Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina, Santa Catarina, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- LAGO, Paulo - Santa Catarina: Dimensões e Perspectivas. Santa Catarina, UFSC, 1978.
- OLIVEIRA, Francisco de - A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista. Estudo Cebrap 2. São Paulo, Editora Brasileira de Ciências Ltda., Out./1972.
- PIAZZA, Walter F. - A Colonização de Santa Catarina. Santa Catarina, Edição da Secretaria de Educação e Cultura, 1970.
- SANTOS, Milton - Economia Espacial: Críticas e Alternativas. São Paulo, Editora Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton - Espaço e Sociedade. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1979.

APÊNDICE:

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA
EM FORMA DE INTEGRAÇÃO**

- Adquirir somente da INTEGRADORA ou de quem por esta for indicada, pintos e concentrados protéicos, estes por preços e condições de mercado;
 - Entregar as aves engaioladas e postas sobre o caminhão em prazo estipulado pela INTEGRADORA, de acordo com o fluxo de abate e as condições do mercado;
 - Vender a totalidade dos frangos para a INTEGRADORA salvo autorização por escrito desta, para efetuar a venda a terceiros;
 - Cumprir rigorosamente os prazos e condições estipulados nos contratos assinados de financiamentos bancários;
 - Permitir o livre acesso dos representantes da INTEGRADORA às dependências dos aviários, objetivando orientação e fiscalização.
2. O peso das aves, para cálculo de preço, será de acordo com o recebido e abatido na indústria, descontadas as carcaças condenadas pela Inspeção Federal, obedecendo as normas higiênicas-sanitárias vigentes, comprometendo-se o INTEGRADO a evitar que os frangos a serem entregues ingiram qualquer alimento durante as doze horas que antecederem a entrega.
3. Correrá por conta do INTEGRADO o seguro dos lotes de frangos, manutenção, guarda e prejuízos que advierem por mortalidade de qualquer tipo.
4. A parte que não cumprir o contrato aqui, no todo ou em parte, especialmente nos prazos ajustados, pagará uma multa convencional equivalente a 150 (cento e cinquenta) ORTNS, além das perdas e danos, custas judiciais e honorários advocatícios.
5. O presente contrato terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da assinatura deste, sendo que a parte que desajar rescindir antes deste prazo dará à outra um pré-aviso por escrito de 6 (seis) meses de antecedência.
6. A INTEGRADORA fica com direito de retenção de pagamentos para assegurar o pagamento por parte do INTEGRADO para terceiros fornecedores de pintos em negócios realizados através daquela.
7. As partes elegem o foro da comarca de Marau, RS, com expressa renúncia de qualquer outro, para solução de qualquer dívida ou litígio decorrente deste contrato.

El, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo.

Por este instrumento particular de compra e venda em forma de integração, de um lado, AVES S.A., empresa industrial estabelecida nesta cidade de Marau, neste ato representada por seu gerente *infra* firmado, doravante denominada simplesmente "INTEGRADORA", e de outro lado, JOSÉ DA SILVA, doravante denominado simplesmente "INTEGRADO", visando a produção de frangos de corte e viabilizar a atividade eratória do INTEGRADO e a atividade industrial da INTEGRADORA, têm justo e contratado as cláusulas e condições seguintes:

1. O INTEGRADO se obriga a criar frangos para os entregar à INTEGRADORA, mediante as seguintes obrigações recíprocas:

- a) - A INTEGRADORA obriga-se:
- Fornecer assistência técnica e veterinária para o perfeito desenvolvimento e funcionamento da atividade eratória;
 - Fornecer assistência e acompanhamento no projeto de construção ou reforma de galinheiros e instalações;
 - Fornecer assistência e acompanhamento nas propostas de financiamentos bancários e créditos, tanto de investimentos, como de custeio;
 - Fornecer pintos de um dia, diretamente na unidade eratória do INTEGRADO, adquiridos de terceiros, dentro das condições do mercado;
 - Fornecer na unidade eratória do INTEGRADO o concentrado para pintos e para galetos, à granel, pelo preço posto fábrica, desde que a distância não ultrapasse 30 km, caso em que será combinado um frete adicional;
 - Retirar toda a produção de frangos nos dias previamente estipulados pela INTEGRADORA, nas condições de sua industrialização, podendo autorizar a venda para terceiros, se esta não tiver condições de absorver a produção do INTEGRADO;
 - Pagar no mínimo os preços fixados pela Associação dos Matadouros do Rio Grande do Sul-Anuar, descontado o Furrural do vendedor.
- b) - O INTEGRADO obriga-se:
- Acatar e cumprir as instruções emanadas da assistência técnica na sua totalidade, ficando por sua responsabilidade os problemas que surgem pela não observância das instruções técnicas, especialmente manter as instalações em perfeito estado sanitário;

ANEXO II

EMPRESAS QUE FAZEM PARTE DO GRUPO SADIA

- Sadia S.A. - Concórdia - frango e porco
 Joaçaba - soja, farelo e óleo bruto
- Chapecó - Hybrid Agro-Pastoril
 (matrizes de perus)
 Granja de produção de perus (inseminação artificial)
Sadia Avícola (1970)
 Perus, frangos e rações
 2 FOMENTOS
 - Agro-Pastoril - Faxinal dos Guedes (1977)
 100 mil suínos com alto padrão tecnológico
 - Frigobrás (PR) - aves e suínos
 - Moinho CEPE (PR) - aves
 - Sadia Comercial Ltda - distr. e com. Merc. Interno
 60 mil postos de venda

Controlava ou estava coligado:

- Sadia Oeste S.A. Ind. e Com.
- INT - Plan Sociedade Civil Ltda
- Sadia - Corretora de Seguros Ltda
- Hotel Alvorada S.A.
- Agropastoril Paranaense S.A.
- Agropastoril Paulista
- Sadia Processamento de Dados

A Holding Sadia-Concórdia controla também a Transbrasil, ex-Sadia
 Transportes Aéreos

